

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL - PPGDS

QUEITE MARRONE SOARES DA SILVA

ESTRATÉGIAS DE DESINVISIBILIZAÇÃO DA SOCIOECONOMIA GERAIZEIRA:
A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA COOPERATIVA DO RIACHÃO NO NORTE DE
MINAS GERAIS

MONTES CLAROS - MG
MARÇO / 2016

QUEITE MARRONE SOARES DA SILVA

**ESTRATÉGIAS DE DESINVISIBILIZAÇÃO DA SOCIOECONOMIA GERAIZEIRA:
A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA COOPERATIVA DO RIACHÃO NO NORTE
DE MINAS GERAIS**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social como requisito para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social.

Orientador: Profº. Drº. Rômulo Soares Barbosa

**MONTES CLAROS - MG
MARÇO / 2016**

S586e

Silva, Queite Marrone Soares da.

Estratégias de desinvisibilização da socioeconomia geraizeira [manuscrito] : a organização produtiva da cooperativa do Riachão no Norte de Minas Gerais / Queite Marrone Soares da Silva. – Montes Claros, 2016.

146 f. : il.

Bibliografia: f. 124-132.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros -Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2016.

Orientador: Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa.

1. Comunidade do Riachão – Montes Claros (MG) - Agricultores. 2. Norte de Minas Gerais (MG). 3. Coco Macaúba - Estratégias de reprodução. 4. Cooperativa - Cooper-Riachão. I. Barbosa, Rômulo Soares. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: A organização produtiva da Cooperativa do Riachão no Norte de Minas Gerais.

Catálogo: Biblioteca Central Professor Antônio Jorge

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Dissertação intitulada “ESTRATÉGIAS DE DESINVISIBILIZAÇÃO DA SOCIOECONOMIA GERAIZEIRA: A ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DA COOPERATIVA DO RIACHÃO NO NORTE DE MINAS GERAIS” de autoria de Queite Marrone Soares da Silva, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros como requisito para obtenção do título de Mestre, defendida e aprovada pela banca examinadora abaixo relacionada em 31/03/2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rômulo Soares Barbosa (UNIMONTES)
Orientador

Profa. Dra. Ana Paula Glinfskoi Thé (UNIMONTES)

Prof. Dr. Clóvis R. Zimmermann (UFBA)

MONTES CLAROS - MG
MARÇO / 2016

Aos meus amados pais, irmãos e sobrinhos, por suportarem nessa travessia da vida, minhas idas e vindas, presença e ausência. Todo meu amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da graça, por estar comigo em todos os momentos da minha vida. Só ele sabe de todas as minhas angústias, aflições e medo.

Foram vários os momentos difíceis, e por mais que nos planejamos para que nossas atividades ocorram da melhor forma possível, antes de tudo somos humanos, vulneráveis aos mais diversos incidentes.

Neste período tão importante na minha vida, me deparei com situações as quais não teria conseguido enfrentar sozinha. Além do isolamento e crises emocionais, já no término desta etapa, me envolvo em um acidente que submete uma área do meu corpo a uma queimadura de 2º grau, que inevitavelmente marcará essa fase que tenho vivido.

Agradeço a minha família, pelo incentivo, apoio incondicional e paciência em todos os momentos que não pude estar junto a eles. Peço perdão pela minha ausência nos encontros de família.

Aos meus pais, os seres mais importantes da minha vida. Pedro Neto, que se denomina um lavrador, há 52 anos agradece a produtividade da terra pela sobrevivência de sua família. Já criou as mais diversas estratégias diante das dificuldades, foi presidente de associação comunitária, enfrentou a seca por diversos anos, já viu suas criações e toda sua plantação morrer e ainda sim ter que pagar os financiamentos rurais que apareciam como uma esperança para que o ano seguinte fosse diferente, nem sempre era. O sol e as condições de trabalho hoje pesam em sua idade e saúde, foi recomendado a diminuir seu trabalho braçal para ver os seus netos crescerem.

Minha mãe, Dus Reis, uma mulher guerreira, vivencia todas as dificuldades do lado do meu pai. Nunca teve medo do sol, seus braços deviam ser sempre resistentes para amassar o requeijão, já que este era fundamental para complementar a renda familiar, e muitas vezes essa era a única renda. Sempre colocou seus filhos em primeiro lugar, e por isso o seu sonho sempre foi que eles não tivessem que saber o peso de uma enxada. Ambos agradecem a Deus todos os dias, porque mesmo sem concluírem o 2º grau, não mediram esforços para ver seus cinco filhos concluírem um curso superior.

Aos meus amados irmãos por estarem ao meu lado em todos os momentos, e por serem os meus melhores amigos. Érika e Fernanda as primeiras professoras da família, agradeço por todo apoio, inclusive financeiro, que possibilita a mim e meus irmãos estudarem.

À minha irmã Greicy por ser minha companheira durante todos esses anos longe de casa, e por dividirmos todas as nossas angústias, medo e sonhos profissionais. E ao meu irmão Bruno pelo carinho e orgulho que tem nos dado ao longo de sua graduação em Engenharia Agrônômica.

Aos meus sobrinhos: Gabriel, Pedro, Sofia e Sarah, que me ensinam todos os dias o valor da simplicidade e do amor desinteressado, e por significar a minha esperança em um mundo menos injusto.

Agradeço ao Douglas pela sua companhia nesta fase importante da minha vida, e por me ajudar a diminuir a distância entre Montes Claros e Porto Alegre.

Ao professor Dr. Rômulo Soares Barbosa, pelas orientações precisas e criteriosas, e as professoras Dr^a. Andréa Narciso e Dr^a Felisa Anaya, pelas sugestões fundamentais em minha banca de qualificação. Também, aos professores Dr^a Ana Paula Glinfskoi Thé e Dr. Clóvis R. Zimmermann por aceitarem o convite de compor a minha banca de defesa e pelas contribuições enriquecedoras.

A todos os professores e colegas de mestrado, em especial à professora Luciene Rodrigues ao qual admiro muito, pela generosidade e seriedade profissional. E aos novos amigos que surgiram nessa trajetória, Wandy, Wesley e Ludi. Agradeço por todos os momentos partilhados, especialmente nessa fase final.

À equipe da ITCP/UNIMONTES, que em toda minha trajetória acadêmica tem contribuído para o meu enriquecimento pessoal e profissional, e que sempre me recebeu de braços abertos. Em especial aos professores Edina e Laurenício, não somente pela amizade que construímos, mas por todo apoio recebido.

Agradeço também a confiança e apoio de duas pessoas muito especiais: Neila e a professora Cláudia Regina.

Agradeço aos participantes da UBCM, pela colaboração com a minha pesquisa. Não poderia deixar de mencionar a disponibilidade dos senhores Waldomiro Cardoso, João Elias, Hermes Fonseca, e dona Tazinha, que sempre me receberam muito bem. Em especial, ao Murilo Ruas por todas as informações prestadas que foram extremamente relevantes. Desde as sugestões de transporte até a comunidade, apresentação das máquinas, contatos de lideranças, até o relato freqüente das condições da estrada em vários períodos do ano.

À CAPES pelo financiamento dessa pesquisa.

A todos vocês, meu Muito Obrigada!

“Nas pequenas lutas, fazem-se grandes ações. Há bravuras persistentes e ignoradas que se defendem corajosamente na sombra contra a invasão fatal das necessidades e torpezas. Nobres e misteriosos triunfos que nenhum olhar vê, que nenhum renome paga, que nenhuma fanfarra saúda. A vida, a desgraça, o isolamento, o abandono, a pobreza, são campos de batalha que também têm seus heróis obscuros, maiores talvez que muito herói ilustre.”

Victor Hugo, no livro “Os miseráveis” - [tradução: Frederico Ozanam Pessoa de Barros]

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de organização produtiva em torno do beneficiamento do coco macaúba e compreender a construção de estratégias socioeconômicas e de reprodução dos agricultores da Comunidade do Riachão, localizada na Fazenda Santa Cruz no município de Montes Claros – MG. Para alcançar os objetivos propostos, o estudo buscou analisar as conseqüências do processo de modernização agrícola brasileira para as atividades produtivas dos moradores desta comunidade, intensificando a necessidade de construção de alternativas para a sobrevivência. A apropriação dos recursos naturais constitui um bem comum, cuja diversificação do seu uso corresponde à condição para a reprodução dos grupos locais. No entanto, estes agentes, resistem às ameaças externas impostas, sobretudo pela concepção da natureza enquanto um potencial econômico que desconsidera as especificidades daqueles que ali vivem. A privação da natureza provoca a exclusão social e o encurralamento das populações rurais locais, num processo desigual de disputa por acesso. Deste modo, em suas dinâmicas socioeconômicas, os agricultores do Riachão contrapõem este cenário, assumindo, organizando e mobilizando os recursos que possuem por meio das experiências coletivas com o beneficiamento do coco macaúba – apontado como a principal estratégia de reprodução socioeconômica construída nesta comunidade. Para alcançar o objetivo proposto, o estudo pautou-se na abordagem qualitativa, tendo como técnicas de pesquisa a revisão bibliográfica, pesquisa documental, e pesquisa de campo, composta de observações e entrevistas livres.

Palavras-Chave: Norte de Minas Gerais. Comunidade do Riachão - Montes Claros. Estratégias de Reprodução. Cooper-Riachão. Coco Macaúba.

ABSTRACT

The main purpose of the present study is to analyze the process of productive organization around the Macaúba coconut improvement and comprehend the building socio-economic and the strategies farmers' reproduction of Riachão Community located at Santa Cruz Farm on Montes Claros municipal district – Minas Gerais/Brazil. To achieve the proposed objectives the research investigated the results of the Brazilian modernization agricultural process to productive activities of these community residents, intensifying the need to create alternatives to survival. The appropriation of natural resources consist in a common property, whose diversification of its use correspond to condition to reproduction of local groups. However, these agents resist to external threats placed, especially for nature conception as an economic potential that disrespect the peculiarities of those live there. The nature privation causes social exclusion and left the rural local population with no way out, in an unequal process of access dispute. This way, in its socio-economic dynamics, the farmers of Riachão oppose this set, taking over, organizing and mobilizing the recourses obtained from collective experiences with the Macaúba coconut improvement – pointed as the main strategy of socio-economic reproduction constructed on this community. To reach the proposed objective, the study was based on qualitative approach, bibliographic review and document research were techniques survey, and field research, composed of observations and free interviews.

Keywords: North of Minas Gerais/Brazil. Riachão Community's - Montes Claros. Reproduction strategies. Riachão Co-operative. Macaúba coconut.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 01 - Localização da Bacia do rio Riachão no Norte de Minas Gerais.....	17
Mapa 02 - Uso do solo na Bacia do Rio Riachão no ano de 2009.....	68
Figura 01 - Armazenamento do coco macaúba na Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba.....	85
Figura 02 - Localização da Comunidade do Riachão.....	86
Figura 03 - Armazenamento do óleo vegetal.....	94
Figura 04 - Produção do sabão em barra e em pó.....	96
Figura 05 - Etapas do processamento industrial do coco macaúba.....	98
Figura 06 - Reunião da assembléia de sócios da UBCM/Cooper-Riachão.....	99
Figura 07 - Atividade comunitária organizada pela associação do Riachão.....	102
Figura 08 - Exposição e comercialização dos produtos da UBCM.....	103

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01. PROCESSAMENTO INICIAL DO COCO MACAÚBA NA UBCM.....	93
QUADRO 02. PREÇOS DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS PELA COOPER- RIACHÃO.....	97
QUADRO 3. PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL.....	98

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AREFA	Área de Formação Agroecológica
BNB	Banco do Nordeste
CAA / NM	Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
CEBs	Comunidades Eclesias de Base
CGS	Cooperativa de Agricultores Familiares Agroextrativistas Grande Sertão
CODEMA	Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente
CODEVASF	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
COOPER-RIACHÃO	Cooperativa do Riachão
COPAM	Conselho Estadual de Política Ambiental
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DRH	Departamento de Recursos Hídricos
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAMIG	Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
ES	Economia Solidária
FETAEMG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FINOR	Fundo de Investimento no Nordeste
FISSET	Fundo de Investimentos Setoriais
GEA	Grupo de Estudos Ambientais
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDENE	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IEF	Instituto Estadual de Florestas
IGAM	Instituto de Gestão das Águas de Minas Gerais
IMA	Instituto do Meio Ambiente
ISPN	Instituto Sociedade, População e Natureza
ITCP/UNIMONTES	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Montes Claros

MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
ONGs	Organizações Não Governamentais
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PCPR	Programa de Combate à Pobreza Rural
SEBRAE	Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
STR	Supremo Tribunal Regional de Mirabela
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UBCM	Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba
UNICAFES	União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1. AGRICULTURA CAMPONESA, MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E OS PROCESSOS DE INVISIBILIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA NO NORTE DE MINAS GERAIS.....	22
1.1 Camponês e Campesinato: alguns apontamentos sobre o debate clássico.....	22
1.1.1 Organização social e produtiva da agricultura camponesa.....	26
1.1.2 Economia e reciprocidade na agricultura camponesa.....	30
1.2 Modernização conservadora da agricultura: consequências para o Norte de Minas Gerais.....	37
1.3 Processos de invisibilização e estratégias socioeconômicas no Norte de Minas Gerais.....	49
2. CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA SUB-BACIA DO RIACHÃO: SUJEITOS E LUTAS.....	56
2.1 Gestão dos recursos naturais e estratégias de acesso e manejo coletivo.....	57
2.2 A Sub-bacia do Riachão – Norte de Minas Gerais: sujeitos e lutas.....	64
2.3 A articulação das associações norte mineiras da sub-bacia do Riachão e a criação da “Comissão Pró- Riachão”	71
3. A COOPERATIVA DO RIACHÃO: BENEFICIAMENTO DO COCO MACAUBA E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	83
3.1 Extrativismo e beneficiamento do Coco Macaúba.....	83
3.2 Caracterização da Comunidade do Riachão.....	86
3.3 O surgimento da Unidade de Beneficiamento do coco Macaúba e a criação da Cooperativa do Riachão (Cooper-Riachão).....	88
3.4 A organização produtiva da UBCM/Cooper-Riachão e as formas de comercialização....	93

3.4.1 Entre os desafios e as oportunidades.....	102
3.5 A inserção da Cooperativa do Riachão nos circuitos da Economia Solidária.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	124
ANEXOS	133
ANEXO A.....	134
ANEXO B.....	135
ANEXO C.....	139

INTRODUÇÃO

O Norte de Minas Gerais é constituído por uma diversidade cultural e étnica, com rica biodiversidade local. A dinâmica de modernização agrícola regional provocou a invisibilização de práticas socioprodutivas da agricultura geraizeira, principalmente, por meio da privatização de áreas de uso comunal, e encurralamento fundiário.

O período da ditadura militar entre 1964 e 1985, é percebido como um marco no processo de invisibilização das populações agricultoras e extrativistas do Norte de Minas. Segundo Gonçalves (2000) os espaços de uso comunal (chapadas) eram tidos lugares improdutivos pela racionalidade capitalista. Deste modo, a implementação de projetos desenvolvimentistas ocorridos principalmente nas décadas de 1960 e 1970, contribuiu para o empobrecimento da população regional, agravando as condições socioeconômicas, comprometendo os seus recursos naturais e sua sustentabilidade, diante de um processo de desenvolvimento compreendido como excludente.

Conforme estudos regionais, Dayrell (2000), Silva (1999), Costa (2011), Brito (2012), Gonçalves (2000), Ribeiro (2000), França; Barbosa; Soares (2006), Feitosa e Barbosa (2005), entre outros, a forma como a modernização agrícola ocorreu no Norte de Minas Gerais provocou a invisibilização de várias comunidades e grupos cuja reprodução social, cultural e econômica dependem da vitalidade da biodiversidade.

A modernização da agricultura esteve pautada, de acordo com Feitosa e Barbosa (2005), em quatro pilares: agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão. Segundo Dayrell (2000) a “chegada das firmas” marca este processo inicial que se intensifica devido à racionalidade produtiva baseada na economia capitalista, desconsiderando as especificidades locais e a preocupação com a natureza no processo produtivo, Assim, restringiram o acesso dos meios necessários para o desenvolvimento das atividades dos agricultores.

No caso do vale do Riachão, se configurou um conflito em torno dos modos diferentes de apropriação e uso dos recursos naturais, uma vez que a disputa pela gestão da água se inicia em 1991 com a instalação de pivôs centrais nas nascentes do rio, para a intensificação da agricultura irrigada, além das monoculturas de eucalipto nas chapadas. Esse processo provocou o encurralamento das comunidades rurais, restringindo não somente o acesso e uso da água para agricultura, pecuária e abastecimento humano, mas a diminuição dos espaços de produção com a expansão do eucalipto. Como consequência, a organização

política e as lutas de resistência levaram as comunidades à reorientação de suas estratégias de sobrevivência e convivência com a biodiversidade local.

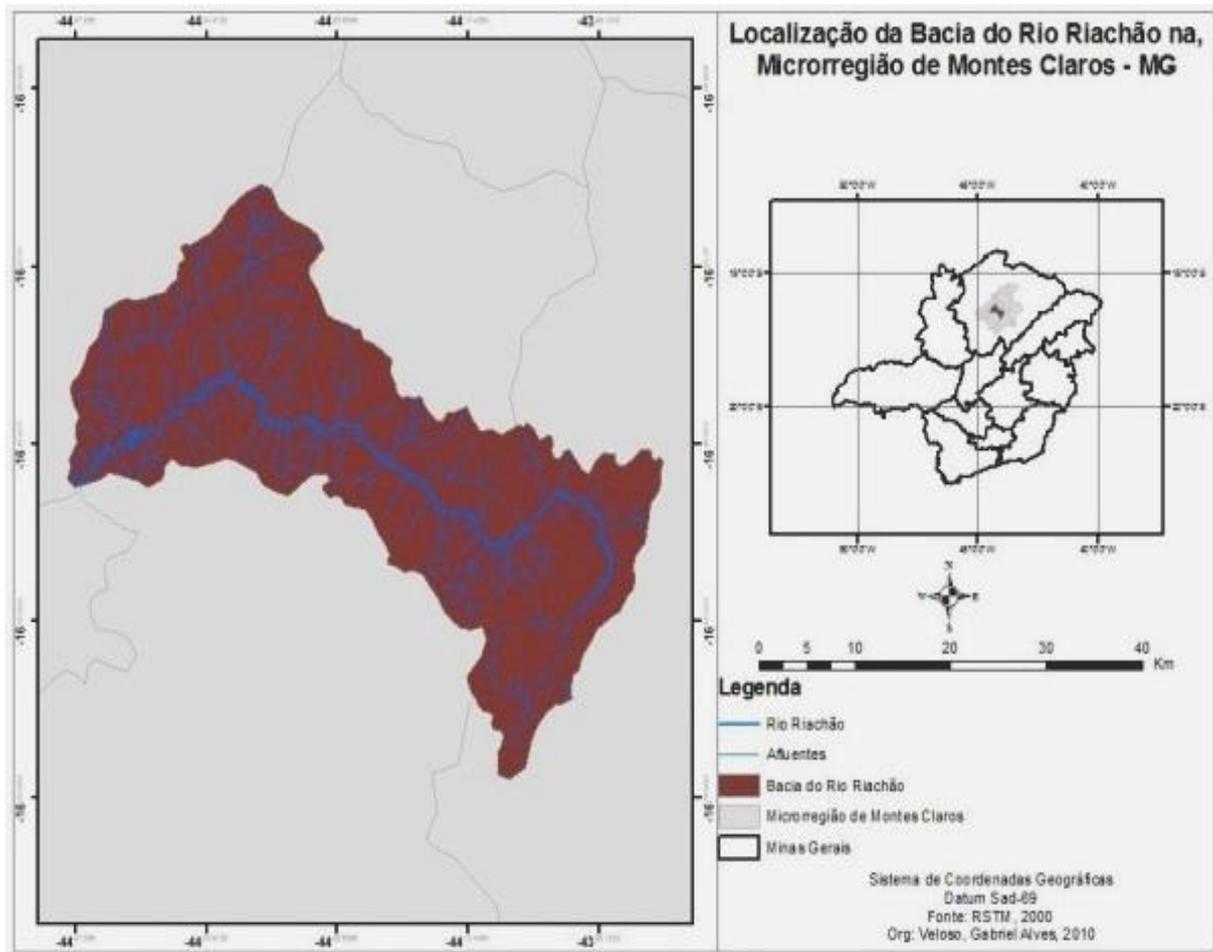
A população da sub-bacia do rio Riachão, através de um processo contínuo e longo, construiu uma cultura de convivência com o meio em que vive, conforme apontado por Dayrell (2000) e Afonso (2009). Nesse sentido, em meio a este conflito, no ano 2000 os agricultores criaram a Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba (UBCM), e em 2011 formalizaram a Cooperativa do Riachão (Cooper-Riachão).

A consecução do presente estudo fundamenta-se na necessidade de aprofundamento das análises sobre a existência de grupos com trajetória diferenciada de apropriação e convivência com a biodiversidade local, de modo que a reprodução das unidades familiares vincula-se com as estratégias viabilizadas pelos recursos locais disponíveis. Deste modo, a privação destes recursos se constitui como ameaça a nível local, regional e global.

Esta pesquisa tem por objetivo geral, analisar o processo de organização produtiva da Cooperativa do Riachão, por meio do agroextrativismo do coco macaúba, e compreender a construção dos meios alternativos à reprodução dos agricultores desta comunidade, localizada no Médio Riachão, no município de Montes Claros – MG.

A opção feita pela Comunidade do Riachão se deve principalmente pelo fato de que nesta se encontra a sede da principal estratégia socioeconômica local, a UBCM. Esta surge em meio à disputa pelo acesso a água a partir de meados dos anos 1990, acompanhada de várias manifestações, mobilização e ações dos agricultores das comunidades envolvidas. Nesta unidade, o coco é armazenado, selecionado, processado, até o produto final, quando ocorre a comercialização.

Mapa 01 – Localização da Sub-Bacia do rio Riachão no Norte de Minas Gerais



FONTE: VELOSO, G. A., et al, 2011, p. 173.

Org: VELOSO, G. A., 2010.

O interesse pelo tema proposto na pesquisa surge a partir de experiências vivenciadas na condição de Bolsista, na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Montes Claros (ITCP/UNIMONTES) entre 2010 a 2013. Sendo este um projeto de Extensão Universitária e com a finalidade de integrar ensino, pesquisa e prática, foi possível o primeiro contato com a comunidade, e por meio do processo de incubação foi possível estabelecer uma vivência maior junto a UBCM e a Cooper-Riachão.

Entendemos que o estudo sobre o processo histórico da região Norte de Minas Gerais e do conflito por acesso a água no Vale do Riachão é fundamental para a compreensão das estratégias construídas e para a visibilização deste cenário. É uma oportunidade para compreendê-lo, a partir da realidade de todos os atores sociais envolvidos nas disputas, rompendo com a prática em que a história do país é reconhecida apenas pelas ações vinculadas às classes dominantes. Conforme abordado por Martins (1981, p. 26) “a história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é

uma história de trabalhadores e rebeldes” num processo que invisibiliza e desconhece o papel das demais categorias nas transformações sociais e políticas.

A produção deste conhecimento é relevante principalmente para a área das ciências sociais, uma vez que o contexto de disputa no uso e apropriação dos recursos ambientais no Vale do Riachão se caracteriza como um conflito no cenário Norte Mineiro, cujos processos são de interesse da comunidade acadêmica.

Para alcançar o objetivo proposto, o estudo pautou-se na abordagem qualitativa, de forma a aprofundar a análise do fenômeno discutido. A pesquisa qualitativa trata-se de uma abordagem que tem como principal característica o “saber do outro”, ou seja, uma possibilidade de interação entre ambos os sujeitos, os que pesquisam e aqueles que são pesquisados. (PAULA; BRANDÃO; CLEPS JUNIOR, 2006).

As técnicas de pesquisa adotadas se constituem em revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo com observações e entrevistas livres. Para iniciar a pesquisa, foi necessária, uma permanente investigação teórica sobre o objeto de estudo, além de fazer o levantamento das informações existentes sobre a área de pesquisa, tais como: teses, dissertações, mapas, documentos, entrevistas, jornais, relatórios, entre outros, sendo seguido da preparação para pesquisa de campo.

Deste modo foi realizado um levantamento bibliográfico acerca dos temas que norteiam este trabalho, buscando um aprofundamento das teorias que sustentam os pressupostos adotados, tendo em vista que a revisão bibliográfica permite a compreensão da temática e da análise empírica. Durham (1988) destaca que é imprescindível se ter muito cuidado, assim, é necessário buscar a origem e o potencial explicativo de cada conceito, categoria ou noção utilizada para interpretá-las adequadamente, evitando distorção de seu sentido.

A entrevista livre é fundamental na abordagem qualitativa deste trabalho, tendo em vista que possibilita por meio do diálogo a compreensão do sujeito/objeto de estudo, nesse caso os agricultores da comunidade do Riachão no município de Montes Claros. No processo de imersão ao campo para identificação do grupo, foram relevantes todas as experiências adquiridas na função de bolsista da ITCP/UNIMONTES, visto que possibilitaram por meio das observações, diálogos, participação nas assembleias, reuniões de rotina, e assessoria técnica, dados e informações importantes para o desenvolvimento deste estudo.

As entrevistas foram realizadas durante as atividades da cooperativa, tais como reuniões mensais e também encontros comunitários, tiveram como propósito identificar o

grupo, sua relação com a comunidade e região e entender em que medida estas experiências coletivas têm proporcionado mudanças para os agricultores e suas famílias.

Durante a pesquisa de campo fizemos uso de caderno de anotações, relevantes para o registro das observações e diálogos estabelecidos, além do recurso fotográfico. Apesar das entrevistas terem ocorridos de forma livre, foi elaborado um roteiro composto de algumas questões, que foram importantes para conduzir a conversa. Em alguns momentos tivemos o auxílio de um gravador de voz, logo após as informações foram transcritas e selecionadas conforme o nosso objetivo.

O diálogo com os atores sociais foi relevante para o entendimento das causas e conseqüências da disputa causada pelas diferentes formas de uso da água, sobretudo, com as atividades decorrentes da modernização agrícola na região. Deste modo, a contextualização do espaço da Sub-bacia do Riachão proporcionou os primeiros subsídios para que pudéssemos conhecer os agricultores envolvidos neste processo e fazer a delimitação do campo de estudo.

Para tanto, as conversas foram fundamentais, assim como os depoimentos e posicionamentos dos associados. A importância de se “ouvir o campesinato” é enfatizada por Martins (1981, p. 17)

Daí a importância de ouvir o campesinato. É evidente que ouvir o campesinato não quer dizer, simplesmente, partir do próprio discurso dos “agentes sociais”. Quer dizer isso e muito mais. Quer dizer que é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa. É preciso captar o sentido dessa fala, ao invés de imputar-lhe sentido, ao invés de desdenhá-la. E isso somente será possível se entendermos que a resistência do camponês não expressa o seu sentido num universo particular e isolado, camponês; que a resistência do camponês a expropriação, ao capital, vem de dentro do próprio capitalismo. Que essa resistência só adquire sentido pela mediação das contradições fundamentais que contrapõem operários e burgueses, pois a questão agrária é entre outras expressões das contradições do capital. (MARTINS, 1981, p. 17).

O contexto histórico foi construído a partir do acompanhamento sistemático junto ao grupo. As entrevistas foram realizadas com lideranças da comunidade, sendo pessoas engajadas desde o processo de formação da UBCM até a atualidade. Ocorreram em novembro de 2014, março e dezembro de 2015 e janeiro de 2016. Para preservar o anonimato dos colaboradores, as entrevistas foram identificadas pelas iniciais dos entrevistados, constando o mês e o ano que foram realizadas.

Além disso, reunimos alguns materiais complementares para auxiliar na interpretação das entrevistas, observações e demais dados obtidos no campo. Nesta etapa,

contamos com relatórios, jornais impressos, registros de cartas e ofícios que circularam durante o período que compreende o processo de disputa pela água no vale do Riachão.

A observação participante foi realizada em momentos das reuniões mensais do grupo, e demais atividades da comunidade. A observação dos fatos, comportamentos e cenários cotidianos se torna essencial para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa, pois proporciona algumas vantagens por meio do ato de observar, que independe do nível de conhecimento, assim, possibilita ‘chegar’ na prática os comportamentos, além de outras percepções subjetivas. A entrevista permite tratar de temas complexos, e pode ser a principal técnica de coleta de dados, podendo ser integrante da observação participante. (MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER, 1999).

A última etapa compreende a análise dos resultados obtidos sobre suas organizações, articulações, processos produtivos, e as estratégias desenvolvidas por meio do extrativismo do coco macaúba, além de compreender como estes agricultores denominados por autores regionais, como geraizeiros¹, gerem os recursos naturais e como se articulam para superar os problemas que comprometem a sobrevivência. Adotando estes procedimentos, foi possível realizar uma sistematização das informações e dados, observando as questões e buscando atingir os objetivos propostos neste estudo.

Três questões norteiam o presente trabalho; qual a lógica e a dinâmica da agricultura camponesa? De que modo o processo de modernização da agricultura interferiu nas estratégias de (re)produção dos agricultores da sub-bacia do Riachão? Como estes agricultores se organizam para se apropriarem dos recursos naturais e construírem alternativas socioeconômicas?

As indagações acima nos possibilitarão examinar as práticas de manejo, produção, comercialização e acesso comum dos recursos naturais locais. Entendemos que as articulações na organização dos processos produtivos, e a atuação dos agentes sociais da comunidade em torno das questões políticas, econômicas, sociais, culturais e sustentáveis, são fatores relevantes para compreendermos as estratégias de (re)produção vivenciadas na comunidade. Neste sentido, esta dissertação está organizada em três capítulos.

No primeiro capítulo realizam-se apontamentos sobre os conceitos de camponês e campesinato, com o propósito de dialogar com as formas de organização e produção da comunidade pesquisada.

¹ Conforme Dayrell (1999) os geraizeiros podem ser definidos como populações habitantes dos Gerais, que desenvolveram ao longo do tempo estratégias de convivência com este ambiente. O Gerais é um termo regional e refere-se aos planaltos e serras onde predominam os cerrados.

Para tanto, tornou-se necessário discutir a organização social e produtiva da agricultura camponesa, além dos processos que envolvem as experiências econômicas e suas dinâmicas. Nesta etapa, foram relevantes os estudos de Mendras (1978), Wolf (1970), Martins (1981), Sabourin (2009), entre outros. Além disso, propomos uma interpretação do processo de modernização agrícola e suas conseqüências para a invisibilização socioeconômica no Norte de Minas Gerais.

O segundo capítulo aborda a questão da disputa por acesso a água na Sub-bacia do Riachão, envolvendo agricultores de várias comunidades dos municípios de Montes Claros, Brasília de Minas, Coração de Jesus e Mirabela. Este processo é composto por disputas simbólicas e materiais causados pela escassez dos recursos naturais, e a desestruturação do seu manejo. Assim, as comunidades emergem num contexto de articulação diante das conseqüências da modernização, reivindicando mudanças em favor da sustentabilidade do meio ambiente e condições para a continuidade de suas atividades agrícolas.

Deste modo, apresentamos este cenário de conflito como um dos principais motivos para a organização produtiva regional, tendo em vista a limitação das condições de trabalho e sobrevivência dos agricultores. De um lado, a expansão das plantações de eucalipto, do outro a agricultura irrigada no vale, cuja implantação de pivôs centrais intensificou a seca do rio, iniciando um longo processo de disputa que forçou a reorientação de suas estratégias e a reorganização da comunidade. Por meio da articulação comunitária, nasce a “Comissão Pró-Riachão”, tendo a princípio, o propósito de paralisar definitivamente os pivôs centrais e minimizar os seus efeitos ao meio ambiente. Logo após, surge a proposta de organização de uma unidade produtiva coletiva, que fosse capaz de incentivar e proporcionar condições para a permanência das famílias na comunidade.

O terceiro capítulo analisa o processo de organização da comunidade em torno da necessidade de estratégias de (re)produção, diante dos problemas sociais vivenciados na região. Neste contexto, destaca-se a criação da Unidade de Beneficiamento do coco Macaúba (UBCM) e a organização da Cooperativa do Riachão (Cooper-Riachão), resultado da proposta do reconhecimento do potencial de aproveitamento do coco macaúba e da sua abundância na região. Este fruto já era tradicionalmente utilizado no cotidiano dos agricultores, na produção de sabão caseiro, extração de óleo artesanal e também na complementação da alimentação animal, principalmente nos períodos de seca, onde a falta de recursos forçava a busca de alternativas. Desta forma, outro propósito da articulação das comunidades era potencializar as práticas do agroextrativismo de forma organizada e coletiva, tendo como referência a cooperação e a busca pela qualidade de vida dos moradores da região.

CAPÍTULO I - AGRICULTURA CAMPONESA, MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E OS PROCESSOS DE INVISIBILIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA NO NORTE DE MINAS GERAIS

Para maior compreensão da discussão proposta, é necessário que se discuta as categorias de análise. O presente capítulo examina categorias analíticas importantes para o debate das questões históricas, econômicas, ambientais e sociais da agricultura camponesa no Brasil, possibilitando a discussão da realidade social do Norte de Minas Gerais.

Nesse contexto, destaca-se o papel dos processos de modernização da agricultura no país, assim como suas conseqüências para o novo desenho da dinâmica rural-urbano, tanto no cenário nacional quanto regional, tendo em vista as transformações ocasionadas, sobretudo para as populações rurais. Esse processo de modernização da agricultura relaciona-se, diretamente, com a lógica do progresso pautada no desenvolvimento capitalista, emergente no Brasil a partir da década de 1950.

Nesta perspectiva, busca-se refletir sobre as transformações e as implicações socioambientais e econômicas da modernização da agricultura, para os grupos sociais da região do Norte de Minas Gerais, com foco para a análise da realidade social da Comunidade do Riachão, considerando não somente suas formas de emergência diante destes processos, mas principalmente as estratégias socioeconômicas construídas em função da (re) produção da unidade familiar.

O debate clássico sobre o conceito de camponês e suas formas de organização produtiva, é relevante para compreendermos como a Comunidade do Riachão atualmente se (re)configura diante das conseqüências dos processos de modernização da agricultura.

1.1 Camponês e Campesinato: alguns apontamentos sobre o debate clássico

A discussão do conceito de camponês é relevante para a análise e interpretação do meio rural, conforme é expresso por Velho (1969) que destaca a importância do uso das categorias sociológicas para compreensão da nossa realidade.

A utilização precisa da noção de camponês é reivindicada por Caio Prado Junior (1966) que destaca para este conceito a autonomia do agricultor na gestão da sua própria produção. A designação de camponês deve se aplicar aos trabalhadores e pequenos produtores que exercem atividades por conta própria, formando uma categoria econômico-social diferente daqueles que exercem as atividades a serviço de outros, sendo dependentes, numa

condição de empregados. Outra questão importante abordada pelo autor se refere às relações fundiárias e de trabalho, que provocam a tendência ao assalariamento da força de trabalho rural e o crescimento das condições sub-humanas de vida para a população rural do país.

Conforme expressa Martins (1981), as palavras camponês e campesinato abrangem as lutas dos trabalhadores do campo, que nos anos de 1950, ocorriam em vários lugares do país. O camponês recebeu denominações próprias de cada região, de modo geral, afirma que, se tratava de palavras depreciativas e com “duplo sentido”. Para Martins (1981, p. 22) “referem-se aos que vivem lá longe, no campo, fora das povoações e das cidades, e que, por isso, são também rústicos, atrasados ou, então, ingênuos, inacessíveis.”

De acordo com o autor, a palavra ‘camponês’ designa o seu lugar social na estrutura da sociedade e não apenas no espaço geográfico, pretende-se que seja inclusive a designação de um destino histórico. Para Wolf (1970, p. 24) “... o termo camponês denota nada mais nada menos que uma relação estrutural assimétrica entre produtores de excedentes e o grupo dominante.”

Ao questionar sobre a definição de camponês, Mendras (1978, p.14-15) menciona cinco traços que define o tipo ideal da sociedade camponesa: a autonomia das coletividades; a importância das estruturas do grupo para a organização da vida econômica e social; a auto-suficiência econômica relativa, não havendo distinção de consumo e produção; as relações de interconhecimento da coletividade local; e a função decisiva do papel de mediação entre as coletividades camponesas e a sociedade envolvente.

Para Mendras (1978) o desenvolvimento da “feudalidade” separou os senhores dos camponeses, assim, o surgimento do campesinato está relacionado à superposição do feudalismo e da burguesia, de modo que a sociedade industrial provoca o desaparecimento da autonomia das coletividades camponesas que se mantêm conservando a lógica de produção de forma marginal, frente à sociedade urbanizada e industrializada. Deste modo, o campesinato teria se transformado em uma força revolucionária e o camponês “transforma-se em agricultor, produtor agrícola que é, ao mesmo tempo, ‘empreiteiro’ e ‘trabalhador’”. (MENDRAS, 1978, p. 13).

Diante da perda de autonomia destas coletividades, Wolf (1970) afirma que a revolução industrial teria provocado a secundarização dos camponeses na produção de riquezas, tendo em vista a criação de máquinas e sua produção independente. Deste modo, segundo o autor, existem sociedades em que o principal produtor de riquezas é o camponês, por outro lado, em outras sociedades o seu papel tem composto um segundo plano. A ameaça à inutilidade econômica está presente em ambos os tipos de sociedades, seja pelas exigências

de excedentes ou pela competição, expressas ainda nas tecnologias industriais que consistem em novas ‘fábricas do campo’, sendo fortemente capitalizadas e mantidas por trabalhadores agrícolas e não camponeses.

A relação estabelecida com a cidade tem sido uma característica importante de definição do camponês, que ao se integrar a uma sociedade com um Estado que o submete com exigências e sanções externas a seu extrato social, dão origem ao campesinato, existente dentro de um sistema maior. Nesta perspectiva, Wolf (1970) destaca um elemento de extrema importância para o camponês, o valor simbólico, presente na terra e na casa, cujo significado vai além da interpretação enquanto fatores de produção econômica.

Segundo Wanderley (1996) algumas particularidades dos processos sociais gerais da história da agricultura brasileira são refletidas no campesinato: o quadro colonial, a escravidão, a dominação da propriedade (econômica, social e política), e a existência de extensões de terras livres e passíveis de serem ocupadas. Assim, essa categoria possui um registro de lutas por espaço tanto na economia quanto na sociedade, aos quais as estratégias adotadas objetivavam/objetivam espaço produtivo, a constituição do patrimônio familiar, e a estruturação do estabelecimento como um espaço de trabalho da família. Desta forma, a autora destaca o lugar secundário e subalterno que a agricultura familiar tem ocupado na sociedade brasileira.

Com relação à racionalidade da produção camponesa, Chayanov (1986) apud Abramovay (1992, p. 59) afirma que a economia camponesa não é um sistema econômico capitalista, e o campesinato é mais que um setor social e não simplesmente uma forma transitória destinada ao desaparecimento, é um sistema econômico “cuja existência é possível encontrar as *leis da reprodução e do desenvolvimento*.” Para o autor, o camponês cria a sua própria existência, que é composta por uma lei básica, podendo ser entendida como o equilíbrio entre o trabalho e o consumo.

O trabalho é fundamental para a satisfação das necessidades familiares, assim, a atividade familiar depende do número de trabalhadores e consumidores. Conforme Chayanov (1986) apud Abramovay (1992) o que motiva a atividade econômica da família camponesa, é a satisfação das necessidades de consumo, e o seu comportamento é determinado pelas necessidades da reprodução do conjunto familiar. A escolha da família depende da relação entre a penosidade do trabalho e a satisfação das necessidades, contudo, os elementos determinantes da conduta econômica do interior da família seriam desenraizados por meio da integração da agricultura familiar ao mercado.

De acordo com Sabourin (2009) a existência de um campesinato na história e na contemporaneidade da sociedade brasileira foi negada e entendida como processos atrasados e rudes, tecnicamente e socialmente. No entanto, a presença dos camponeses, nessa sociedade, pode ser percebida pelas características e pela lógica em torno de estratégias de resistência e reprodução social, cultural, simbólica e material, diante das situações de precarização do acesso aos recursos naturais essenciais para a sua produção e reprodução.

O fim do Império e o começo da República marcam as primeiras grandes lutas camponesas no Brasil, tendo em vista as mudanças provocadas na vida dos camponeses, onde às questões referentes à posse de terra tem destaque nas reivindicações. A liga dos camponeses surge no ano de 1955, e juntamente com o sindicato, passa a representar uma forma importante de organização e luta política dos camponeses. (MARTINS, 1981).

As Ligas Camponesas tiveram grande atuação na luta dos camponeses do Nordeste brasileiro, não apenas no sentido de trazer para ao debate a realidade fundiária do país, mas de objetivar a mudança na mesma, onde a legalidade das terras se mostrava como forma de redefinição fundiária e conseqüentemente do monopólio de classe sobre o uso da terra.

Os camponeses vivenciaram e ainda vivenciam no Brasil um grande processo de invisibilização, onde segundo Sabourin (2009, p.30) até mesmo “o termo camponês foi banido do vocabulário oficial após a repressão militar de 1964, que deu fim à experiência das primeiras organizações de pequenos produtores rurais autônomos: as Ligas Camponesas”. Nesse momento crítico, os sindicatos oficiais de trabalhadores rurais e as cooperativas, exerceram grande função, pois mesmo sobre controle da atuação do Estado, eram as únicas organizações camponesas autorizadas durante o período militar, período este que põe fim às alternativas contidas nas lutas camponesas da época. Deste modo, o autor destaca que o uso do termo “camponês” só retorna ao vocabulário no final dos anos de 1990.

As Ligas Camponesas também procuraram atuar no marco da legalidade, princípio definido desde o começo de sua existência. Ainda que com contradições internas que persistiram até a sua liquidação pela ditadura militar, as Ligas de certo modo evoluíram no sentido de definir a *reforma agrária radical* em termos opostos aqueles propostos tanto pelo PCB como pela Igreja. Para as Ligas [...] a reforma somente seria radical se alcançasse no seu conjunto o direito de propriedade da terra, se acabasse com o monopólio de classe sobre a terra e desse lugar a *propriedade camponesa*, inclusive à estatização da propriedade. (MARTINS, 1998, p. 89).

Sabourin (2009) destaca que o campesinato vivenciou/vivencia a exclusão em suas mais diversas formas, por isso é também uma categoria política e de resistência. Neste

sentido, a sociedade industrial não tolera as especificidades do campesinato. De acordo com Mendras (1978) isso ocorre justamente por serem perspectivas opostas à economia hegemônica, já que o camponês produz com autonomia uma diversidade de alimentos, para a sua unidade familiar e para o consumo dos demais, sendo responsável pelo gerenciamento de sua própria produção, diferentemente das relações de trabalho e de produção presentes na primeira, por outro lado, a fraqueza dos camponeses está no desmantelamento da sua coletividade, que é fundamental na caracterização de sua racionalidade econômica.

Na perspectiva de Wanderley (1996) a agricultura camponesa é pequena e dispõe de poucos recursos para potencializar suas forças produtivas. No entanto, não se trata de uma agricultura camponesa por sua pequena dimensão, o que determina essa natureza são as relações internas e externas. Por outro lado, Wolf (1970) destaca a capacidade de adaptação dos camponeses diante das diversas situações, tendo em vista as estratégias que seguem, e a combinação de atividades na luta pela sobrevivência individual e coletiva, com o propósito central de modificar e/ou neutralizar os efeitos de uma ordem social que ameaça sua espécie de extinção.

1.1.1 Organização social e produtiva da agricultura camponesa

De acordo com Martins (1981) o campesinato era constituído por agregados, posseiros e sitiantes, deste modo, esclarece que entre os agregados e fazendeiros existia uma relação de troca, que consistia na troca de favores e serviços, na troca de coisas desiguais. Por outro lado, o posseiro se refere à relação jurídica com a terra, não tem o domínio mesmo tendo a posse, já o sitiante era o pequeno agricultor independente, produziam para a alimentação e comercialização do excedente, mas excluídos da participação na estrutura de poder.

Contudo, enfatiza que uma categoria importante se destaca no campo, trata-se das pessoas autônomas que não possuem empregados, e trabalham para si mesmas, desempenhando um papel de autonomia devido à ausência de patrões. O autor ressalta que o camponês ao longo da história brasileira, é marcado pelo processo de expropriação de seus modos de vida e dos recursos que possuem, assim, são submetidos ao capital, se transformando “num trabalhador à procura de trabalho” (MARTINS, 1981, p. 71).

A capacidade de produção de excedentes de uma sociedade se relaciona com a divisão funcional do trabalho entre aqueles que governam e os que cultivam, Wolf (1970) destaca que os camponeses produzem para a perpetuação da unidade familiar, sendo os

excedentes justificados pela finalidade da manutenção dos instrumentos de produção, equipamentos, ou qualquer situação que ameace a existência biológica e a satisfação de suas necessidades culturais, deste modo, não existe razões técnicas ou sociais que justifiquem um esforço adicional na produção, logo que asseguram o mínimo necessário e o fundo de manutenção, podem paralisar seus esforços, que estão condicionados a forma e as regras de divisão do trabalho na sociedade que pertence.

Dentre as características das comunidades camponesas, Sabourin (2009) destaca: o parentesco, a localidade, e a reciprocidade, além disso, afirma que numa comunidade, os membros partilham de uma descendência onde possuem um ancestral comum, conservando estreitos laços de parentesco, cuja origem se destaca a partir do desdobramento das relações com as fazendas.

Para Sabourin (2009, p.51) “a comunidade camponesa existe também em função de um sentimento de pertencimento a um grupo, de uma identidade coletiva e do compartilhamento de saberes, práticas e, sobretudo, valores que a constituem.”. Dessa forma, diversos mecanismos foram criados pelas comunidades camponesas, para garantir que as famílias que façam parte do sistema de reciprocidade tenham acesso ao consumo, conforme as necessidades, assim, os valores de confiança e amizade são reproduzidos a partir das regras de compartilhamento.

Nesta perspectiva, Wolf (1970) ressalta que a hierarquia se desenvolve no campesinato como consequência das relações com a sociedade envolvente, assim, entre os camponeses todos possuem um papel específico e as únicas diferenciações que se conhece são as devidas ao sexo, à idade, à posição dentro da parentela ou do grupo doméstico, ou finalmente, as devidas ao exercício de um ofício ou de uma função particular.

Mendras (1978, p.87) destaca a organização coletiva das sociedades camponesas, relativamente pequenas e autônomas, deste modo afirma que “a ‘comunidade’ camponesa é uma criação histórica antes que uma sobrevivência de um sistema primitivo”. Para tanto, esclarece o uso do termo coletividade para fazer referência a toda à localidade de povoamento organizado, e a comunidade para caracterizar as coletividades, que possui código único de atitudes e comportamentos, criando uma sociedade local, a partir dos laços formados com as coletividades vizinhas aos quais possui diversas relações de trocas. A coletividade é fundamental para a manutenção de um equilíbrio entre seus recursos naturais escassos e a população. Já a autonomia, representa a condição de manutenção, perpetuação da homogeneidade cultural e a possibilidade de resistência diante das influências externas.

Segundo Martins (1981), as possibilidades do trabalho comunitário em grande escala e os regimes alternativos de propriedade que sobrepõe à exploração, podem possibilitar a preservação e ampliação das vantagens sociais, contrapondo a utilização capitalista da terra, pois o campesinato moderno se torna cada vez mais dependente da dinâmica de mercado. Além do regime capitalista de propriedade, configurado na terra de exploração, em nosso país existem quatro diferentes regimes de propriedades e que são localizados pelo documento de Itaiçi², são eles: a propriedade tribal, a propriedade comunitária, a posse e a propriedade familiar.

No campo, o principal instrumento de trabalho, é a terra, que possibilita a alimentação da sociedade numa proporção relevante, uma vez que, uma parcela significativa da produção agrícola brasileira tem como procedência a agricultura familiar. O contraste com as relações capitalistas, numa competição que é desigual por natureza, desdobra em tensões, conflitos, e diversas formas de resistência, resultando em processos sociais importantes para a reflexão das estruturas de poder na sociedade brasileira, e, sobretudo as relações de dominação e estratégias de reprodução presentes no meio rural.

A utilização comunitária de ferramentas, equipamentos, recursos naturais, além das atividades desenvolvidas coletivamente, ressaltam a importância do trabalho comunitário para o fortalecimento dos laços sociais. Em muitas situações, os agricultores familiares têm buscado estratégias de organização, sejam em cooperativas, associações, sindicatos, entre outras formas adotadas.

Accarini (1987) destaca a complexidade das atividades rurais, que dependem das condições de clima, e das forças da natureza, o que diferencia de outros setores da economia. Nessa perspectiva, vários são os desafios vivenciados para o exercício das atividades rurais, sendo destacado pelo autor: a aquisição de bens e fatores de produção vindos de outros setores; a dificuldade de acesso ao crédito; a falta de opções para vender excedente; a presença dos intermediários; as condições de tráfego geralmente precárias; a carência de qualquer tipo de infra-estrutura; a descontinuidade da produção, concentradas em épocas específicas; a redução do preço recebido e da renda do produtor, em virtude do aumento da oferta na época da safra, simultaneamente à oportunidade única no decorrer do ano para vender os excedentes; a perecibilidade dos produtos rurais; a necessidade do armazenamento

² Documento aprovado pela 18ª Assembléia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em Itaiçi, 14 de fevereiro de 1980. “Este documento está voltado para a problemática da posse da terra em nosso país. Não é um estudo sobre agricultura nem sobre a questão técnica da produção, mas sobre a questão social da propriedade fundiária”. Disponível em: http://www.cnbb.org.br/component/docman/doc_download/79-17-igreja-e-problemas-da-terra. Acesso em 10 de agosto de 2015.

e conservação para evitar que se deteriore e torne invendáveis; a vulnerabilidade do produtor diante dos intermediários e dos agentes que se privilegiam com preços reduzidos e com a necessidade de vender rapidamente os seus produtos; a constante insegurança vivida pelo produtor rural e os elevados custos e investimentos diante das alternativas tecnológicas que conduza a atividade rural.

A extensão da terra não necessariamente se vincula a proporção da produção, sendo assim, a grande unidade de produção não é incompatível com o trabalho familiar. A terra apresenta uma utilização mista, por um lado é utilizada para o trabalho do próprio produtor e sua família, e também para exploração, do trabalho alheio. A luta anticapitalista presente nas relações de trabalho familiar corresponde ao processo de resistência à expropriação e à expulsão, que pode ocorrer de forma violenta ou suave, num processo rápido ou lento. (MARTINS, 1981).

Diante da complexidade que envolve o desenvolvimento das atividades rurais e a diferencia de outros setores econômicos, Accarini (1987, p. 40) destaca que alguns segmentos possuem uma realidade de risco de permanência dos produtores e pouco rendimento. Segundo o autor, para muitos produtores “[...] as alternativas de vida fora do setor rural são de tal sorte escassas que a necessidade de prover o sustento da família e o apego à terra se apresentam como questões maiores e mais urgentes do que a própria busca do lucro.”

Accarini (1987) aponta ainda, a existência de questões mais urgentes para a sustentabilidade da família em contraponto à busca do lucro. São caracterizadas pelo sentimento de pertencimento, laços de afinidades, e organizações coletivas no acesso aos bens comunitários e recursos naturais, fatores que dentre outros nos direciona para uma racionalidade econômica diferenciada, tendo em vista a reprodução da unidade familiar e não o lucro.

De acordo com Sabourin (2009) a agricultura camponesa apresenta estruturas de reciprocidade e autonomia diante do mercado capitalista - o qual contribui para a exclusão econômica e destruição de seus vínculos sociais - tendo em vista uma produção diversificada, permeada no autoconsumo, entre as famílias, com práticas de redistribuição local.

[...] as formas de organização dos agricultores, dos rurais, bem como dos outros atores socioeconômicos, podem participar do desenvolvimento de relações e estruturas econômicas e sociais de reciprocidade. Embora desconhecidas ou ocultas, e a despeito do domínio do sistema de livre troca, essas relações e estruturas conseguiram e conseguem garantir a sobrevivência material da grande maioria das populações rurais, desde os ricos até os mais pobres; principalmente, estiveram aptas a manter um mínimo de valores humanos ou éticos em nossas sociedades. (SABOURIN, 2009, p.294).

As comunidades camponesas têm construído estratégias que minimizam as influências que ameaçam a reprodução da unidade familiar, trata-se de outras lógicas de produção compostas de experiências distintas, que podem se organizar seja em empreendimentos solidários, cooperados, comunitários, associados, entre outros, que visam à reprodução da unidade familiar e/ou de toda uma coletividade. É nesta perspectiva que propomos alguns apontamentos sobre a economia e a reciprocidade na agricultora camponesa.

1.1.2 Economia e reciprocidade na agricultura camponesa

De acordo com Mendras (1978) o ramo mais antigo da ciência econômica é a economia rural, deste modo, diferencia a economia camponesa da economia primitiva que se assemelham no fato de que ambas trabalham a terra para se nutrir, e se distingue no fato de que o camponês também produz para o mercado envolvente. Para tanto, ressalta a unidade indissociável do camponês que é a família ao qual do ponto de vista econômico, também a entende como um agente que produz e consome conforme suas necessidades.

A organização do campesinato se caracteriza principalmente pelos processos econômicos baseados na produção familiar, que são fundamentais para a sua perpetuação. Deste modo, Wolf (1970, p.28) destaca o papel do camponês enquanto agente econômico, sendo a sua propriedade ao mesmo tempo um lar e uma unidade econômica, além de organização produtiva a unidade camponesa é também uma unidade de consumo “ela tem tanto bocas para alimentar quanto mãos para trabalhar”, contudo, tem como constante desafio o equilíbrio entre as necessidades da família e as exigências do mundo.

As economias camponesas estão incluídas e participam de uma economia mais ampla que exercem fortes influências em sua organização. A perpetuação do seu sistema e a continuidade da família é a preocupação central do camponês, deste modo, a terra não é um capital que deve ser rentabilizado, é um meio de vida, diferente da economia capitalista que a percebe como um capital cuja finalidade é a produção do lucro, assim não se pode analisar o sistema econômico camponês nos termos da economia industrial. Por outro lado, todos os modos de produção não capitalistas são julgados sem importância, com tendência ao desaparecimento, o que justifica a criação de estratégias de resistências. (MENDRAS, 1978).

Segundo Sabourin (2009) os sistemas econômicos dos camponeses são regulados por estruturas fundamentadas na reciprocidade, assim, os agricultores por meio de suas estruturas coletivas criam mecanismos onde permeiam as regras internas. “O princípio

econômico de reciprocidade passa justamente pela preocupação com a satisfação das necessidades elementares dos próximos (a família, a comunidade etc.) e, por extensão, dos membros da coletividade humana.” (SABOURIN, 2009, p. 267).

As relações que possuem com o mercado são estreitas e múltiplas, mesmo que o agricultor comercialize toda sua produção, ele pensa e dirige seu cultivo como um camponês e não como um empresário, na medida em que não empregam assalariados e tem a posse de sua terra, seja como proprietário ou não, contudo a sociedade envolvente é oposta aos processos igualitários da coletividade camponesa, por isso estas lógicas diferenciadas se enfrentam.

Neste sentido, Mendras (1978) diz que a economia camponesa não é monetária, o dinheiro é externo ao seu sistema que tem como prática o autoconsumo e a troca, a moeda neste caso exerce funções marginais e serve para a transação entre ambas como uma forma intermediária. Internamente o dinheiro pretende ser utilizado numa situação precisa e desafiante, podendo conservar elementos em momento de crise e minimizar os efeitos causados pela economia envolvente. Diante destas questões, as trocas entre os grupos domésticos têm como finalidade a compensação dos recursos, por outro lado, ocorre de forma limitada, uma vez que fazem parte de um mesmo sistema em que partilham das mesmas condições de produção e carências.

A partir das idéias de Wolf (1970) e Mendras (1978) a economia camponesa pode ser entendida como indissociável da unidade familiar, ou seja, a família atua na condição de agente econômico, deste modo, Wanderley (1996) argumenta que se trata de uma estrutura produtiva que associa “família - produção - trabalho” que ao mesmo tempo em que produz também consome. Além disso, a busca pela satisfação das necessidades da família e de toda a coletividade, leva Sabourin (2009) a afirmar que existem estruturas fundamentadas na reciprocidade que regulam os sistemas econômicos dos camponeses. Por um lado, a economia camponesa é percebida como uma forma de produzir tradicionalmente, diferente da economia envolvente; por outro lado, ela está inserida em uma economia maior que constantemente ameaça sua forma de organização singular.

A idéia de reciprocidade relaciona-se com a lógica da dádiva, que é definida de modo ampla por Mauss (2008) no Ensaio sobre a dádiva. Na referida obra, a dádiva é entendida como algo que produz alianças, sejam matrimoniais, políticas, religiosas, econômicas, entre outras. Desse modo, a vida se constitui socialmente pelas constantes práticas de dar, receber e retribuir. Assim, as trocas correspondem à comunicação entre almas, a inter-subjetividade, a sociabilidade, implicando não apenas em uma troca material, mas também uma troca espiritual.

Nesta relação de reciprocidade, existe a aproximação que assemelha os sujeitos, algo de si é dado ao outro, ao passo que quem recebe aceita algo de quem doa, contudo ressalta que não se trata de um ato desinteressado, pois existe a expectativa de retribuição. Refere-se à relação de coletividades que se obrigam mutuamente a trocas simultaneamente úteis e simbólicas, voluntárias e obrigatórias, que inclui “prestações” para além dos presentes, são concebidas e praticadas nos diferentes tempos e lugares, diferente das relações entre indivíduos no capitalismo de mercado, resultando em transações humanas e ao mesmo tempo sociais.

Ao discutir os conceitos de reciprocidade, dádiva e troca, uma das abordagens utilizadas por Sabourin (2009) se refere às definições de Temple (1997; 2004) que discorre que a dádiva nasce da reciprocidade que é sua condição, e a reciprocidade consiste na reprodução das dádivas. A reciprocidade se difere da troca, a primeira é constituída de relações entre sujeitos, e a segunda confere a permuta de objetos. A motivação da troca ocorre pelo interesse às coisas ou seu valor simbólico, consiste numa relação de interesse com o mínimo de reciprocidade, a satisfação se refere ao interesse próprio, por outro lado, na dádiva recíproca, o ato sobrepõe à coisa, visa o bem do outro. A satisfação do interesse de cada um num ato de troca revela um caráter recíproco, contudo a reciprocidade envolve outras questões importantes, tais como, valores humanos afetivos e a preocupação com os demais envolvidos.

Se a reciprocidade é diferente da troca e consiste na reprodução das dádivas, como podemos entender a dádiva e a troca? Conforme interpretação das idéias de Temple (1997; 2004), a troca é motivada pelo interesse próprio e consiste numa troca de objetos, onde existe uma valorização da coisa que se troca. Já a reciprocidade visa à relação estabelecida entre os sujeitos, existe uma preocupação com o bem do outro, que sobrepõe o interesse particular. Mauss (2008) entende a dádiva como a base da troca, mas afirma que não se trata apenas de uma troca material ainda que exista o interesse e a expectativa de retribuição, pois ocorre uma aproximação entre os sujeitos numa relação de ‘dar, receber e retribuir’ que produz a sociabilidade e alianças, constituindo a vida social.

Nesta perspectiva, Sabourin (2009) afirma que os sistemas econômicos dos camponeses são regulados por estruturas fundamentadas na reciprocidade, pois não se trata apenas de uma troca, existe a preocupação com a satisfação das necessidades de outros, seja da família, comunidade, ou toda a coletividade, diferente da troca mercantil, constitui outro motor da produção, onde se agrega outros valores, uma vez que o bem comum se sobrepõe as necessidades individuais.

De acordo com Temple e Chabal (1995) a reciprocidade e a troca são diferentes, a troca tem função tanto econômica, quanto simbólica, nesta, um bem é cedido em contrapartida a outro, numa transação de objetos e coisas. Ainda que a troca exija um relacionamento anterior entre as pessoas envolvidas, e um mínimo de relação de reciprocidade, ela consiste na permuta entre objetos com base em interesse próprio, enquanto que a reciprocidade é uma relação reversível entre sujeitos. Na reciprocidade existe uma relação entre pessoas, entre o primeiro e o segundo, face a face. A reciprocidade geralmente produz valores, assim, uma economia de reciprocidade possui uma ética própria,

A reciprocidade e a troca se diferem em sua definição, desenvolvimento e prática, conforme Sabourin (2009) elas na melhor das hipóteses, podem conviver, mas em muitos casos uma sobrepõe a outra numa situação de dominação. Isso ocorre pelas características peculiares de cada uma quanto aos seus objetivos específicos. Dentre as formas de organização camponesa, o autor cita dois exemplos de estruturas de reciprocidade, a ajuda mútua que expressa os tipos de cooperação camponesa, e o compartilhamento de recursos comuns, que para além dos processos produtivos, se estendem a vida familiar e doméstica na comunidade, assim, a reciprocidade é compreendida a partir das prestações que geram vínculos sociais.

Sabourin (2009) complementa utilizando a definição de Temple (2003c), que se refere à ação ou prestação que possibilita a participação numa comunidade humana, a partir do reconhecimento do outro, partindo da dívida. Ao abordar as estruturas da reciprocidade Temple (1997) ³ destaca os valores humanos que são produzidos nessas relações, conforme interpretação de Sabourin (2009), quando são simétricas, gera valores éticos, assim, as estruturas são sistematizadas da seguinte forma:

- **Estruturas de reciprocidade binária:** podem ser classificadas como simétrica ou assimétrica, ocorrem através dos processos de aliança entre pessoas, famílias, grupos, etc. resultam da interação entre um e o outro. Quando simétrica, contribui para laços amigáveis, por outro lado, quando assimétricas, possui caráter de submissão.
- **Estruturas de reciprocidade ternária:** podem surgir como unilateral ou bilateral, deste modo, uma das principais características nessa estrutura, é o envolvimento de pelo menos três partes. Na relação de reciprocidade de pais para filhos que gera responsabilidade, esta estrutura apresenta o caráter unilateral. No caso do

³ TEMPLE,D. El Principio de lo contradictorio y las estructuras elementales de la reciprocidad. Disponível em: http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=336#page-reciprocidad-2. Acesso: 30 de jun. de 2015.

compartilhamento de recursos comuns que produz justiça e confiança, apresenta característica de bilateralidade, nesta, apresenta um senso de responsabilidade para uma nova obrigação, para se equilibrar ao ato de reciprocidade. A tradição também é reconhecida no processo de filiação de reciprocidade ternária

- **Estrutura de reciprocidade centralizada:** Nesta estrutura, se identifica a figura do “chefe, patriarca, rei, poder religioso, ou Estado”, existe um centro de redistribuição que distribui prestações e serviços aos demais, assim, novos valores se criam, a confiança nestas relações não ocorre espontaneamente, é associada ao sentimento de obrigação e obediência.⁴

A relação de reciprocidade corresponde à interação entre pessoas, no mínimo duas pessoas, que ao mesmo tempo atua como agente e paciente, produzindo valores diferenciados que regem seus modos de vida, cada estrutura elementar da reciprocidade produz valores específicos e diferenciados. Sabourin (2009, p. 24) destaca que a reprodução destas unidades está sujeitas a uma série de regras coletivas, “uso de recursos comunitários, transmissão intergeracional de bens (doação de animais, terras, dotes e dotações), transmissão do saber pela família e pelas redes sociais.”. Afirma ainda que os três dispositivos de ajuda mútua baseados na reciprocidade são fundamentados em práticas anteriores, “ajuda mútua (trabalho, sementes etc.), de manejo compartilhado de recursos comuns (pastos e água) e de redistribuição local da produção (grãos animais)” (SABOURIN, 2009, p. 187).

Além da produção para o autoconsumo, os produtos destas unidades costumam ser comercializados em vários mercados e opções alternativas construídas, são destinados de diversas formas, como na doação, redistribuição ou em processos de prestações recíprocas na comunidade. As relações de reciprocidade ocorrem entre as famílias, para além do acesso dos recursos naturais disponíveis, este processo é composto de estruturas simbólicas e materiais que regem as relações sociais e os seus modos de vida.

Uma das primeiras formas de reciprocidade universal é a hospitalidade, esta se inicia no sertão com a doação da água, uma forma que marca as relações sociais e econômicas, criando vínculos sociais. A lógica da reciprocidade pretende por meio da reprodução da dádiva, ampliar as relações sociais e afetivas, implicam totalmente o ser humano, do ponto de vista material, social e simbólico. As estruturas de reciprocidade não existem em função de seus aspectos materiais, “[...] funcionam no plano simbólico, por meio

⁴ Idem.

da palavra, das regras, das normas ou costumes, associados ou não a alguma tradição.” (SABOURIN, 2009, p. 57).

As estruturas de reciprocidade são construídas historicamente e socialmente e resistem a partir de estratégias de adaptação às diversas situações ameaçadoras, podendo ser percebido o papel social das organizações comunitárias em favor dos interesses partilhados pelo grupo. Novos espaços econômicos se abrem para os agricultores que se organizam, do mesmo modo, diversas questões surgem em torno das iniciativas coletivas dos camponeses, sendo a reciprocidade um elemento significativo nessas organizações. Podemos dizer que existe uma solidariedade econômica ou uma lógica econômica de reciprocidade, que é fundamental para a coesão da organização coletiva.

Para Sabourin (2009) as principais organizações surgem da luta de grupos explorados, como os assalariados, os meeiros e a Liga Camponesa. Essas novas formas de organização rural assumem práticas antigas, como ajuda mútua e manejo dos bens comuns, são baseadas em regras ancestrais de reciprocidade camponesa e ação coletiva, as três formas clássicas são: o sindicato, as cooperativas e a associação de produtores, conforme abordaremos no decorrer deste trabalho.

O fato de essas organizações terem progressivamente assumido funções coletivas de produção de bens públicos que vão além da defesa dos interesses de classe ou de grupos socioprofissionais, se deve a dois elementos: à tradição de sistemas de gestão comunitária de recursos naturais, como água, pastos, florestas (caatinga), sementes, terras etc. e as carências do Estado e das coletividades territoriais para cuidar de certos serviços e bens públicos de base no meio rural, tais como educação, saúde, informação e inovação técnica. (SABOURIN, 2009, p. 167-168).

De acordo com Sabourin (2009) as relações estruturadas no compartilhamento produzem a confiança coletiva no grupo, que compartilha aprendizagens mútuas ou cruzadas, além dos saberes, responsabilidades e solidariedade. Assim, a prática da ajuda mútua é tradicional e se organiza num sistema de dádivas recíprocas, que possibilita aprendizagens coletivas, de modo que a lógica da troca e das estruturas de relações sociais ameaçadas ou colocadas em jogo é fundamental para a reprodução dos processos de reciprocidade.

A base do modo de vida camponês, é constituída de relações de reciprocidade, sejam elas entre o homem e a natureza, nos laços familiares, nas relações com os vizinhos, ou entre outras comunidades, essas relações se reproduzem tradicionalmente. A ação coletiva na comunidade é uma estratégia para descentralizar o acesso e uso dos recursos naturais, escassos devido às necessidades ilimitadas dos homens e os processos de expropriação.

Vários foram os mecanismos criados pelas comunidades camponesas a fim de possibilitar o consumo e as necessidades de cada família que participa do sistema de relações de reciprocidade, deste modo, constroem formas diversificadas de manejo e de comercialização de produtos (mercados e feiras). Suas práticas (tais como a troca de sementes, a responsabilidade social no manejo dos recursos naturais, e os processos produtivos tradicionais) contribuem para a segurança alimentar da região, e para a conservação da biodiversidade das espécies e dos cultivos locais.

A reciprocidade contempla também o plano simbólico para além do material, assim, ocorrem às manifestações culturais e religiosas, à associação do sagrado e do profano. As necessidades coletivas sobrepõem os interesses individuais, deste modo, a comunidade é constituída de relações de vizinhança e parentesco num conjunto de núcleos familiares onde, a preocupação maior é a reprodução social. (SABOURIN, 2009).

A solidariedade econômica está relacionada aos vínculos sociais e as necessidades do grupo, em suas práticas produtivas as unidades familiares não têm o lucro como objetivo central, elas se constituem por meio de relações sociais que compõe o viver em comunidade (as formas de manejo, produção, comercialização e acesso comum de bens e serviços), assim, contrapõe a competitividade e o acúmulo. Possuem valores éticos e humanos que apontam para uma lógica econômica diferenciada da economia hegemônica, além disso, defendem valores de justiça, de modo que os seus produtos devem possuir um preço justo, definido pelo princípio da equivalência, e não pela dinâmica de oferta e demanda que corresponde à economia capitalista de mercado. Essa questão representa um diferencial importante dos processos econômicos das comunidades rurais, cujas estruturas de reciprocidade são sustentadas “pela referência à sua cristalização em representações simbólicas: hábitos, rituais, filosofias e religiões.” (SABOURIN, 2009, p. 295).

De acordo com Sabourin (2006), recentemente tem se refletido sobre as práticas de economia solidária no meio rural, e afirma que apesar de na América Latina, ela ter nascido no meio urbano, em torno de iniciativas de natureza empresarial ou cooperativa, no rural ela tem a ver com as experiências de manejo de recursos ou de bens comuns, o crédito solidário e as feiras agro-ecológicas e não apenas limitadas em empreendimentos cooperativos. Para o autor o entendimento dessas questões deve ser buscado na gênese de algumas iniciativas econômicas solidárias no meio rural brasileiro, tais como na noção de reciprocidade proposta por D.Temple (1997, 2004).

As relações de trabalho nas comunidades rurais podem representar uma característica de solidariedade familiar, de tal forma que a reciprocidade além de existir no

plano simbólico, se expressa também por meio de práticas solidárias, seja na produção ou redistribuição, multiplicando valores humanos, éticos e afetivos, que são reproduzidos tradicionalmente nas famílias e na comunidade.

Sabourin (2009, p. 279) faz referência às raízes camponesas desprezadas e ocultadas, que uma vez valorizadas e recuperadas, torna possível a construção de uma relação de reciprocidade na aprendizagem, produzindo um valor coletivo de dignidade e prestígio, fortalecendo e valorizando a auto-estima e identidade do grupo, onde “[...] as relações de reciprocidade no plano simbólico produzem valores éticos de responsabilidade em termos de reprodução ou de proteção dos recursos para as gerações futuras; são valores que, por sua vez, geram práticas ‘mais respeitadas’”.

É evidente que os camponeses sofreram um grande processo de invisibilização, dentro de uma estrutura social e econômica excludente, que omitiu sua existência e sua importância para a sociedade, situação que afetou a reprodução dos seus modos de vida e o seu reconhecimento social, exigindo deste seguimento, ações de luta e resistência.

Compreender os processos e a organização socioeconômica dessas comunidades é relevante para refletirmos sobre as consequências da modernização conservadora para os agricultores familiares, que devido às transformações e situações de expropriação aos quais foram submetidos, tiveram que reorientar suas estratégias produtivas para a continuidade e reprodução das unidades familiares e de toda sua coletividade.

1.2 Modernização conservadora da agricultura: consequências para o Norte de Minas

Gerais

A origem do termo modernização conservadora está relacionada ao cenário de desenvolvimento capitalista na Alemanha e no Japão, os quais realizaram revoluções burguesas ‘vindas de cima’. De acordo com Pires e Ramos (2009) o termo foi elaborado por Barrington Moore Junior para abordar o contexto destas revoluções na passagem das economias pré-industriais para as economias capitalistas e industriais, nestes específicos países.

No caso do Brasil, a expressão fez referência à penetração das forças produtivas tipicamente capitalistas na agropecuária nacional, sendo inaugural o trabalho de Alberto Passos Guimarães (1976). O autor apresenta o conceito de modernização conservadora, destacando o seu objetivo voltado para o crescimento da produção agropecuária mediante a

renovação tecnológica, levando em consideração o aspecto econômico do processo sem que houvesse a transformação na estrutura agrária.

As relações entre a industrialização e a constituição da economia nacional, assim como suas influências na sociedade e na economia agrária, são abordadas por Martins (1975), onde segundo o mesmo, a compreensão do estabelecimento agrário pode proporcionar o entendimento de outras questões, tendo em vista a absorção dos empreendimentos familiares nos estabelecimentos rurais.

Na perspectiva de Martins (1975), o problema agrário foi entendido como uma segmentação a ser superada entre o urbano e o rural, de modo que seriam resolvidas através da submissão às concepções urbanas e às ideias de produtividade e rentabilidade, por meio do uso da terra com vistas ao mercado. Diante disso, o crescimento industrial acompanhado do aumento da densidade demográfica nos meios urbanos, incentivaram o enfraquecimento das formas comunitárias e da solidariedade mecânica, estabelecendo uma distinção valorativa entre o rural e o urbano, onde se destaca a construção de estereótipos para o homem rural, a figura caipira e as conotações “ingênuo, preguiçoso, desnutrido, doente, maltrapilho, rústico, desambicioso, etc.” (MARTINS, 1975, p.4) que possibilitava a manipulação das instituições urbanas na vida rural.

Segundo Pires e Ramos (2009) o processo de modernização corresponde a um contexto de obstáculos ao acesso democrático a terra, concentrando-a nas mãos de médios e grandes proprietários rurais em detrimento das classes sociais percebidas como inferiores. Ao longo da formação econômica brasileira, contemplando somente parte dos produtores agropecuários, aumentou a distância entre os produtores rurais que demandavam inovações e os produtores de subsistência⁵ reforçando assim a heterogeneidade da agricultura nacional. Para os mesmos autores, a modernização conservadora no Brasil se diferencia do caso alemão e japonês pelo fato de que estes incorporaram as classes economicamente inferiores à sociedade, enquanto que a elite dominante nacional não se preocupou em expandir a cidadania para parcelas significativas da população.

Delgado (2005) aborda a proposta de modernização agrícola nos anos de 1970 e 1980 e a escolha da “modernização sem reforma” feita no período do golpe militar que se inicia em 1964, com o propósito de conter as questões do debate agrário. A modernização da

⁵ Aqui entendidos como os agricultores produtores de gêneros para o abastecimento interno, que seja do país, da região, do local e/ou da própria unidade produtiva familiar, em contraposição à agricultura destinada à exportação.

agricultura é justificada pela idéia de função da agricultura no desenvolvimento econômico, que de acordo com Delgado (2005, p. 56) foram elencadas da seguinte forma:

- i) Liberar mão de obra para a indústria;
- ii) Gerar oferta adequada de alimentos;
- iii) Suprir matérias primas para indústrias;
- iv) Elevar as exportações agrícolas;
- v) Transferir renda real para o setor urbano.

As funções do setor rural para o crescimento econômico também são apontadas por Accarini (1987) que afirma diversas contribuições, tais como: provisão de alimentos e matérias-primas; ampliação da disponibilidade de divisas; transferência de mão de obra para outros setores; fornecimento de recursos para outros setores e expansão do mercado interno.

A defesa da implementação de práticas modernas, sobretudo na agricultura, está associada à premissa do desenvolvimento, que superaria a condição de atraso das técnicas e produção do campo. Através da modernização, ocorre por sua vez à substituição do trabalhador permanente, pela adoção de máquinas e novas tecnologias que contribuam para a quantificação da produção, visando o interesse cada vez maior, pela lucratividade.

Essa realidade possibilitou o aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais, fator que contribui para a precarização das condições de trabalho, e mudanças nos seus modos de vida, considerando a existência das formas não capitalistas presentes na produção e reprodução das comunidades rurais.

O processo de modernização na agricultura brasileira foi também chamado de “modernização dolorosa” (SILVA, 1982). De acordo com Balsan (2006), esta contribuiu para a instabilidade do emprego no campo, por meio de suas estratégias de inovação tecnológica, uma vez que pequenos produtores necessitaram vender sazonalmente sua força de trabalho em outros estabelecimentos agrícolas. Deste modo, caracteriza-o como um modelo concentrador, dominador, exportador e excludente, pois para permanecerem no campo os produtores rurais são submetidos ora a exploração ora a auto-exploração, em muitos casos aderindo ao complexo agroindustrial com profundas mudanças econômicas, sociais e culturais.

Balsan (2006) aborda os impactos socioeconômicos e ambientais causados pela transformação capitalista da agricultura a partir do processo de modernização, assim, pode ser sintetizado em duas conseqüências, primeiramente os impactos ambientais, tais como a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos, provocados, sobretudo pela produção de monocultura.

Segundo, impactos socioeconômicos para as populações envolvidas com atividades rurais, devido às rápidas transformações da produção agrícola, implantadas no campo.

Este processo de modernização conservadora ocorre juntamente com a chamada Revolução Verde e seus pactos tecnológicos, com novas propostas e formas de exploração agrícola, onde se destacou a idéia de crescimento e superação do atraso, e o incentivo a figura do agricultor competitivo e individualista. Para Balsan (2006) o desenvolvimento tecnológico ao mesmo tempo em que dispôs do mais moderno para uma classe modernizar a pecuária e agricultura, por outro lado a maioria dos trabalhadores rurais permanece distante dessas inovações, tais como os agricultores familiares.

Em meio a estes acontecimentos, os produtores rurais foram estimulados a demandarem produtos industriais, e as forças produtivas capitalistas transformam o setor agropecuário em capitalista e empresarial. Este processo não aconteceu de forma homogênea nem democrática, aqueles produtores rurais que perderam suas terras foram lançados ao meio rural como mão-de-obra livre, houve ainda, uma forte expulsão do homem rural para os principais centros urbanos nacionais, sem que ocorresse a absorção de todo o excedente de trabalhadores expulsos da terra, uma vez que, a economia brasileira vivenciava crises econômicas, especialmente a partir dos anos 1980. Deste modo, o processo de acumulação de capital contou com os estoques de trabalhadores rurais livres e o rebaixamento do seu poder de compra. (PIRES E RAMOS, 2009).

No processo inicial do desenvolvimento capitalista, a agricultura teve um papel importante no suprimento de mão de obra para o nascimento do capitalismo industrial, conforme é destacado por Silva (1982) isto ocorre devido à força de trabalho vendida temporariamente, de modo que a pequena produção se subordina ao capital, assim os camponeses, devido às precárias condições de existência, se tornam obrigados a assalariar-se nas grandes propriedades por um determinado tempo. Deste modo, pode-se ressaltar que o tipo de modernização ocorrido no Brasil aumentou a sazonalidade do emprego na agricultura, tornando a retenção permanente de mão-de-obra nas propriedades uma “condição vantajosa”.

De acordo com Silva (1982), a industrialização foi entendida como uma fórmula milagrosa que seria responsável pela geração do desenvolvimento, já que o atraso do país era apontado como responsabilidade do setor rural, e a agricultura somente desenvolveria seu papel com eficácia, por meio do processo de modernização. Por um lado a inserção de fertilizantes e defensivos provoca o aumento da demanda de mão-de-obra não qualificada durante as colheitas, na medida em que aumentam a produtividade da terra; por outro, ocorre a sua sazonalidade com a mecanização e as tecnologias, assim, aumenta as exigências e

diminui o período de ocupação da mão-de-obra não-qualificada numa dada propriedade agrícola.

[...] o que se observa ainda hoje é a presença de pequenas unidades familiares onde os produtores se organizam com base no trabalho da família e com a ajuda de trabalhadores contratados apenas temporariamente em épocas determinadas do ciclo produtivo (na colheita, por exemplo) e com um nível muito baixo de tecnificação. Mas esse tipo de unidade não é absolutamente fechado ou independente, pois seu grau de participação no mercado _ tanto na venda de produtos como na compra de insumos _ é bastante elevado. E é justamente nessa vinculação crescente ao mercado à circulação capitalista de mercadorias que se materializam as formas concretas de extração do excedente ou sobretrabalho desses camponeses. (SILVA, 1982, p.127).

Para Delgado (2005) o processo de modernização provocou a heterogeneidade da agricultura brasileira, tanto nos aspectos relacionados às tecnologias quanto nas relações de trabalho. Deste modo ele é caracterizado pelas mudanças na base técnica de produção utilizada pela agricultura, tais como os insumos industriais (fertilizantes, defensivos, corretivos do solo, sementes melhoradas e combustíveis líquidos etc.) e as máquinas industriais (tratores, colhedoras, implementos, equipamentos de irrigação etc.) constituindo uma estratégia do agronegócio.

Balsan (2006) destaca que surge um “novo rural” como consequência tardia deste processo que levou um número expressivo de agricultores à decadência, pois do mesmo modo que aumentou a produtividade das lavouras, provocou uma série de impactos ambientais e socioeconômicos. No que diz respeito ao primeiro, causou a destruição das florestas e da biodiversidade genética, a erosão dos solos e a contaminação dos recursos naturais e dos alimentos, especialmente pela monocultura que intensificou a perda da biodiversidade devido o crescimento populacional, a ocupação humana de encostas, as práticas inadequadas de agricultura e pecuária, com o uso abusivo de inseticidas, adubos químicos, máquinas inadequadas, construção de estradas, etc.

Dentre os impactos socioeconômicos se destaca: o maior êxodo rural visto no Brasil durante a década de 1970 que contribuiu com o inchamento das cidades e a favelização nas periferias; diferenças estruturais; processo de especialização; concentração de renda; exploração da mão-de-obra; a exclusão do homem do campo da geração de emprego; diminuição da renda e desordem no espaço rural, decorrente da competitividade do capitalismo e a manutenção e reforço da estrutura agrária concentrada; aumento da pobreza no campo pela diminuição da necessidade de mão-de-obra permanente, em virtude da expansão da mecanização e utilização de agroquímicos.

Conforme expresso por Accarini (1987, p. 14), por milhares e milhares de anos, o homem cultiva a terra em favor de sua sobrevivência, em decorrência disto, novas formas de aproveitamento das forças da natureza foram sendo encontradas, ou construídas, “o crescimento demográfico, a criação de núcleos urbanos e seu posterior desenvolvimento em cidades exigiram a transformação de vastas áreas em espaços rurais [...]”. Destaca ainda, que existem “forças de expulsão” que contribuem para o processo de migração rural-urbano, visto que atuam sobre as atividades rurais apresentando o “poder de atração” das cidades, assim, “os papéis do setor rural no processo de desenvolvimento [...] permaneceram praticamente a margem do pensamento econômico até a metade do atual século.” (ACCARINI, 1987, p. 49).

Para Martins (1975) é o estabelecimento tradicional que o mundo urbano pretende ‘modernizar’, pois é ele que efetiva o mundo capitalista e o mundo urbano, assim, a viabilidade da economia nacional depende fundamentalmente da expropriação do homem rural por ele mesmo, e não somente do proletário urbano.

De acordo com Accarini (1987, p. 195) a transferência de mão de obra do setor rural para outros setores contribui para graves problemas sociais, seja pela desqualificação específica para execução de determinadas atividades, seja pela mudança nos modos de vida dos trabalhadores rurais, assim, “o êxodo rural somente poderia ser atenuado ou suprimido se as condições de vida dos habitantes rurais fossem pelo menos próximas daquelas disponíveis aos que moram nos centros urbanos.” Um dos maiores problemas nesse processo é a forma de inclusão daqueles que são expropriados do modo de vida rural, o que é chamado por Martins (2002) de inclusão para baixo⁶.

A agricultura foi submetida a uma “modernização conservadora”, reproduzindo relações de trabalho com formas arcaicas, a partir da união entre o capital e o latifúndio, causando modificações aos pequenos produtores que tem como base o trabalho familiar. Este é um debate feito por Silva (1982) que diz que se trata de um processo de modernização dolorosa, devido os avanços e recuos enfrentados pela agricultura brasileira, acompanhado de uma dinâmica da reprodução do capitalismo que persiste na articulação entre as idéias do “moderno” com o “atrasado. No entanto, o autor não entende a pequena produção como situação de atraso, a reprodução do camponês seria recriada a partir do interesse do movimento do próprio capital.

⁶ De acordo com Martins (2002, p. 123-124) o grave problema social e político está na inclusão, assim, questiona sobre o tipo de inclusão que a sociedade capitalista propõe aos trabalhadores. Destaca que as formas de inclusão são perversas, uma vez que a busca pela inserção na sociedade, em muitos casos provocam a degradação do indivíduo.

Deste modo, este modelo que foi adotado entre as décadas de 1960 e 1970, se destaca também pelos grupos especializados que passam a fornecer insumos, desde máquinas, sementes, adubos, agrotóxicos e fertilizantes. Contudo, estas questões contribuem para uma perda progressiva da autonomia e o aumento da dependência dos agricultores em relação a outros setores da economia, devido à facilidade de aquisição ao crédito rural. As tecnologias inadequadas impossibilitam uma agricultura sustentável, assim, as alterações no modo de produzir e organizar provoca uma reorganização do espaço geográfico, que se adequa às novas condições de produção que em geral são determinadas pelos interesses do Estado e dos grupos econômicos capitalistas. (BALSAN, 2006).

Neste aspecto a modernização das atividades econômicas e produtivas associada à lógica econômica capitalista é entendida como uma ameaça a desestruturação social e econômica das comunidades rurais, interferindo em suas formas de organização dos processos produtivos. Deste modo, Sabourin (2009, p. 188) destaca a existência de relações de vínculo entre os camponeses e o meio ambiente, resultando no acesso compartilhado dos recursos disponíveis, assim, tem como princípio, manejar os recursos naturais que são vitais à sua reprodução social, sem esgotá-lo. Para o autor, este processo implicaria em uma quebra de modo de vida, uma vez que “a mercantilização destas práticas poderia também levar a uma degradação das estruturas sociais e econômicas de reciprocidade e de manejo compartilhado que as regulam, transformando a natureza de suas regras e valores.”

De acordo com Silva (1982) a expropriação do camponês desenvolve o processo de “descampesinação”, de modo que as técnicas capitalistas de produção no campo modificam sua unidade produtiva, tornando-as cada vez mais dependentes das estruturas de mercado, assim surge um “novo camponês” convertido num trabalhador para o capital. O autor afirma ainda que,

[...] a “recriação” desses “novos camponeses” não é mais a reprodução de produtores mercantis independentes, mas sim a reprodução do próprio capital. Vale dizer, essa “recriação” se dá com a crescente perda da “autonomia anterior do camponês” no próprio processo de produção que passa a ser agora prescrito [...] pelo capital que o subordina [...] a condição de sobrevivência do camponês como produtor direto é a reprodução do próprio capital, materializado na forma de máquinas, adubos, sementes melhoradas etc. (SILVA, 1982, p. 134).

Apenas a forma de organização do trabalho em base familiar, e a posse imediata dos meios de produção ou de, pelo menos, parte deles, seria algo em comum ao “novo camponês” em relação ao “antigo camponês”. Silva (1982, p. 132) complementa, “parece-nos fundamental, por exemplo, que esse ‘novo camponês’ conserva, ainda que muitas vezes de

maneira parcial ou formal, a posse direta dos meios de produção e que organiza o trabalho com base na mão-de-obra familiar.” O novo camponês recriado na dinâmica das estruturas de mercado capitalista, só se apropria do necessário para a sua reprodução, assim, o processo de modernização e a expansão da racionalidade capitalista no campo, influenciam diretamente nos modos de vida desses trabalhadores, pois os tornam cada vez mais dependentes das estruturas de mercado.

Compreender a idéia de modificação do camponês, enquanto protagonista de um processo, implica em compreendermos as diversas reivindicações em torno de um projeto camponês moderno para o século XXI, que se oponha à dependência, concorrência e exploração, esses elementos são apontados como uma possibilidade de contrapor a invisibilidade e luta dos camponeses. Contudo, o “novo projeto camponês” propondo romper com o modelo capitalista de troca e se inserir num contexto de solidariedade humana, é enfraquecido diante da dinâmica da hegemonia econômica. (SABOURIN, 2009).

De acordo com Delgado (2005) a modernização técnica do campo foi restrita às grandes e médias propriedades, tendo o respaldo da classe fundiária tradicional e também militar, respectivamente antes e depois de 1964, sendo apoiada atualmente pelo poder econômico do agronegócio. Nesse processo, o campesinato é transformado em um imenso setor de subsistência que não se assimila ao sistema econômico do agronegócio e nem à economia urbana. O autor ressalta ainda o aspecto conservador deste processo, que integrando a agricultura com a técnica industrial, traz para o cenário as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial. Além disso, destacam-se os programas e projetos especiais, que favorecem o latifúndio na obtenção de linhas de apoio e defesa na nova estrutura fiscal e financeira do setor rural. Deste modo, Delgado (2005) afirma que as estratégias do agronegócio interferem nas forças produtivas da agricultura familiar e dos assentamentos da reforma agrária, contribuindo para a desmobilização de estabelecimentos, ou sua conversão a atividades de subsistência.

Os processos históricos e econômicos nos mostram, que houve uma crença em torno da forma adequada de reorganizar os empreendimentos rurais, acreditando-se que a implementação e expansão tecnológica no campo, elevaria a produtividade e o crescimento da produção, conforme é abordado por Accarini (1987). Por outro lado, as concepções em torno da modernização das atividades rurais, trazem a tona questões conflituosas e tensões sociais, sendo necessário considerar que inclusive as alternativas tecnológicas para conduzir a vida rural possuem custos e investimentos elevados. Outro aspecto a ser ressaltado, é que a idéia do uso de tecnologias no campo coloca em xeque os modos de vida das populações locais,

podendo influenciar na racionalidade econômica de suas práticas e em sua lógica singular de produção e reprodução, seja material, cultural social ou/e simbólica.

A expansão do capitalismo por meio dos projetos desenvolvimentistas ocorridos na região do Norte de Minas Gerais, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, contribuiu para a mercantilização dos recursos naturais, processos migratórios, assalariamento, expropriação e expulsão de várias famílias, sendo a cidade de Montes Claros uma referência importante neste período, devido o surgimento de um número expressivo de sub-habitações, conforme é expresso por Gonçalves (2000). Com isso, as consequências foram profundas à escala local/regional, sendo a região interligada a um novo modelo industrial pós-anos setenta.

Um fenômeno importante para esta reflexão é a inclusão da região como parte do semi-árido nordestino e sua inserção a partir de 1965 na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), juntamente com mecanismos de incentivo fiscal e de linhas de financiamento como FINOR (Fundo de Investimento no Nordeste) e FISET (Fundo de Investimentos Setoriais) visando o incentivo de empreendimentos comerciais, industriais e agropecuários. (FEITOSA E BARBOSA, 2006).

Para Gonçalves (2000) a região do Norte de Minas na década de 1970 é marcada pela quebra do envolvimento que comprometeu a autonomia na dinâmica de uso dos recursos naturais por meio do processo de “dês-envolvimento”, assim o autor utiliza os termos “deslocar” e “tirar dos locais” para se referir ao ato de des-envolver, fator que contribuiu para a mercantilização dos recursos naturais, processos migratórios, assalariamento e expulsão das famílias.

Para Dayrell (2000) o processo desenvolvimentista afetou a agricultura familiar brasileira e foi responsável pela privatização dos gerais, além de não ocorrer de forma harmônica, desconsiderou o ecossistema e a população, causando a apropriação, exploração predatória dos recursos naturais e a restrição do seu acesso. O autor afirma ainda que,

O processo de “desenvolvimento” recente nesta região, considerada uma das mais pobres do estado, foi conduzido pelo poder público e não levou em conta as populações – camponesas, indígenas, quilombolas, pescadores, coletores, etc – que aí viviam secularmente. Privilegiando as oligarquias tradicionais e os setores industriais e agro-industriais da sociedade, deu-se início à modernização da região. (DAYRELL, 2000, p. 191).

Segundo Feitosa e Barbosa (2005) um novo cenário é desenhado no Norte de Minas com a modernização do campo e os processos de amplos investimentos, assim,

discutem o processo histórico-ambiental (homem/natureza) vivenciado no espaço geográfico dos Gerais de Minas, com o propósito de compreender as transformações e as implicações sócio-ambientais para os grupos humanos desta região. Afirmam que o modelo de desenvolvimento rural do Norte de Minas Gerais provocou não apenas a “modernização do campo”, mas a degradação dos recursos naturais, o empobrecimento dos agricultores familiares, e a concentração da estrutura fundiária. Deste modo, este processo esteve pautado em quatro pilares, a saber: agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão.

Neste processo de “desenvolvimento”, a existência de uma diversidade de populações rurais não foi levada em consideração, influenciando as estratégias sensíveis do manejo dos recursos naturais dos diferentes povos, tais como o aproveitamento das potencialidades e da biodiversidade presente na flora nativa. (OLIVEIRA; DAYRELL; FILHO, 2011).

Feitosa e Barbosa (2006) destacam que com o processo de modernização e privatização dos recursos, que eram comuns, se intensificam as lutas por terra no Norte de Minas Gerais, produzindo um cenário de resistência, restrição ambiental e socioeconômica, que por sua vez, provoca a expulsão das famílias pelos empreendimentos que se estabeleciam na região. Essa configuração do cenário possibilitou a origem dos primeiros assentamentos rurais no Norte de Minas Gerais. Estas questões exerceram forte influência na vida das populações rurais, que se posicionam contra a expropriação das empresas de reflorestamento e fazendeiros, cujo propósito era ampliar a pecuária extensiva.

Uma das características do processo de modernização brasileira foi o violento processo de ruptura nas condições de vida de povos e comunidades rurais, significando para estas, a ruptura nos sistemas de produção e no domínio territorial, onde, em decorrência do surgimento de organizações rurais, tais como cooperativas especializadas, sindicatos e sociedades patronais, várias famílias foram expulsas das terras ocupadas por seus ancestrais (COSTA, 2011).

De acordo com Leite e Pereira (2004) o processo desenvolvimentista na região, ganha impulso com a instalação de indústrias na cidade de Montes Claros e em decorrência do grande número de imigrantes, principalmente da zona rural e de cidades vizinhas, atraídos pela possibilidade de emprego na cidade e devido à precariedade de vida no campo. No entanto, a cidade não conseguia absorver todo esse contingente de mão-de-obra desqualificada, o que gerou uma série de problemas urbanos, acompanhados de um crescimento do êxodo rural. É nesta perspectiva que Ribeiro (2000) diz que o “deserto” é

esvaziado devido o êxodo para as grandes metrópoles, onde a maioria da população passa a concentrar-se nas cidades, resultando em grandes problemas a âmbito nacional, podendo ser apontadas no sertão as situações sociais mais graves, como a seca, fome, mortalidade infantil, ausência de políticas de saúde e educação, etc.

A expansão da fronteira agrícola, sobretudo nas áreas nativas ou manejadas por meio de práticas de ‘pouco impacto’, implica em questões éticas, econômicas, sociais e ecológicas, e provocou vários problemas ambientais e efeitos sociais, resultantes do desmatamento, assoreamento dos rios, monocultura, sistemas de irrigação, entre outros. Estas questões representam grande desafio para as comunidades locais tendo em vista a relação que se estabelece com a vegetação nativa da região para a reprodução de suas singularidades.

Segundo Gonçalves (2000, p. 27) os Gerais já não são mais gerais, tornam se particulares às terras públicas do Norte de Minas Gerais, uma vez que a água e a terra já não são de acesso comum, nem são livres, e os valores de competitividade e produtividade centrais nas relações de mercado agridem severamente a bio-socio-diversidade da região. Pode-se destacar também a inserção de práticas como a “monoprodução do eucalipto, a queima do cerrado para produção do carvão, os projetos de irrigação, a subordinação da agricultura familiar⁷ a uma monoprodução [...]”. Percebe-se uma mudança radical e de introdução de uma racionalidade à outra, por meio inclusive da subordinação da produção familiar a uma monoprodução imposta pelo processo de des-envolvimento regional.

De acordo com Feitosa e Barbosa (2005) um novo quadro socioeconômico e ambiental surge para os agricultores neste processo, provocando o deslocamento dos agricultores em busca de trabalho, condições sub-humanas de utilização de mão de obra, uso intensivo de agroquímicos, e a destruição das matas ciliares ao longo dos rios e nascentes, gerando a contaminação e escassez dos recursos hídricos. Com relação aos efeitos dos projetos desenvolvimentistas do Estado, Silva (2000) afirma que,

Os sertanejos e suas formas de relação com o ambiente, sua culinária e sua sociabilidade assim como os cerrados, a caatinga, as matas secas, as veredas, os córregos e rios [...] se tornam ai ou impedimentos a serem removidos do caminho inexorável do desenvolvimento ou matérias-primas a serem utilizadas (de forma insustentável) no processo de acumulação do capital. (SILVA, 2000, p. 299).

⁷ Conforme definição de Wanderley (2003, p. 48), baseada na formulação de Lamarche (1993), define os agricultores familiares como aqueles que “são portadores de uma tradição (cujos fundamentos são dados pela centralidade da família, pelas formas de produzir e pelo modo de vida), mas devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante.”.

Por meio dessa perspectiva, percebe-se um cenário de conflito, disputa e expropriação, onde os sertanejos e suas formas de (re)produção são encurralados por este processo desenvolvimentista, sendo estes submetidos ou destinados a se inserirem enquanto matéria prima a ser explorada, ou entendidos como obstáculos a serem eliminados do caminho por representar um “entrave para o desenvolvimento”. Ambas as opções estão relacionadas com o novo quadro socioeconômico e ambiental que surgia para os agricultores da região.

Por um lado, o camponês e suas práticas são vistos como um impedimento ao processo de modernização, por outro, esse modelo utiliza os recursos naturais de forma predatória e utilitarista, trazendo diversas consequências para a população, dentre elas o uso de agrotóxicos, a mecanização intensiva, o desequilíbrio hidrológico e a redução da água disponível, ocasionados pelo uso indevido, especialmente nas áreas de monoculturas, e perímetros irrigados.

É neste contexto que Gonçalves (2000) relata que houve profunda revolução na estrutura de relações socioecológicas do Norte de Minas Gerais, com mudanças significativas no próprio perfil demográfico de repartição da população rural-urbana, emergindo movimentos em favor dos direitos e cidadania, cujo se destaca a atuação das Comunidades Eclesias de Base – as CEBs, as diversas Pastorais, como a Pastoral da Terra (CPT) e também Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR).

Em meio a esse cenário, novas formas de convivência com os agroecossistemas são desenvolvidas pelos agricultores familiares, que reorientaram suas estratégias produtivas “em condições de restrições ambientais (solo desgastados e escassez de recursos hídricos) e socioeconômicas (estavam, em grande parte, endividados e em situação de empobrecimento ascendente)” (FEITOSA e BARBOSA, 2006, p. 182). Deste modo, as estratégias criadas, pretendem ainda nos dias de hoje, minimizar os efeitos deste processo de disputa, sendo o objetivo central a garantia da reprodução socioeconômica e cultural das unidades familiares.

Para Sabourin (2009) a modernização do campo deve ocorrer em torno de três características defendidas pelos movimentos rurais, trata-se da noção de autonomia, cooperação e qualidade de vida. Nesta perspectiva, diversas questões importantes devem ser reivindicadas, tais como a segurança alimentar e autoconsumo, cooperativas de crédito e projetos de economia solidária, além da preservação dos recursos naturais, essenciais para a qualidade dos produtos. O maior desafio vivenciado se refere ao modelo capitalista de mercado de troca, que contraria o vínculo social comunitário, inviabiliza a concretização

destas questões no contexto da solidariedade humana, e contribui para a invisibilização de seus processos econômicos, cujos valores são imensuráveis.

As técnicas de produção utilizadas na agricultura empresarial são diferenciadas em sua natureza econômica e valorativa, são causadoras de impactos ao meio ambiente e aos valores humanos nas relações de trabalho. Deste modo, este processo além de modificar a organização produtiva e reprodutiva da unidade familiar, agride a sustentabilidade dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas.

Os recursos naturais são fundamentais para a reprodução da unidade familiar, nessa perspectiva, quando ocorre a expropriação dos pequenos produtores pela racionalidade capitalista associada ao aumento da produtividade, torna-se necessário a construção e reconstrução de alternativas para a perpetuação da unidade produtiva. A problemática se refere ao questionamento em torno dos aspectos positivos e negativos da inserção das tecnologias no campo, assim como sua influência e a possibilidade de acarretar mudanças e/ou opções precárias nas formas de produção e reprodução da base familiar.

Deste modo, o processo de modernização no campo agravou as condições socioeconômicas dos produtores rurais, interferindo na sustentabilidade das suas práticas, diante de um processo de desenvolvimento compreendido, não apenas como excludente ou de inclusão para baixo, mas também como agressivo ao meio ambiente. Sendo assim, a substituição da mão-de-obra dos trabalhadores por inovações tecnológicas e a utilização de novas técnicas no meio rural sinaliza um grande cenário de conflito em torno do diferentes modos de apropriação dos recursos naturais.

1.3 Processos de invisibilização e estratégias socioeconômicas no Norte de Minas Gerais

Os aspectos geográficos e ecológicos são fundamentais para compreendermos o processo histórico de colonização da região do Norte de Minas Gerais. (GONÇALVES, 2000). Segundo o autor, além da distância geográfica do litoral e das condições semi-áridas, a região foi chamada de agreste por não ser fértil para a plantação de cana.

O sertão norte Mineiro foi tratado como culturalmente fora dos centros dinâmicos do mundo moderno, segundo Costa (2011), como “terras de ninguém” ou terras que ninguém queria, por outro lado, espaço territorial de construção de liberdade, autonomia e afirmação, “essas gentes passaram a ser classificadas como ‘pequenos produtores’, ‘sitiantes’, ‘posseiros’, ‘agregados’ e, atualmente, ‘agricultores familiares’”. (COSTA, 2011, p. 54-55)

Deste modo, Ribeiro (2000, p. 56-57) afirma que o termo sertão vai ao encontro com a ideia de que estava fora dos centros dinâmicos do mundo moderno, especialmente periféricos, representava o “atraso” frente ao “progresso” do litoral, tratado de forma depreciativa, assim como também era visto o cerrado em oposição às paisagens florestais. Todo o interior do Brasil era um imenso sertão, sendo Minas Gerais, no início da descoberta do ouro, conhecida como o “Sertão de Cataguases”.

Após um século de colonização, o estado de Minas Gerais se urbaniza e deixa de ser reconhecido como Sertão dos Cataguases. Contudo, de um lado se organiza a área mineradora até a Comarca de Sabará, e de outro o sertão mineiro cujas áreas raramente se encontravam povoação, e que agora não se opunha somente ao litoral, mas inclusive à própria região mineradora do estado, ao qual foi abastecida pelo sertão por meio da atividade de pecuária e da agricultura desenvolvidas entorno das fazendas, além da agricultura de auto-abastecimento que era destinada aos camponeses. (FRANÇA; BARBOSA; SOARES, 2006).

No processo de colonização, a metrópole portuguesa administrava as minas de ouro e se interessava pelo controle territorial dos campos gerais, denominação dada pela referência às terras públicas e comunais que eram a condição de garantia da subsistência, onde o modo de apropriação dos recursos naturais disponíveis era comum. Segundo Gonçalves (2000, p. 24) “é que Campos Gerais indicam um modo de uso, um modo de apropriação comum, geral, das terras. Indica que eles não são particulares, privados. São Gerais, são comuns.”

Os campos gerais ou sertão dos gerais produziram e reproduziram culturas singulares com modos de vida específicos, compostos de matrizes de racionalidades diferenciadas, numa região histórica e geograficamente considerada distante das relações de poder e dos processos de participação popular efetiva, invisibilizadas em suas práticas socioeconômicas e em suas estratégias de (re)produção.

Neste contexto, o sertão norte mineiro vivencia o tratamento pejorativo, estando geograficamente em oposição ao litoral, composto de cerrado e caatinga, que na visão do colonizador precisava ser incorporado ao progresso devido às características que possuíam “o atraso econômico, arcaísmo social e político, violência...” além de ser considerado como “base do clientelismo político e de práticas populistas.” (FRANÇA; BARBOSA; SOARES, 2006, p. 71).

A visão que foi construída sobre o cerrado e suas populações a partir dos escritos dos europeus no século XIX, de acordo com França; Barbosa; Soares (2006) está relacionada com essas transformações ocorridas na região, assim, foram invisibilizadas e tratadas como

inferiores devendo ser incorporadas as ações de desenvolvimento. Estas populações não foram reconhecidas como autônomas em sua produção, cujos modos de vida se diferenciam das ações do capital agro-industrial.

Deste modo, a formação da região possui uma história de constante negação, Oliveira; Dayrell; Filho (2011) ressaltam ainda que a diversidade é a principal característica, e confere o desenvolvimento de estratégias singulares na agricultura regional, através do uso e manejo dos recursos em ambientes específicos, incorporando as matizes culturais dos grupos que ali interagem. A região Norte de Minas Gerais possui uma enorme concentração de agricultores familiares, juntamente com áreas significativas de Cerrado e Caatinga preservadas, a agricultura consiste no plantio de lavouras diversificadas associada à criação de gado na solta, e a convivência estabelecida diante dos limites e potencialidades agroecossistêmicas está relacionada com as estratégias dos nativos.

A ampla bio-sócio-diversidade que o Norte de Minas possui (variedade de vegetação, povos e culturas) possibilitou e possibilita a formação e organização de comunidades constituídas em torno de várias matrizes de racionalidade, que em meio à diversidade cultural e ambiental, nos apresenta suas formas singulares de produção e reprodução intimamente ligados às condições geográficas, climáticas e de manejo dos recursos naturais.

É notável que nesta região existam centenas de comunidades rurais que se reconhecem como diferenciadas, de acordo com Costa (2011, p. 62) “[...] na região do alto médio curso do mesmo rio (Rio São Francisco), encontram-se diversas comunidades que se afirmam etnicamente como distintas, os geraizeiros, os veredeiros, os caatingueiros, os vazanteiros/barranqueiros e os ilheiros.” Para o autor, a dominação, descaso e exclusão marcam a trajetória dos atuais povos e comunidades tradicionais no Brasil. Por outro lado, esses povos, buscam o reconhecimento da singularidade e das identidades coletivas, por meio da afirmação da condição humana pela (re)conquista da liberdade, da autonomia e da humanidade própria.

Além da predominância da agricultura camponesa, existem áreas expressivas de Cerrado⁸ no Norte de Minas Gerais, que exercem importância significativa para a (re)produção e formação da identidade cultural da população local. Esta questão é abordada por Dayrell (2000) que destaca que esta região tem 63% (sessenta e três) de sua área coberta com a vegetação dos cerrados, cujo significado é expressivo na formação histórica-cultural-

⁸ Refere-se à vegetação (que é um tipo de savana) presente em aproximadamente 63% do Norte de Minas Gerais.

econômica da região. No entanto, foram tratados como vazios econômicos e vazios de gente, sobretudo no período da ditadura militar brasileira, entre 1964 e 1985. Deste modo, os cerrados foram recentemente ocupados, diante da expansão capitalista que colocou, e ainda coloca em evidência a sustentabilidade, o empobrecimento das populações locais, o agravamento de suas condições socioeconômicas, e processos de invisibilização.

É necessário que estas questões sejam mencionadas, de modo que possamos compreender o cenário norte mineiro e as transformações sofridas pela região, em decorrência da “modernização conservadora⁹”, “modernização dolorosa¹⁰” ou “modernização agrícola¹¹” conforme tratado por diferentes autores, num processo marcado por quatro pilares já mencionados (agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão), e agressivos ao meio ambiente.

Este processo ocorreu sem a desconcentração fundiária e com a criminalização das reivindicações dos movimentos sociais. A expansão da racionalidade capitalista no campo foi associada a um desenvolvimento compreendido como excludente, do ponto de vista do bem estar social das comunidades locais. Por meio dos seus mecanismos e da implementação tecnológica no campo, comprometeu os seus recursos naturais, essenciais para a produção e reprodução de sua coletividade.

Para estas comunidades a modernização conservadora da agricultura interferiu nas condições de vida, nos sistemas de produção e no domínio territorial, significando um violento processo de ruptura, conforme afirma Costa (2011). O autor aborda ainda a expulsão de famílias das terras que foram ocupadas por seus ancestrais, e o surgimento de organizações rurais, tais como cooperativas especializadas, sindicatos e sociedades patronais.

O processo de (des)invisibilização tem significado para essas comunidades rurais a passagem da condição de invisibilizados à protagonistas de novos processos políticos e econômicos. Esta questão é abordada por Oliveira; Dayrell; Filho (2011) e Costa (2011) que argumentam que esta economia é composta de complexas redes de negócios, e que é necessário assumir estratégias de (des)invisibilidade, já que estão imersas em uma “economia invisível”.

De acordo com Oliveira; Dayrell; Filho (2011) a agricultura camponesa por um lado exerce um papel importante para o auto-abastecimento familiar, local e regional, movimentada por complexas redes de negócios, por outro, existe um isolamento em relação as

⁹ Guilherme Delgado (2005); Pires e Ramos (2009).

¹⁰ José Graziano da Silva (1982)

¹¹ Martins (1975); Balsan (2006)

dinâmicas da economia central, de modo que estas redes de trocas e negócios são desconsideradas pelas pesquisas e estatísticas oficiais. Para os autores, as comunidades rurais e tradicionais sempre estiveram inseridas nas dinâmicas econômicas regionais e nacionais, como parte de suas estratégias de reprodução material, mas nunca se submetendo a lógica capitalista hegemônica, pois nos fundamentos de sua tradicionalidade a ordem econômica esta submissa a ordem moral que visa à produção da coletividade, ou seja, da comunidade.

Outro aspecto relevante se refere à própria trajetória do “camponês”, tendo em vista que esta categoria é importante para entender a formação da região do Norte de Minas Gerais. Martins (1981) destaca o fato de que o camponês historicamente vivenciou um processo de invisibilização, inclusive pelas denominações depreciativas que recebeu.

De acordo com Oliveira; Dayrell; Filho (2011) diversas organizações de agricultores regionais atuam nos processos de visibilização dos circuitos econômicos que estão inseridos, buscando construir um movimento de inclusão, de uma agricultura o qual asseguram que historicamente é subalternizada e invisível nas estatísticas, mas que possui valor substantivo na agricultura regional. Deste modo, afirmam que o modelo de desenvolvimento ocorrido na região, desconsiderou a diversidade de populações rurais que reproduzem historicamente estratégias sensíveis de manejo dos recursos naturais.

Neste sentido, as famílias procuram garantir as suas condições de reprodução econômica e social, de modo que o surgimento das cooperativas e empreendimentos familiares é apontado por Oliveira; Dayrell; Filho (2011) como uma das estratégias adotadas, onde os grupos se inserem no mercado com uma dinâmica de cadeia de produção, trabalhos e renda, nos mercados locais e regionais, revelando a existência de circuitos econômicos historicamente invisibilizados.

Estas redes econômicas têm como referência a economia camponesa e o agroextrativismo, apresentam características singulares em sua racionalidade e se organiza a partir de relações comunitárias. Os recursos naturais são tradicionalmente organizados a partir de um sistema de gestão comunitária, composto de regras e normas que regem a apropriação coletiva da comunidade, de modo que as organizações econômicas e produtivas se baseiam neste sistema de gestão e contribuem para velhos e novos agentes coletivos que agem em favor das necessidades coletivas no meio rural. (SABOURIN, 2009).

Valores de coletividade sobrepõem à lógica do individualismo, sendo a diversidade cultural e ecológica fundamental para a sua organização, que engloba a articulação dos diversos conhecimentos; a autonomia das comunidades nos seus espaços de

produção; o manejo dos recursos naturais conciliados à adaptação dos ecossistemas e a valorização da biodiversidade como fonte indispensável para a reprodução da vida.

As estratégias são construídas a partir de relações comunitárias e valores de cooperação, sendo assim, a potencialização do acesso e manejo dos recursos disponíveis são relevantes para a organização produtiva e construção de alternativas que considerem a conservação da biodiversidade das espécies locais e a segurança alimentar da população regional. A relação estabelecida com os recursos naturais, as articulações na organização dos processos produtivos, e a atuação dos agentes sociais da comunidade em torno das questões políticas, econômicas, sociais, culturais e sustentáveis, são fatores relevantes para compreendermos os mecanismos construídos em favor dos que se encontram a margem dos processos hegemônicos.

As comunidades rurais emergem em busca da superação da condição de “invisibilizadas” à protagonistas de novos processos políticos e econômicos, elaborando estratégias de articulação e luta criando novas formas de convivência com os agroecossistemas levando em consideração as restrições de acesso.

De acordo com Costa (2011) as estratégias de inserção nas dinâmicas econômicas regionais e nacionais são distintas da ordem econômica capitalista hegemônica, pois o processo de reprodução está relacionado ao bem da coletividade, seja familiar ou comunitária. Nesta perspectiva, Oliveira; Dayrell; Filho (2011) destaca que as estratégias socioeconômicas se opõem aos grandes conglomerados agroindustriais, seus benefícios se estendem a toda a região por meio das cadeias e conexões (negócios, trabalho, emprego, renda) que vão além das dinâmicas socioeconômicas locais, embora sejam a primeira vista imperceptíveis.

Não se trata aqui de um reducionismo das questões históricas, é preciso levar em consideração os demais aspectos, sociais, econômicos, políticos e culturais. Contudo, este cenário representa pontos importantes para a reflexão acerca dos processos de invisibilização vivenciados no Norte de Minas Gerais, haja vista que foi definido pela lógica da acumulação capitalista, como improdutivo, sendo necessária uma intervenção para então “progredir”.

No entanto, as atividades capitalistas sobrepõem à sustentabilidade dos recursos naturais e conseqüentemente a reprodução dos grupos, que possuem uma trajetória de convivência com a biodiversidade local. Assim, a região foi submetida a um processo que contribuiu para a invisibilização cultural, econômica e social, se estendendo aos conhecimentos tradicionais e as suas práticas de apropriação dos recursos naturais, ameaçando a desconfiguração de suas organizações sociais cuja singularidade caracteriza a diversidade cultural da região.

As estratégias adotadas apresentam uma perspectiva em que os processos econômicos se baseiam nos laços comunitários, levando em consideração o bem estar coletivo e a conciliação de novos princípios e valores, tais como a reciprocidade, a solidariedade e a cooperação, empregados na organização e construção de alternativas de acesso, manejo e distribuição dos recursos naturais.

Um constante processo de resistência é vivenciado diante das situações de expropriação, assim, essas comunidades emergem neste cenário de disputa, e por meio de suas práticas sustentáveis de manejo dos ecossistemas e recursos naturais, (re)constróem e (re)orientam as estratégias de utilização socioeconômica do cerrado.

Desta forma, diante dos processos que ameaçou e ameaçam modificar as condições essenciais para a (re)produção social dos grupos rurais, vários mecanismos são construídos como forma de resistência e alternativa para amenizar os impactos provocados pelas ações da modernização da agricultura. Assim, buscam reafirmar suas condições sustentáveis e singulares de produção, em um cenário composto de resquícios históricos, sociais e econômicos que contribuíram para a sua invisibilização.

CAP II – CONSEQUÊNCIAS DA MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA NA SUB-BACIA DO RIACHÃO: SUJEITOS E LUTAS

A modernização da agricultura não só contribuiu para a desorganização das estratégias das populações rurais do Norte de Minas, como provocou também a exclusão ainda maior da agricultura camponesa, haja vista que fomentou as monoculturas, reflorestamentos e grandes cultivos irrigados, que restringiram o acesso dos meios necessários para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas. De acordo com Dayrell (2000) este processo se intensificou a partir da década de 1970 com a “chegada das firmas” devido à racionalidade produtiva baseada na economia capitalista, num processo que privilegiou os setores industriais e agro-industriais, desconsiderando as populações que ali viviam (camponeses, indígenas, quilombolas, pescadores, coletores, etc).

Neste contexto, ocorre o encurralamento das comunidades rurais, que tem seus conhecimentos forjados e sua organização descaracterizada, uma vez que tem de construir alternativas de resistência e sobrevivência frente à inserção de outras matrizes de racionalidade que emergem nos seus espaços, modificando suas formas de produção, reprodução e convivência com a biodiversidade local.

A invisibilização cultural e socioeconômica dos agricultores é reforçada pelas transformações dos sistemas de produção, processos de mercado e modificação dos agroecossistemas locais, tendo em vista que a unidade produtiva dessas comunidades não é movida pelo lucro nem pela individualidade e competitividade, existindo uma preocupação para com a possibilidade de esgotamento dos recursos naturais.

Sendo assim, a apropriação ocorre de forma coletiva por meio de uma organização comunitária, se mostrando contrário a “tragédia dos comuns”¹² como é apresentado pelo estudo de Ostrom (1990). Deste modo, segmentos sociais invisibilizados historicamente emergem ao cenário político em busca do reconhecimento social, construindo estratégias de resistência diante da expansão do capitalismo que contribui para a expropriação e descaracterização de suas formas produtivas vinculadas ao meio em que vivem.

No Norte de Minas Gerais o cerrado é significativo para uma expressiva população que convivem com o bioma, exercendo grande influência na singularidade de sua formação cultural, social e política, visto que estes grupos se auto-identificam a partir da

¹² Discussão presente em Ostrom (1990), sobre situação em que indivíduos agem de forma racional e de acordo com interesses individuais, se contrapondo aos interesses que correspondem a uma coletividade, esgotando algum recurso comum.

relação que estabelecem com o território em que estão inseridos, transformando-o no lugar da vivência e convivência.

A trajetória sistematizada neste capítulo teve como fonte, entrevistas feitas na comunidade do Riachão que é o campo de pesquisa do presente estudo, e análise de documentos disponibilizados pelas lideranças da comunidade. Foi de fundamental importância as informações identificadas no “Dossiê do Riachão” sobre o conflito por acesso à água na Sub-bacia do Rio Riachão, arquivado no Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA). Além disso, foram analisados e utilizados de forma apropriada para a compreensão do referido assunto, dados presentes na pesquisa monográfica “Economia Solidária: As motivações da participação dos atores sociais da Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba - Norte de Minas Gerais”, defendida no ano de 2013.

2.1 Gestão dos recursos naturais e estratégias de acesso e manejo coletivo

No sertão norte mineiro, pontos de aproximação entre as bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Pardo de Minas, a geologia, o clima, o relevo e os condicionantes hídricos propiciaram o surgimento de uma cobertura vegetal extremamente rica e diversa, representante de três grandes biomas brasileiros – o Cerrado, a Caatinga e a Mata Atlântica.

O Cerrado cobre quase um quarto do território nacional, sendo o segundo bioma de maior extensão, em Minas Gerais predomina cerca de 30,8 milhões de hectares de Cerrado ocupando um pouco mais da metade do seu território (53%), representando 15% da área principal do cerrado. As regiões em destaque são: Alto Jequitinhonha, Norte, Noroeste, Alto Paranaíba, Triângulo e Alto São Francisco. (RIBEIRO, 2000).

O uso do termo ‘Cerrado’ para designar a paisagem natural ou mesmo a vegetação do Brasil Central, é relativamente recente, e muitas outras denominações foram utilizadas antes. Essa paisagem foi pouco descrita até o início do século XVII, quando os relatos das entradas pelo sertão se referem à região como formada de ‘largos campos e de colinas despidas de árvores. (RIBEIRO, 2000, p. 49).

O termo Cerrado foi tratado como um sinônimo regionalista do nome “Savana”, utilizado como prioritário pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), “sua vegetação apresenta plantas com folhas largas, em geral, maiores do que as da floresta úmida, espessas e rígidas, lisas e cerosas ou ásperas e com pelos (pilosas), características de ambientes áridos” (RIBEIRO, 2000, p. 52). A redução da água disponível na estação seca, o

fogo e o tipo de solo que contribui de diferentes formas para o perfil da vegetação são três fatores aceitos como determinantes primários da vegetação do cerrado.

Duas estações dividem o clima do Cerrado e marcam de forma distinta a oferta de alimentos e de outros meios necessários àquelas populações, assim, a definição de estratégias de sobrevivência e organização social próprias é influenciada pelas estações chuvosa, de outubro a março, e a seca, de abril a setembro. A contribuição da agricultura e da produção camponesa é fundamental para o auto-abastecimento familiar e local, deste modo a agricultura e a coleta, assumem um papel significativo no abastecimento e na organização social daquelas populações. (RIBEIRO, 2000).

As condições ecológicas de semi-áridas, os momentos de seca, e as estratégias de auto-sustentabilidade construídas por meio das relações estabelecidas entre sociedades humanas e natureza, ressaltam a importância dos recursos naturais, dentre eles o destaque à água, que significa a condição básica para a (re)produção da vida.

A diversidade de fauna e também da flora presente no cerrado corresponde às várias possibilidades de uso e manejo desenvolvidos de variadas formas pelas populações humanas que aí habitaram historicamente, de acordo com Ribeiro (2000) os indícios de influências de tradições associadas a outros ambientes, provavelmente contribuíram para esta diversidade, por meio de ondas migratórias ou caminhos diferentes dos grupos que chegaram.

Por um lado, as áreas mais expressivas de cerrado do país estão no Norte de Minas, por outro lado esta região em seu contexto histórico sofreu diversos impactos econômicos, culturais e socioambientais por meio de processos desenvolvimentistas ocorridos, sobretudo, a partir da década de 1960. Estas experiências nos apontam a necessidade de reorientação do debate acerca do desenvolvimento rural, levando em consideração as estratégias agroecológicas e o reconhecimento das potencialidades locais em favor das famílias de agricultores.

De acordo com Costa (2011, p. 62) existem centenas de comunidades rurais no Norte de Minas Gerais que se reconhecem como diferenciadas, a exemplo dos geraizeiros, os veredeiros, os caatingueiros, os vazanteiros/barranqueiros e os ilheiros, que vivenciaram processos de invisibilização cultural e socioeconômica, numa trajetória de exclusão e descaso, assim, “buscam o reconhecimento da singularidade através da (re)afirmação da condição humana pela (re)conquista da liberdade, da autonomia e da humanidade própria.”

O conhecimento tradicionalmente reproduzido nos aponta para outra racionalidade importante na construção de uma sociedade mais sustentável. Para Dayrell (2000), a sustentabilidade da agricultura na região dos cerrados está pautada nas estratégias de

reprodução social desenvolvidas pelos geraizeiros, assim se refere à população que vive nos gerais, nas áreas localizadas nos planaltos e serras da região, onde predomina a formação vegetal denominada de cerrados. Assim, surge do mesclar de influências da agricultura indígena, colonial e negra, cuja resistência está associada à criação de diversas estratégias produtivas para garantia da sobrevivência, tendo a criatividade como aliada no enfrentamento das adversidades agroambientais dos gerais.

Através de muitas gerações, a agricultura geraizeira produziu uma forma cultural singular de lidar com o meio, Segundo Dayrell (1998) os geraizeiros são entendidos como camponeses regionais que se apropriam da natureza por meio de um sistema de representações, códigos e mitos, deste modo, o autor destaca que,

Em algumas regiões do Norte de Minas existem populações tradicionais denominadas de Geraizeiros, que possuem uma forma singular de apropriação da natureza regida por um sistema peculiar de representações, códigos e mitos. Seus sistemas de produção consistem no plantio de lavouras diversificadas de mandioca, feijões, milho, cana, abóboras, batata doce, associado com a criação de gado bovino, aves e suínos. Esses complementam sua alimentação através do extrativismo feito nas terras gerais, terras sem dono, de domínio público. (DAYRELL, 1998, p. 58).

Nessa perspectiva, Dayrell (2000, p. 262) afirma que “os agroecossistemas geraizeiros podem ser descritos como sistemas agroextrativistas. A lógica no manejo dos agroecossistemas tem o objetivo de garantir o auto-sustento familiar”. Deste modo, até 42% da produção bruta anual do agroecossistema familiar é decorrente da atividade extrativista. Esta atividade ocorre nas propriedades e nas chapadas, tendo impacto reduzido no funcionamento dos ecossistemas, uma vez que os frutos não são totalmente coletados. Cada vez mais o extrativismo ocupa um papel fundamental na geração de renda, sejam pela comercialização de frutos, óleos, plantas medicinais e também artesanatos.

A agricultura se aproxima cada vez mais da natureza, assim, o processo desenvolvimentista não só afetou a agricultura familiar brasileira, mas contribuiu também para a fragilização das atividades dos geraizeiros, devido à degradação dos recursos naturais e/ou a restrição do seu acesso; a variedade de plantas cultivadas geneticamente sobrepondo as locais; a restrição dos mercados e feiras livres, sobretudo pela competição com produtos agroindustriais, entre outros.

Para Ribeiro (2012) as feiras dos geraizeiros correspondem às estratégias criadas devido o aceleramento da expropriação do território para grandes empresas. A finalidade deste evento, não é somente econômica, significa um momento de reencontro e da socialização entre a vizinhança. A feira é formada pelos mercados locais e pelos sujeitos que

lhes dão vida, sendo composta de riquezas culturais, “é um amaranhado de estratégias de sociabilidade, no qual se vende, compra, conversa, come e brinca” (RIBEIRO, 2012, p. 325).

O processo histórico aponta para uma relação estabelecida entre o cerrado e os grupos sociais que se organizam em torno, tendo em vista as formas sustentáveis e importantes para se pensar na questão da sustentabilidade da biodiversidade. O cerrado se constitui atualmente numa enorme fronteira agrícola, uma vez que possui uma diversidade de possibilidades de uso e manejo, a princípio desenvolvidos pelas populações que habitaram estes espaços de diversas formas.

De acordo com Guimarães (2000) um dos biomas mais comprometidos no Brasil é o Cerrado, este processo traz prejuízos tanto para a biodiversidade quanto na influência direta nas formas singulares de convivência das comunidades, povos e populações humanas, contribuindo para processos sociais tais como o êxodo rural e o crescimento desordenado nos centros urbanos da região. A expansão da fronteira agrícola, sobretudo nas áreas nativas ou manejadas por meio de práticas de ‘pouco impacto’, implica questões éticas, econômicas, sociais e ecológicas, deste modo, provocou, e ainda provoca, muitos problemas ambientais e efeitos sociais.

O manejo dos recursos naturais está intimamente relacionado às formas de convivência tradicionalmente praticadas pelos camponeses, que exercem um papel importante no fortalecimento dos laços sociais e comunitários. Contudo, existe um atropelamento nos estilos de vida adotados por essas comunidades, quando estas se deparam com racionalidades econômicas em que o lucro é central, resultando em processos de expropriação.

Segundo Gonçalves (2000, p. 42) segmentos sociais emergem em cena política a partir da re-significação da natureza. Se antes estes segmentos eram vistos como atrasados, indolentes e/ou preguiçosos, agora os mesmos estabelecem diálogo com a sociedade, com o propósito de superação, haja vista que tem seu acervo de conhecimento forjado por outras matrizes de racionalidade. Esses segmentos referidos são “as chamadas ‘populações tradicionais’ como as diferentes comunidades indígenas, camponesas e extrativistas.”

De acordo com Little (2002) existe uma diversidade sociocultural no Brasil que corresponde a vários grupos humanos agrupados por meio de diversas categorias e adjetivos, sejam elas “populações”, “comunidades”, “povos”, “sociedades” e “culturas”, ou “tradicionais”, “rurais”, “locais”, a diversidade dos grupos que as englobam tornam suas combinações problemáticas e complexas. O autor utiliza a definição de “povos tradicionais”, justificando que significa um instrumento estratégico nas lutas políticas por justiça social,

através do reconhecimento da legitimidade de seus regimes de propriedade comum e das leis consuetudinárias que os fundamentam.

Diegues et al (2000) aborda a noção de “sociedades tradicionais” destacando que estes grupos são culturalmente diferenciados, e reproduz seu modo de vida por meio de formas específicas de relações com a natureza, baseada numa cooperação social. Deste modo, ressalta que se caracterizam da seguinte forma:

- a) pela dependência da relação de simbiose entre a natureza, os ciclos e os recursos naturais com os quais se constrói um modo de vida;
- b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos, que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração;
- c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) pela moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que alguns membros possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra dos seus antepassados;
- e) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa ser mais ou menos desenvolvida, o que implicaria uma relação com o mercado;
- f) pela reduzida acumulação de capital;
- g) pela importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentes e compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, pesca e atividades extrativistas;
- i) pela tecnologia utilizada, que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente; há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor e sua família dominam todo o processo até o produto final;
- j) pelo fraco poder político, que em geral reside nos grupos de poder dos centros urbanos; e
- k) pela auto-identificação ou identificação por outros de pertencer a uma cultura distinta. (DIEGUES et al, 2000, p. 21-22)

O Decreto Nº 6.040, de 7 de Fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, por meio do Inciso I do Art. 3º, compreende esta categoria que foi construída politicamente, da seguinte forma:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; [...] ¹³

¹³ Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 10 de Agosto de 2015.

As Comunidades tradicionais não estão isoladas ou desconectadas, são entendidas a partir da relação com as cidades que constituem cenários de referência, contudo, são distinguidas pelas singularidades que possuem e que as unem em comunidade, e se reconhecem como tal. Deste modo, “são *comunidades tradicionais* aquelas que ‘ali estavam’ quando outros grupos humanos, populares ou não, ‘ali chegaram’ e se estabeleceram.” (BRANDÃO, 2012, p. 371).

Assim, as comunidades são anteriores as cidades e se reproduzem independente delas, ocupam territórios, socializam a natureza, se relacionam com outros grupos, são agentes de sustentabilidade, e não estão mais fora da economia central, de modo que a presença do outro na vida de todos é uma das principais características das comunidades tradicionais, que constituem um lugar social, o lugar da vivência e da partilha.

Desta forma, as comunidades tradicionais, dentre elas as comunidades geraizeiras¹⁴ se caracterizam pela apropriação da natureza como meio de sobrevivência, possuem normas orais que controlam a gestão dos recursos naturais, além das formas de conhecimento que transmitem socialmente, sendo repletos de significados, representações, símbolos e mitos em suas relações.

Do ponto de vista da organização dos geraizeiros, Brito (2012) afirma que o paradigma da dádiva é adequado para a sua compreensão, tendo em vista a lógica diferenciada da lógica mercantil utilitarista. Deste modo, as relações dar, receber e retribuir¹⁵, sustentam a dádiva que pode produzir valores de solidariedade. A autora destaca que a reciprocidade ternária¹⁶ é um elemento explicativo da organização das comunidades geraizeiras, podendo manifestar-se nas redes de articulações e na emergência dos grupos como sujeitos políticos, que questionam a degradação socioambiental e econômica.

A natureza e os recursos que ela dispõe são indispensáveis para a organização da vida social dos geraizeiros, que em virtude da preservação dos seus modos de vida, constroem diversas alternativas para a manutenção de sua identidade cultural, apresentando modelos de vida sustentáveis. Assim resistem, constroem e reconstróem, se afirmando e reafirmando diante dos processos que ameaçam modificar a sua reprodução social. Segundo Dayrell (2000) em suas barracas se encontra uma série de produtos diversificados, entre eles as frutas nativas, tais como pequi e coquinho azedo, os quais estes agricultores comercializam na região. As estratégias de reprodução social dos geraizeiros dependem fundamentalmente da

¹⁴ Dayrell (2000).

¹⁵ Mauss (2008).

¹⁶ De acordo com Temple (1997) essa estrutura tem como característica o envolvimento de pelo menos três partes. Apresenta um senso de responsabilidade nos envolvidos no compartilhamento de recursos comuns.

agricultura da região dos cerrados. O aproveitamento dos frutos através da coleta extrativista é fundamental para a satisfação de suas necessidades básicas, e essenciais no processo de construção de alternativas produtivas.

Através da comercialização, reproduzem seus modos de vida e reforça a coesão social, constituindo um espaço de afirmação identitária, conforme Dayrell (2000) destaca, a relação que mantém com o mercado é fundamental para suprir os bens básicos necessários à sua reprodução social. Neste sentido, “a feira é parte de um ciclo de estratégias coordenadas por esses geraizeiros para reproduzirem seu modo de vida e reforçarem seus laços de reciprocidade, solidariedade e vizinhança.” (RIBEIRO, 2012, p. 326).

Guimarães (2000) relaciona a apropriação dos diferentes recursos e condições naturais oferecidos pela região ao regime alimentar dos grupos humanos, de modo que a agricultura, a coleta e o extrativismo são atividades fundamentais para os mesmos. Destaca ainda que, foram e ainda são vítimas de processos que provocam a minimização da disponibilidade de terras, água, e enorme perda da biodiversidade do cerrado e da sociodiversidade, cuja importância é significativa para o rico regime alimentar destes povos.

Dayrell (2000) destaca os impactos da modernização para a agricultura geraizeira, causando o aumento da desarticulação de suas estratégias produtivas e a desintegração de seus valores culturais e da identidade nas práticas produtivas. Deste modo, a expansão das relações capitalistas no campo provocou a degradação dos recursos naturais, interferindo na sustentabilidade dos cerrados, na perspectiva de uma agricultura que se distancia da natureza, tendo em vista um desenvolvimento excludente que agrava as condições locais. Estas questões provocam o encurralamento dos agricultores que são excluídos dessa dinâmica, “restando lhes o trabalho assalariado, o emprego temporário ou as migrações para os centros urbanos” (DAYRELL, 2000, p. 202). O autor aponta três aspectos fundamentais relacionados à fragilização da agricultura geraizeira:

- Degradação dos recursos naturais e/ou restrição do seu acesso
- Difusão em larga escala da uniformização de culturas (monoculturas) e de variedades de plantas cultivadas, geneticamente uniformes, em substituição das variedades locais
- Restrição dos mercados e feiras livres, provocados pelo empobrecimento dos municípios e pela competição enfrentada pelos oriundos das agroindústrias. (DAYRELL, 2000, p. 192-193)

De acordo com Brito (2012) para muitas comunidades no Norte de Minas Gerais, a natureza representa a fonte de vida a partir do qual organizam e constroem sua identidade cultural. Nesta perspectiva as comunidades geraizeiras preservam tradições, constroem

alternativas e se reinventam, se reafirmando tradicional em contraposição a racionalidade econômica hegemônica.

Para a autora, os projetos desenvolvimentistas e a intensificação das monoculturas de eucalipto, constituíram numa ameaça às comunidades, tendo em vista a mudança em sua forma original de reprodução social. A expropriação limitou seus espaços de produzir, aumentando os processos migratórios. “Os gerais e os geraizeiros sobrevivem e se reinventam nos pequenos quintais e com a pouca terra que possuem, porém a escassez cada vez maior da água e a proximidade da inviabilização da reprodução social faz emergir um processo de resistência ativa e organizada.” (BRITO, 2012, p. 347).

Os Gerais são reconhecidos como provedores, estando intimamente relacionado com a organização e produção, nestas áreas se buscam suplementos que garantam a subsistência das unidades familiares, tais como a caça, frutos diversos, plantas medicinais, madeiras para diferentes fins, mel silvestre, etc. (DAYRELL, 2000).

Estes campos apresentam modo de apropriação e uso comuns e gerais das terras, indicando que não são particulares nem privados. Conforme é expresso por Gonçalves (2000), os gerais reproduziu culturas singulares, modos de produção e reprodução específicos, numa região histórica e geograficamente considerada distante das relações de poder e dos processos de participação popular efetiva, invisibilizadas em suas práticas socioeconômicas e em suas estratégias materiais, culturais e simbólicas.

A região do Norte de Minas Gerais possui uma diversidade de matrizes de racionalidades vinculadas ao conhecimento construindo e reproduzido tradicionalidade, e que vivencia um processo de descontextualização, sendo atualmente ameaçadas a desconfiguração e perda de autonomia na dinâmica de uso dos recursos naturais.

2.2 A Sub-bacia do Riachão – Norte de Minas Gerais: sujeitos e lutas

O rio Riachão é afluente do Rio São Francisco, nasce na Lagoa da Tiririca no município de Montes Claros – MG, e deságua no Rio Pacuí, numa extensão de aproximadamente 90 quilômetros, passando pelos municípios de Coração de Jesus, Mirabela e Brasília de Minas. Nesta sub-bacia vive aproximadamente 3.000 famílias em sua maioria agricultores familiares que sobrevivem até então com a criação de animais e pequenas produções que comercializam na região. De acordo com Veloso; Leite; Almeida (2011, p. 172-173) nesta região as chuvas se concentram nos meses de novembro a janeiro, sendo que os meses entre outubro e janeiro marcam o período mais quente, e o mais frio compreendido

entre junho a julho. Assim, a bacia do rio Riachão está localizada na mesorregião do Norte de Minas Gerais na microrregião geográfica de Montes Claros/MG, com clima do tipo subúmido seco.

O rio sempre foi abundante em água, e fonte indispensável nas atividades dos pequenos produtores rurais¹⁷, possibilita a irrigação de hortaliças, da lavoura, uso doméstico e dessedentação de animais, entre outros, sendo essencial para a região e sobrevivência de centenas de agricultores, uma vez que é fundamental para o abastecimento humano e das suas produções e criações.

Nesta região encontra-se em torno às chapadas cobertas de cerrados. De acordo com Afonso (2006) as famílias utilizam a água do rio para a irrigação de hortaliças, e lavoura de subsistência, além de abastecer o consumo humano e as criações de aves, suínos, gado e também pesca. A região é coberta pelo cerrado e se divide em três unidades eco-geográficas básicas: a baixada, encosta e a chapada. A primeira é utilizada na agricultura de hortaliças, grãos e alho; a segunda possui espécies características como o coco macaúba e a aroeira; já a chapada possui uma vegetação de cerrado de médio porte.

A modernização da agricultura provocou mudanças intensas na vida dos moradores da região, implicando em várias conseqüências para os agricultores, como a reorientação de suas estratégias produtivas. Estas rupturas e transformações não ocorreram de forma homogênea e harmônica, uma vez que as diferenças existentes nas formas de apropriação dos recursos naturais marcam um percurso de disputa e conflito por acesso, não sendo diferente no caso da região da bacia do Riachão no Norte de Minas Gerais.

Ao analisar o processo de gestão comunitária dos geraizeiros no vale do Riachão em Montes Claros/MG, Afonso (2006) aponta que dentre as ações “desenvolvimentistas”, em 1960, ocorre um aceleração do desmatamento para a produção de carvão, acompanhado gradativamente pelo comprometimento do potencial hídrico do Riachão, tendo em vista a monocultura de eucalipto, a irrigação por pivô central e a utilização de agrotóxicos, como fatores que provocaram a destruição do cerrado, e o assoreamento do rio e de seus afluentes, com relação a sua área original.

Afonso (2009) destaca que o processo de modernização agrícola se territorializa no vale do Riachão a partir da década de 1970, onde os geraizeiros são submetidos às formas de gestão dos recursos naturais impostas pela agricultura empresarial, que acredita que o uso da água, ainda que com impactos, garantem o chamado “desenvolvimento regional”.

¹⁷ Denominação usada por vários agricultores familiares durante a pesquisa de campo.

A irrigação acompanhada da instalação dos primeiros pivôs centrais na Lagoa do Tiririca, nascente do Riachão, na década de 1980 é apontada pelos agricultores como o problema principal da diminuição da vazão do rio. De acordo com Afonso (2009) esta década é marcada pela interrupção do rio e sua escassez, acompanhada da diminuição de toda riqueza natural da sub-bacia do Riachão. Este processo marca o conflito pelo acesso à água entre a agricultura geraizeira e a agricultura empresarial. O uso desordenado da água nas propriedades empresariais provoca a interrupção do rio, principalmente por causa da alta concentração de pivôs centrais instalados em sua nascente.

Neste contexto, se desdobra um intenso conflito entre irrigantes e pequenos produtores rurais da Sub-bacia do Rio Riachão, os embates iniciais são registrados a partir da década de 1990, conforme os documentos consultados e entrevistas realizadas. O Anexo C registra a cronologia dos principais acontecimentos da luta pela água no Riachão, entre (1991 e 2011).

As particularidades físicas e sociais das formas de produção das comunidades, não foram levadas em consideração na política desenvolvimentista e no processo de modificação da lógica de produção, com isso, a fragilidade do rio Riachão foi intensificada, gerando desequilíbrio hídrico e aumentando os níveis de escassez de água. A irrigação, com a instalação dos primeiros pivôs centrais na Lagoa do Tiririca, é apontada pelos agricultores como a principal ameaça, acompanhada das monoculturas de eucalipto e do desmatamento para a produção de carvão.

De um lado, os irrigantes afirmam a outorga de uso da água concedida pelo Instituto de Gestão das Águas de Minas Gerais (IGAM), além dos empréstimos concedidos para a mecanização da agricultura. Do outro lado, está os agricultores, a maior parte da população que tem sua produção comprometida em virtude da diminuição da vazão do rio, sobretudo pela instalação de pivôs e rebaixamento do lençol freático, comprometendo a riqueza hídrica e as nascentes do Riachão e de seus afluentes, contribuindo para a degradação ambiental e alterando as atividades produtivas dos moradores, especialmente no período de estiagem, já que não tinha acesso à água nem mesmo para o consumo doméstico.

Ressalta-se que diante de todo esse processo, os geraizeiros se deparam com a restrição de acesso e uso de água, uma vez que não possuem as mesmas tecnologias dos grandes produtores, restando apenas duas alternativas insuficientes: adquirir as bombas de sucção e perfuração de poços artesianos (prática extremamente cara) ou depender da Prefeitura Municipal de Montes Claros que esporadicamente enviava carros-pipa para abastecer a comunidade.

Estas alternativas não fazem parte das formas tradicionais de gestão da água, sendo reorientação das estratégias produtivas, onde as formas culturais de gerir a água e a terra buscam resistir ao tempo e ao capital. A estrutura da agricultura regional reflete a forma de luta pela gestão dos recursos, de modo que, os geraizeiros e as demais populações rurais tradicionais, possuem sistemas próprios de gestão das águas, constituídos por normas que regulam o uso, distribuição e partilha desse recurso.

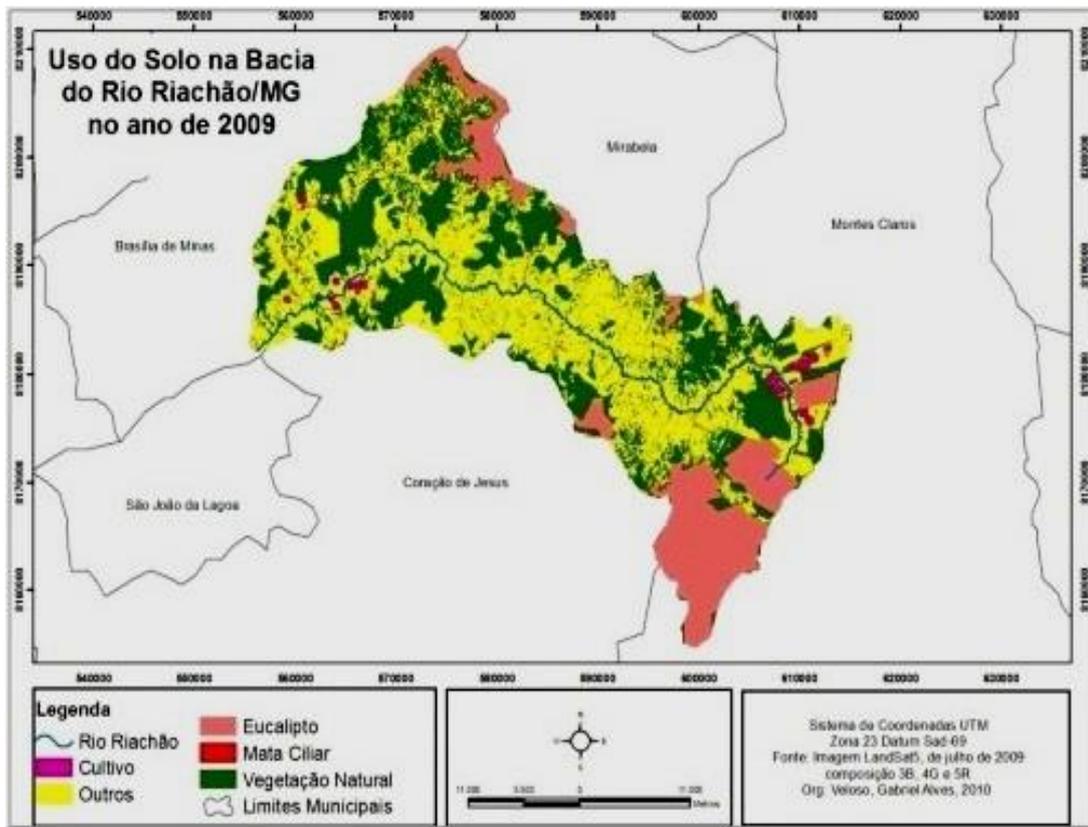
O cenário de divergência está relacionado às diferentes formas de apropriação dos recursos naturais e do entendimento do conceito de “desenvolvimento”, configurando-se em um conflito ambiental. A escassez da água é inerente às formas de apropriação dos empreendimentos agrícolas na região, sobretudo pela presença de pelo menos três ações de degradação: monoculturas de eucalipto e o comprometimento das áreas; a exploração da água para irrigação; e o pastejo dos terrenos pelo gado. (CAA/NM, 2000).

Na região da sub-bacia do Riachão, as principais atividades desenvolvidas pelos agricultores consistem na criação de animais (aves, suínos, cavalos e gado), pesca, canteiros de hortaliças, lavouras diversificadas, e o extrativismo dos frutos nativos desta região, que é coberta pelo bioma cerrado. Essas atividades são destinadas ao auto-abastecimento familiar, às trocas comunitárias, e comercialização nas proximidades da comunidade. Nesse sentido, deve se ressaltar que a utilização da água é fundamental para a irrigação das pequenas produções, criação de animais, e uso doméstico, indispensável para o abastecimento humano e suas atividades produtivas.

A década de 1990 marca um período de intensas reivindicações feitas pelos pequenos produtores, devido os impactos sofridos diretamente, entre eles a escassez da água e a seca do rio Riachão em determinadas épocas do ano, que prejudicava o desenvolvimento de suas atividades domésticas e agrícolas.

Segundo Afonso (2008), entre as décadas de 1990 a 2000, foi implantado 26 mil hectares de eucalipto no médio e alto Riachão, de modo que o uso desordenado do solo e da água acompanhado de conseqüências ambientais, sociais e econômicas, prejudicou o pequeno agricultor, que se depara com a necessidade de buscar melhores condições de vida, e a reorientação das estratégias nos processos produtivos e reprodutivos.

Mapa 02 – Uso do solo na Bacia do Rio Riachão no ano de 2009



FONTE: Org.: VELOSO, G. A., 2010.

Veloso; Leite; Almeida (2011) ao analisar as alterações do uso do solo na bacia hidrográfica do rio Riachão, nos anos de 1989, 1999 e 2009, constata que dentre as mudanças ocorridas, a alteração no espaço natural da bacia é provada pela plantação de monocultura de eucalipto, cultivos, pastagens, entre outros, que contribuem para a perda de vegetação em toda a área da bacia hidrográfica. A escolha da região como local de pesquisa do presente trabalho, é justificada pelo conflito em torno do uso da água que ocorre entre os ocupantes dessa área. Devido às formas diferentes de gestão dos recursos, percebe-se que nas áreas com predomínio de pequena propriedade, a preservação da mata ciliar é maior, diferentemente da parte alta da bacia hidrográfica onde o consumo da água ocorre de forma mais intensa, com predomínio de pivôs centrais localizados próximos a área de nascentes.

Segundo Afonso (2009) um número significativo de políticas públicas e projetos de desenvolvimento agrário, não leva em conta, no processo de formulação e execução, os aspectos importantes das culturas locais e suas diferentes formas de gestão dos recursos naturais. Deste modo, a autora chama atenção para a necessidade de se conhecer as situações locais e as suas singularidades, uma vez que, como argumenta Brandão (2008), existem diferentes escalas de desenvolvimento, que são específicos de cada local, que exigem

soluções próprias e não generalizadas. A particularidade de uso, gestão e conhecimento precisa ser à base de regulação das águas, para os agricultores ela proporciona a participação nas possibilidades de desenvolvimento que levam em conta sua cultura, seu território e seu saber.

Este processo fez com que tivessem limitadas a produção de aproximadamente 3.000 famílias geraizeiras da bacia do Riachão. Desta forma, várias iniciativas são levadas a cabo motivadas pela busca de alternativas em favor da conservação e restauração do rio e das áreas degradadas.

Em 1995 foi criada a associação que é a associação Riacho Dantas, começamos também a buscar alternativas para salvar o rio Riachão, então tivemos juntos 62 associações da sub bacia do Rio Riachão, buscamos 4 municípios que é Montes Claros, Mirabela, Brasília de Minas e Coração de Jesus, do qual na nascente encontrava vários pivôs centrados retirando toda a água, e aí que surgiu a questão da união entre os agricultores e várias comunidades e municípios junto a FETAENG, o CAA, a Cooperativa grande sertão e Sindicatos dos trabalhadores rurais da região, no sentido de salvar aquele rio. (Sr. W. C. S., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora em maio de 2013).¹⁸

Os agricultores prejudicados intensificaram as manifestações, pressionando medidas de caráter emergencial. Dentre elas, a construção de barragens, bacias de captação e pequenos barramentos. No ano de 2000 iniciou-se o monitoramento da vazão do lençol subterrâneo e da vazão do rio, além de um estudo e monitoramento de uso de agrotóxicos na área, através da contratação do Instituto do Meio Ambiente (IMA). Neste mesmo ano, o IGAM sugeriu a criação de um conselho gestor, com o objetivo de proporcionar um espaço político para se debater o problema. Assim, este foi constituído por representantes das comunidades locais, irrigantes, órgãos governamentais e ONGs.

Em 2001, o IGAM investiu em ações de educação ambiental, e contratou a EMATER para o cadastramento dos usuários da bacia, justificando a necessidade de modificar os hábitos dos agricultores da área. Em 2003 e 2004 ocorreu o embargo dos pivôs centrais devido às várias manifestações e reivindicações das comunidades locais por meio do movimento associativista que pressionou o governo municipal e estadual, além disso, são feitas obras de retenção de águas de chuvas. (AFONSO, 2006).

Deste modo, a década de 2000 foi apontada pelas comunidades afetadas como um momento marcante, tendo em vista a concretização de conquistas que representavam anos de luta e mobilização pelo acesso à água na sub-bacia do Riachão. Contudo, as atividades de articulação faziam parte de um processo amplo de organização comunitária em defesa da

¹⁸ Presidente da Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba e da Cooperativa do Riachão no ano de 2013.

conservação do meio ambiente, como fonte indispensável para a reprodução das unidades familiares locais, como é narrado por um dos moradores da comunidade: “a gente conseguiu em 2005 o lacramento das bombas, então partimos para a recuperação do mesmo [Rio Riachão] que é no sentido do cercamento da nascente, beira de rio, e recuperação das áreas degradadas”. (Sr. W. C. S., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora em maio de 2013).

Após o lacramento das bombas, outras questões precisavam ser refletidas, haja vista que além do rio estar degradado, demandas socioeconômicas emergiam. Entretanto, vários agricultores haviam abandonado suas terras em decorrência dos processos de conflito e expropriação, que restringiram o acesso aos recursos naturais, interrompendo consequentemente os seus mecanismos de produção e reprodução socioeconômica. Por outro lado, apesar da insuficiência da água, depois que as bombas foram lacradas, alguns agricultores retornaram às suas terras com o propósito de retomar as suas atividades agrícolas.

A partir desse momento [...] veio a preocupação da geração de renda dentro da região [...] com esse lacramento das bombas alguns agricultores já retornaram logo em seguida, e aí então como ainda não tinha água e tinha as áreas todas degradadas principalmente na questão do eucalipto, foi aí onde a gente buscou alternativas e apoio de algumas entidades pra que pudesse fazer um aproveitamento dos frutos da região, uma vez encontrando em abundância ainda lá, o coco macaúba e o pequi além do coquinho azedo, a mangaba, a cagaita, o panã. (Sr. W. C. S., Comunidade do Riachão entrevista realizada pela autora em maio de 2013).

De acordo com Afonso (2006) o alto nível de utilização da água para irrigação deveria ter sido revisado pelo IGAM, uma vez que a Lei 9.433/97 determina que em situação de escassez é prioritário o uso para consumo humano e dessedentação de animais.

Nesta perspectiva, a população reivindicava revisão das outorgas e soluções emergenciais favoráveis à revitalização do rio e das áreas afetadas. O conflito pela água chamou a atenção da mídia em virtude da sua abrangência e repercussão, diante de várias ações de mobilização. O ápice da publicização do conflito em escala nacional foi à publicação de matéria na capa da Revista Globo Rural, em 1998¹⁹.

A diversidade sociocultural e agroeconômica da região têm sido comprometidas pelos processos hegemônicos que sobrepõe à dinâmica da acumulação capitalista à sustentabilidade dos recursos naturais. No entanto, o enfrentamento a esta situação gera mecanismos de resistência e construção de estratégias de reprodução socioeconômica das famílias geraizeiras do vale do Riachão.

¹⁹ O pivô da discórdia. Revista Globo Rural, n. 158, p. 48- 56, 1998.

2.3 A articulação das associações norte mineiras da sub-bacia do Riachão e a criação da “Comissão Pró- Riachão”

As associações da sub-bacia do Riachão, juntamente com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) elaboraram o Dossiê²⁰ “Riachão: trajetória de um rio marcado para morrer”, composto de informações e documentos importantes acerca das ações desenvolvidas pela Comissão Pró-Riachão.

Esta comissão foi criada em 09 de novembro do ano de 1993²¹ com o objetivo principal de paralisar imediatamente o funcionamento dos pivôs centrais instalados na Lagoa da Tiririca, nascente do Riachão. O dossiê foi construído a partir dos registros em atas de reuniões, ofícios circulados, cartas, notícias de jornais, laudos de vistoria da polícia florestal, termo de ajustamento de conduta referente aos irrigantes, e os demais documentos compreendidos no período de 1991 até meados de 2000. O referido documento tinha como finalidade que as autoridades tomassem as medidas cabíveis e favoráveis à sustentabilidade dos recursos naturais e das atividades reprodutivas das famílias de agricultores da região. Além disso, solicitavam a construção de pequenas barragens acompanhadas do planejamento participativo e da construção de um diagnóstico das ações a serem implementadas, denunciando a retirada irregular da água.

De acordo com este dossiê, o ano de 1991 é marcado pelo estudo feito pela CODEVASF na lagoa da Tiririca, com a finalidade de implantação de uma barragem, destacando a constatação da degradação da flora e da fauna nativa, o processo de assoreamento da lagoa, e a existência de 03 unidades de pivôs centrais instaladas. Em agosto deste referido ano, vários moradores da comunidade do Riachão e Pau D’Óleo reclamaram a seca do rio, e denunciaram a existência de fazendas próximas à nascente do Riachão, fazendo uso de pivôs centrais para a irrigação de plantações.

A diminuição do nível da água provocou uma inquietação nos moradores, uma vez que no ano de 1992 registrou-se prejuízos com a produção do “feijão de inverno²²”

²⁰ CAA/NM. Riachão: Trajetória documental de um rio marcado para morrer. Montes Claros - MG, março de 2000.

²¹ Informação disponível no Dossiê “Riachão: Trajetória documental de um rio marcado para morrer”. Montes Claros - MG, março de 2000.

²² O feijão de inverno também conhecido como feijão de terceira safra, surgiu como uma alternativa, simultaneamente com o aparecimento dos sistemas de irrigação via pivô-central no Brasil. O plantio é realizado a partir do mês de março, com o fim do período chuvoso, principalmente na região dos Cerrados, abrangendo a totalidade ou parte dos Estados de Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Tocantins. Disponível em:

marcando o início de diversos contatos verbais com o Conselho Municipal de Conservação e Defesa do Meio Ambiente (CODEMA).

No ano seguinte ocorrem reuniões, denúncias, propostas, e negociações, além de várias manifestações na luta pela água, organizadas pelas comunidades que fazem parte da sub-bacia do Riachão, uma vez que em 1993 muito se falava dos incentivos do Banco do Nordeste (BNB) para a implantação de um projeto de irrigação no Norte de Minas Gerais. De acordo com as comunidades, não havia estudos suficientes em tornos dos impactos que seriam causados a população da região, especialmente no que se refere ao abastecimento de aproximadamente 3.000 famílias que viviam nas 30 comunidades rurais dos municípios de Montes Claros, Brasília de Minas, Coração de Jesus e Mirabela.

Deste modo, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirabela, em 1993, representantes das comunidades revelaram a diminuição da vazão do rio, devido à informação do CAA/NM de que havia uma previsão de um total de sete pivôs a serem implantados. Assim, organizaram a Comissão Pró Riachão, reuniram com a direção do CODEMA e decidiram acionar a Polícia Florestal juntamente com o Departamento de Recursos Hídricos (DRH), com a finalidade de impedir a implantação de mais pivôs às margens do Rio Riachão. A princípio foi deliberado o lacramento das motobombas. Fato que, segundo os moradores não ocorreu na prática.

Além disso, solicitaram providências ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM) e demais órgãos competentes, reivindicando nova reunião para a discussão da situação crítica do Riachão. As comunidades atingidas ressaltavam que a atuação de empresas na região, desrespeitava a legislação ambiental, acusando-as de praticarem desmatamento de extensas áreas do cerrado, para produção de carvão sem a devida autorização, destruindo áreas com pequizeiro, pananzeiros que são frutos nativos da região.²³

Deste modo, em 1993 foi feito e entregue ao CODEMA um abaixo-assinado com 623 assinaturas dessas comunidades, que solicitavam a paralisação dos pivôs e a elaboração participativa de um projeto de gerenciamento das microbacias do Riachão.

Após a denúncia feita pelos moradores, a Polícia Florestal de Montes Claros emitiu auto de infração n. 3365 e termo de embarco/interdição n. 3413, ambos em 06/05/93,

http://www.grupocultivar.com.br/ativemanager/uploads/arquivos/artigos/02-10-12_feijao.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

²³ Informação presente no documento “À câmera técnica de recursos hídricos do COPAM: o posicionamento das Comunidades do Riachão na defesa de suas águas”, Montes Claros - MG, 10 de março de 2000.

referente à instalação de três pivôs centrais na margem da Lagoa Tiririca, e o corte de pequizeiros para a carvoaria ilegal. Contudo, uma outorga foi concedida ao Sr. W. F. B., para a captação de 0,160 m³/s para projeto de irrigação de pivô central. Estas questões e seus desdobramentos levaram o Sr. J. N., morador do Riachão a enviar ofício ao DRH denunciando a ilegalidade nos desmatamentos na cabeceira do rio e alertando sobre o risco da autorização de captação de água na Lagoa da Tiririca. Esta captação seria a responsável pela falta d'água no Riachão.

Desta forma, ainda neste referido ano, o IEF realizou uma perícia técnica e constatou o desmatamento ilegal realizado pelo Sr. W.F.B., e o não cumprimento das normas básicas de exploração florestal. Esta situação contribuiu para a agitação das comunidades, que solicitaram ao Batalhão de Polícia Florestal cópia do auto e infração. No mesmo período, ocorreu a fundação da Cooperativa e Associação de Irrigantes objetivando a defesa dos seus interesses de uso da Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Riachão.

Em 1995 os moradores denunciaram a ocorrência da seca anualmente, comprometendo as atividades agrícolas. Deste modo, com o objetivo de discutir propostas para preservação do Riachão, no dia 18 de janeiro, do mesmo ano, a Comissão Pró Riachão convidou representantes de associações para um encontro que ocorreu no dia 03/02/95. O objetivo era encaminhar propostas às autoridades ambientais do Estado de Minas Gerais.

Ainda em 1995, registrou-se diversas mobilizações em torno da discussão da situação do rio, que teria secado completamente pela primeira vez. As atas mostram várias reuniões realizadas pelas comunidades da sub-bacia do Riachão com participação de até 62 moradores, que discutiram propostas de recuperação da bacia, incluindo uma contraproposta de construção de barragem.

Conforme matéria publicada no Jornal Hoje em Dia - Belo Horizonte (07/02/96, p. 5), além da Diretoria de Recursos Hídricos autorizar a ação dos pivôs, propôs a construção de seis barragens de 5 metros de altura ao longo da bacia, acreditando que esta seria a solução. De um lado, essa medida agradava aos irrigantes, do outro, as comunidades reagiram defendendo a afirmativa de que causaria inundações e colocaria em risco as pequenas plantações da beira do rio. Assim, sugeriram a construção de barragens nos afluentes, através da própria mão de obra local. Segundo relato da Coordenadora do Grupo de Estudos Ambientais (GEA), no ano de 1996, Cristina Rodrigues, a construção das barragens poderia significar o fim do rio. Os agricultores reivindicaram estudos sobre os pontos críticos da bacia e as formas de gerir a água com equilíbrio e conservação do solo, e destacaram ainda a ausência de matas ciliares e a necessidade de levar em consideração a participação da

comunidade nas decisões referentes ao acesso e manejo dos recursos naturais que compreende a região.

O Centro de Agricultura alternativa do Norte de Minas Gerais e o Conselho Municipal de Meio Ambiente do município de Montes Claros afirmaram em 1996, que esta era a principal causa da seca do leito do rio. De acordo com o coordenador do CAA-NM naquele período, Carlos Dayrell ²⁴,

Um pivô de 120 hectares consome 100 litros d'água por segundo, ou 360 m³ por hora. Para irrigar os 400 hectares de milho, frutas e verduras, explorados por três grandes produtores da região, 1.400 ms/hora de água são retirados do Riachão. Cerca de 3 mil famílias que vivem de pequenas plantações abaixo do rio fica sem a água. [...] como estamos em época de cheia, a tendência é a situação piorar muito na seca. 'Como estamos em época de cheia, a tendência é a situação piorar muito na seca'.²⁵

Neste referido ano, os agricultores familiares da região desenvolveram várias ações de mobilização. Reuniram constantemente para discutir pautas que demonstravam seu posicionamento frente o governo do Estado de Minas Gerais e instituições competentes e/ou interessadas, além de participarem de audiências e manifestações públicas. Um documento foi elaborado no início do ano 1996, e encaminhado para diversas autoridades ambientais do Estado de Minas Gerais, intitulado "Propostas das Comunidades de Pequenos Produtores para a perenização da Sub-bacia do Riachão". Além disso, a Comissão solicitou a inclusão da situação crítica do Riachão em pauta de reunião solicitada por meio de correspondência direcionada ao Sr. J. C. C. Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Segundo o Jornal Hoje em Dia - Belo Horizonte (11/03/96), uma vez constatando a ausência de licença ambiental, o COPAM determinou a retirada de oito pivôs centrais do Riachão. Esta situação incomodou os irrigantes. Estes afirmavam que a produção agrícola e os empregos para os trabalhadores rurais estariam em risco com o fechamento dos pivôs centrais.

Foi publicado no Diário oficial do Estado de Minas Gerais, em 21/03/96, deliberação do COPAM n. 44/96 sobre a suspensão das atividades de irrigação no Riachão e a obrigatoriedade do licenciamento para atuação. As comunidades rurais aprovaram a suspensão dos pivôs centrais. Todavia, o Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e o COPAM, concederam a licença de operação para irrigantes

²⁴ Entrevista ao Jornal "Minas Hoje em Dia", Belo Horizonte, 7/2/1996.

²⁵ Idem.

da região, entre os meses de junho e julho do corrente ano, sendo que a outorga deveria ser avaliada pelo DRH.

Apesar da medida que suspendem as atividades de irrigação, ainda neste ano de 1996, o promotor de justiça e curador do meio ambiente de Montes Claros foi acionado pela terceira companhia de Polícia Florestal de Montes Claros através do Boletim de Ocorrência n. 679/96. Este expediente comunica a manifestação dos moradores que solicitavam providências urgentes em relação à diminuição da vazão do Riachão e alertava para o funcionamento de diversas bombas de irrigação nas cabeceiras do Riachão.

Este período é marcado por várias denúncias ao DRH sobre as irrigações ilegais que ocorriam mesmo com a deliberação que suspendia estas atividades. Neste processo são propostos termos de compromissos entre irrigantes e agricultores para redução do consumo da água. No entanto, o descumprimento dos acordos permanecia, se desdobrando em diversos ofícios encaminhados ao Ministro do meio Ambiente e demais autoridades envolvidas, reivindicando o acesso a água para as atividades agrícolas e uso doméstico. Para tanto, era necessário impedir a abertura de novos poços artesianos, e desenvolver iniciativas de mobilização acerca das práticas de conservação dos solos e de recomposição da mata ciliar, além de estudos a respeito dos impactos ambientais decorrentes da utilização da água superficial e dos lençóis subterrâneos.

Tendo em vista a importância do gerenciamento dos recursos hídricos para a região, a Comissão convida presidentes dos STRs e das Associações da bacia do Riachão para uma reunião no dia 12/09/1996. Nesta pauta, alertam a necessidade da participação das comunidades nas ações fomentadoras de agricultura irrigada. Já no final do referido ano, solicitam por meio de um ofício ao Secretário da SEMAD o agendamento de uma audiência, durante sua estadia na cidade de Montes Claros, para participação de um evento. Esta reunião ocorre em 27/11/96, onde é apresentada a “Carta Aberta ao secretário do Meio Ambiente” relatando todo o processo de degradação da bacia do Riachão devido à atuação de pivôs centrais. Além disso, solicitam providências imediatas para a paralisação definitiva dos pivôs, acompanhada de estudos de impactos ambientais na bacia, e abertura para as propostas das comunidades em torno da recuperação do rio, levando em consideração o (re)conhecimento da necessidade de criação de um comitê de gerenciamento do Riachão.

No ano de 1998 duas situações se destacam. Primeiramente, mais uma outorga referente ao uso da água para irrigação, foi concedida pelo IGAM. A segunda se refere à manifestação das comunidades denunciando a conivência do IGAM com a degradação do rio.

Foram distribuídos panfletos na BR 135, em frente às propriedades que utilizavam os pivôs centrais.

O ano de 1999 foi marcado pelo lacramento de algumas bombas no Riachão, pelo Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM). Os fazendeiros irrigantes se manifestaram dizendo que não havia estudos que comprovassem a interferência dos poços na vazão do rio, além disso, estavam no meio de uma safra e que o lacramento das bombas seria responsável por uma série de prejuízos. Do outro lado, as comunidades se posicionaram, defendendo as condições básicas de (re)produção, uma vez que nos quatro municípios, já citados anteriormente, havia aproximadamente 3.000 famílias totalmente sem água, inclusive para o consumo doméstico.

No entanto, ainda se registra o surgimento da instalação de pivôs centrais na cabeceira do Riachão, mesmo com as denúncias e protestos das comunidades rurais. Novos ofícios são encaminhados ao IGAM, solicitando a suspensão da autorização de instalação como prevenção a falta de água, e uma audiência com as lideranças comunitárias para o desenvolvimento de planejamentos estratégicos. A partir desta ação é elaborado um relatório da reunião com os encaminhamentos propostos, entre eles o de indicar uma comissão para fiscalização. Em maio de 1999, as comunidades se reúnem para elaboração de um planejamento conjunto, e indicação de representantes para compor esta comissão.

Deste processo é construído um relatório pela equipe de fiscalização, em junho de 1999. Constata-se a seca do rio, a existência de oito poços perfurados (entre eles apenas dois não estavam equipados com pivôs), e projetos de irrigação funcionando, onde apenas três possuíam outorgas de captação de água e duas outorgas para funcionamento de poço artesiano.

Deste modo, o mês seguinte é marcado pela articulação de lideranças de 55 comunidades da sub-bacia do Riachão, juntamente com técnicos da EMATER, CAA/NM e prefeitos de Brasília de Minas, Coração de Jesus e Mirabela, visando à elaboração de um planejamento coletivo para a recuperação do rio por meio de propostas sustentáveis. Em agosto, um ofício é enviado ao Procurador da República em Minas Gerais solicitando as devidas providências para a garantia do abastecimento humano e animal, e também ao presidente da COPAM, requerendo a revisão e suspensão do licenciamento Ambiental de todas as grandes irrigações na nascente do Riachão. Já no final de 1999, acontece o II Encontro das Comunidades do Riachão em 24 e 25 de novembro, onde é feita uma nota de repúdio contra as ameaças de morte feita por um conhecido irrigante da região, ao diretor de controle das águas do IGAM.

Várias atividades e manifestações marcam o ano de 2000, primeiro, destaca-se a reunião de representantes das comunidades para discutir a proposta de “Estudo Hidrogeológico da Bacia do Alto médio rio Riachão”, e elaboração de propostas para audiência pública promovida pelo IGAM e COPAM no dia 10/02/2000. Segundo, as comunidades solicitam a criação de uma “Área de proteção especial na lagoa da Tiririca e nascente do Riachão” para preservar e recuperar as espécies de fauna e flora. Terceiro, acordo entre os envolvidos sobre a importância de um estudo especializado sobre as técnicas de manejo dos recursos naturais.

No dia 14 de abril de 2000 ocorreu uma reunião mediada pelo COPAM onde houve um acordo entre irrigantes e agricultores referente à necessidade da realização de estudos feitos por profissionais qualificados, tendo como propósito a implementação de técnicas de manejo nos sistemas de irrigação, para a regularização do rio.

No entanto, as comunidades afirmam que ocorreu um retrocesso no processo de negociação, tendo em vista que o acordo não se efetivou, pois a comissão dos irrigantes envia uma carta aos agricultores no dia 24/04/2000, defendendo a exploração econômica privada do recurso hídrico, e os possíveis benefícios para a geração de renda e desenvolvimento da região, sem manifestar qualquer interesse pelos impactos ambientais e socioeconômicos, nem o quanto essas atividades poderiam provocar o encurralamento dos agricultores familiares da bacia do Riachão, prejudicados em suas atividades econômicas e reprodutivas, agravando este cenário de conflito, que prejudica os interesses públicos das maiorias sociais.

Deste modo, o documento referente ao estudo hidrogeológico da bacia do alto-médio Riachão, informa que as plantações de eucaliptos existentes na região, sobretudo nas cabeceiras e áreas responsáveis pela recarga do rio, provocam a diminuição dos recursos hídricos. De acordo com o ofício enviado ao Secretário Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no dia 28 de abril de 2000, as monoculturas já ocupavam neste ano aproximadamente 26% da superfície da bacia hidrográfica. Neste sentido, exigem a fiscalização dos empreendimentos florestais pelo IEF, com o propósito de verificar a intensidade com que estas plantações afetavam a sustentabilidade do aquífero local e estabelecer medidas que favoreçam a infiltração e retenção das águas de chuva.

A água para os pequenos produtores significa a manutenção de suas atividades que garantem a sobrevivência das famílias da região, motivo que levaram ambientalistas e

produtores do “Movimento dos sem água em defesa do rio Riachão”²⁶ a fazerem greve de sede em defesa do rio, reivindicando o lacramento definitivo das bombas.

Diante destas questões a Câmara Técnica de Recursos Hídricos aceitou a proposta de criação de uma Comissão de gestão da bacia do Riachão²⁷, tendo em vista a gravidade dos fatos e a duração desse conflito por acesso e gestão dos recursos naturais. Deste modo, em 19 de agosto de 2000 o IGAM e o movimento dos pequenos agricultores da Bacia do Riachão estabelecem um Termo de Compromisso, de modo que cabem ao Instituto as seguintes medidas:

1. Lacramento das bombas de todos os irrigantes e reflorestadoras situados na região da cabeceira do Riachão, até que seja restabelecida e mantida a vazão de 120 l/s abaixo da Lagoa da Tiririca.
2. Vistoria permanente do IGAM, juntamente com os pequenos agricultores, visando a garantia de que as bombas realmente permanecerão lacradas nas condições acima propostas.
3. Realização de reunião extraordinária do COPAM _ Câmara de Políticas Ambientais de Minas Gerais, no dia 05 de setembro de 2000 para votação do recurso encaminhado contra a decisão da câmara dos Recursos Hídricos com fins a deliberação de outorgas na região da cabeceira do Riachão.
4. Implementação imediata do projeto de recuperação ambiental da sub-bacia do Riachão pela EMATER que deverá contar com o direcionamento e acompanhamento da Comissão do Riachão.²⁸

Em outubro do mesmo ano, algumas providências foram tomadas pelo IGAM e pela SEMAD, cujo documento²⁹ registra a data 02/10/2000, com destaque para tais ações:

1. Antecipação do início do Projeto da EMATER destinado ao manejo integrado da bacia hidrográfica do Rio Riachão, em parceria com a Secretaria de Estado da Agricultura. (Abrangendo basicamente a construção de bacias de acumulação e infiltração de águas pluviais (as chamadas ‘barraginhas’) de minibarragens de acumulação de água e de instalação domiciliares de coleta e armazenamento de água de chuva.
2. Monitoramento hidrológico e hidrogeológico (através de medições semanais em cinco pontos estratégicos do rio)
3. Estudos hidrogeológicos para avaliação do impacto das captações de água subterrânea no aquífero correspondente
4. Parceria com a CPRM para elaboração de inventário de captações de água subterrânea
5. Projeto Piloto de Gestão Participativa de Recursos Hídricos e de Educação Ambiental na Sub-bacia do Riachão (contratação do CAA)
6. Aquisição de linígrafos e contratação de estudos hidrológicos e de hidrometria (monitoramento do nível de água do lençol de água subterrânea)
7. Fiscalização das captações de água subterrânea

²⁶ Greve de sede e também de fome. Jornal do Norte, Montes Claros, 18 de agosto de 2000. Nº 334.

²⁷ Jornal - Assembléia Informa, 28 de junho de 2000, p.2. Nº 1795. Disponível em file:///C:/Users/Keity/Downloads/n.1795.pdf. Acesso em 20 de outubro de 2015.

²⁸ Termo de Compromisso firmado entre o Instituto Mineiro Gestor das Águas – IGAM e o Movimento dos Pequenos Agricultores da Bacia do Riachão, Montes Claros, 19 de agosto de 2000.

²⁹ Providências tomadas pelo IGAM e pela SEMAD, 02 de outubro de 2000. Documento impresso.

8. Reforço da equipe técnica do IGAM (contratação de profissionais e convênio com a UNIMONTES para a disponibilização de estagiários para atuar junto ao IGAM nas ações do Riachão)
9. Comissão de Gestão dos Recursos Hídricos do rio Riachão (início de discussão com a comunidade local e prazo de 20 dias para apresentação do regulamento de funcionamento da comissão).
10. Comissão de fiscalização proposta pelo Procurador de Justiça do Estado, na reunião do COPAM do dia 26/09/00
11. Cadastro de usuários de água e estudo para projeção de demanda de água dos agricultores familiares para irrigação.

Apesar de todas as manifestações, reivindicações, avanços e recuos, as providências tomadas ainda não respondiam a demanda dos pequenos produtores rurais, assim torna-se necessário a formalização de um Regimento Interno em 05/12/2000. O regimento foi então criado pela comissão provisória de gestão de recursos ambientais da bacia hidrográfica do rio Riachão, com sede na cidade de Montes Claros, sendo cada mandato da comissão com duração de dois anos, e os casos que extrapolem suas atribuições encaminhadas ao COPAM.

Define-se que a comissão deve ser composta de representantes do poder público estadual e municipal, usuários de recursos hídricos e representantes de entidades da sociedade civil, tendo suas reuniões a cada dois meses, com local horário e datas definidas com antecedência. Com relação às competências da comissão, destacam-se a seguir:

- Debater questões relacionadas aos recursos ambientais e articular a atuação com órgãos e entidades intervenientes;
- Acompanhar o plano emergencial de controle de quantidade e qualidade de Recursos hídricos proposto pelo COPMAM e o IGAM;
- Acompanhar a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos na área territorial da Bacia Hidrográfica do Rio Riachão;
- Aprovar em plenária o seu regimento interno e modificações;
- Acompanhar programas de interesse da bacia hidrográfica, na sua área de atuação;³⁰

No ano de 2002 os agricultores solicitam via ofício a continuidade do projeto piloto “Gestão Participativa dos Recursos Hídricos e de Educação Ambiental na Sub-bacia do Riachão”, que é ministrado pelo CAA/NM, destacando sua relevância para o processo de formação e conscientização ambiental nas relações comunitárias, além das contribuições para que os moradores se fixem em suas propriedades, e desenvolva atividades com vista ao desenvolvimento sustentável e práticas agroecológicas.

Em 2004 foram lacradas oito bombas de pivô central que irrigavam 310 hectares de lavouras de tomate, milho, cana e sementes de capim. No ano de 2005 o IGAM lacrou cinco bombas de sucção em fazendas as margens do Riachão, as bombas funcionavam sem

³⁰ Regimento Interno, 05 de dezembro de 2000. Documento impresso.

licença ambiental nem outorga para fins agrícolas, e o excesso de água retirado para a irrigação de lavouras era a causa principal da seca do rio, num cenário que se agrava ano após ano, sobretudo para os agricultores familiares nos períodos identificados como “de seca”. Do outro lado, predomina ainda a idéia de que essas medidas em favor da sustentabilidade dos recursos naturais e dos pequenos produtores rurais prejudicariam a economia regional e a geração de emprego para a população, pois as atividades seriam inviáveis sem a irrigação das lavouras.

O conflito perdurou aproximadamente quatorze anos, entre os anos de 1991 a 2005 com o esperado “lacramento” das bombas de pivôs centrais que intensificaram a seca na sub-bacia do Riachão. A partir de então até a atualidade já se passaram aproximadamente 24 anos de luta pela produção conforme as práticas tradicionalmente herdadas e a reprodução de suas unidades familiares expressas nas diversas estratégias e mecanismos de sobrevivência e resistência.

De acordo com Gonçalves (2000) o momento da seca na região atua como um fator importante para compreender as estratégias de auto-sustentabilidade das famílias, especialmente, devido à intensificação da restrição de acesso aos recursos fundamentais para a (re)produção, num cenário em que a expansão das técnicas modernas da agricultura, tais como os pivôs centrais e extensas monoculturas não só degradam os recursos naturais como provocam o encurralamento das famílias que sobrevivem por meio de pequenas produções e atividades agrícolas cultivadas nas margens de suas propriedades.

Dentre as principais atividades realizadas pelas famílias da região, destaca-se a pequena criação de animais (gado, suínos e aves), plantações (milho, feijão, arroz, cana mandioca) e cultivo de hortas que abastecem o mercado local e regional. Contudo, a inviabilidade do uso das águas, principalmente nos períodos de seca, para centenas de agricultores que residem na bacia do Riachão, compromete a sobrevivência das famílias que passam a depender do fornecimento irregular de cestas básicas.

Estes processos prejudicaram as condições de produção dos moradores das comunidades. Foram vários anos de denúncias e manifestações contrárias a situação da falta de água vivenciada na região, desequilíbrio hidrológico do rio, uso descontrolado de agrotóxico, desmatamento em larga escala, plantio de monoculturas de eucalipto nas chapadas e a instalação de pivôs centrais, agravando a seca interferindo na sustentabilidade das famílias e na manutenção de suas atividades agrícolas.

Os moradores descrevem um cenário de condições de escassez, e impactos socioambientais sofridos, reforçando a situação de abandono das terras e de busca de alternativas nas cidades, devido o comprometimento das estratégias produtivas.

Ao longo desses anos viemos lutando para salvar o Riachão, e também pela nossa sobrevivência, porque todos os moradores da bacia do rio são naturais da região, são terras que vem passando de pai para filho há várias gerações e que agora estão sendo obrigados a abandonar suas terras. (Representantes das associações da bacia do Riachão em 09 de março de 2002) ³¹

A exploração econômica sobrepõe à finalidade do abastecimento humano para consumo, que é estabelecido pela própria constituição, ignorando os impactos ambientais e socioeconômicos, num processo que dificulta a permanência dos agricultores na região, conforme destaque:

[...] Um dos irrigantes que é até chefe do executivo de um município do Norte de Minas, gavou que o que conseguimos com greve de fome e sede, manifestações, reuniões, viagens em BH, ele consegue anular com um simples telefone, sem sair de sua casa. [...] a justiça é só para alguns privilegiados, apadrinhados, protegidos de políticos que só lembram do povo na época de eleições e depois deixam morrer na miséria, na injustiça, na exploração de gananciosos que vem para explorar a região e quando transformá-la em deserto vão para outros lugares, porque tem dinheiro para comprar terra em qualquer lugar, e nestas alturas já estaremos todos desaparecidos da região, pior eles fazem isso com a autorização dos órgãos ambientais encarregados para defender a natureza e meio ambiente, quer dizer faz a devastação do meio ambiente, massacra o povo do lugar com a autorização do governo.³²

Diante deste contexto, aumenta a preocupação com a geração de renda para os moradores, situação que desencadeou a busca de alternativas e apoio de entidades sociais. Deste modo, surge o debate acerca da potencialização das práticas de aproveitamento dos frutos regionais, entre eles o coco macaúba, destacado como abundante nas comunidades, cujo manejo já era realizado no cotidiano das famílias, na produção de sabão caseiro e para a alimentação dos animais, sobretudo nos períodos de seca.

Em meio à disputa pelo acesso a água, acompanhada de várias manifestações, mobilização e ações dos agricultores das comunidades envolvidas, emerge uma estratégia de fortalecimento da socioeconômica geraizeira, como condição de melhoria da qualidade de vida dos agricultores e agriculturas familiares do Riachão. Surge, a partir daí, a Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba (UBCM), no ano 2000.

³¹ Depoimento apresentado pelos em carta enviada a Assembléia legislativa do Estado de Minas Gerais, em 09 de março de 2002.

³² Carta enviada a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais em 09 de março de 2002.

Neste processo, a articulação das associações da sub-bacia do Riachão na luta pela água, teve um papel importante para a articulação produtiva que criou esta unidade de beneficiamento, uma vez que os seus desdobramentos possibilitaram o fortalecimento de laços e interações sociais entre os agricultores da região, trazendo contribuições para o campo da organização socioeconômica produtiva das comunidades.

Nessa perspectiva, diante de um cenário conflituoso em torno das diversas formas de uso e apropriação dos recursos naturais, encontramos não apenas tensões, mas lógicas diferenciadas, que orientam toda uma relação de produção e reprodução com a natureza. O conflito em si, não ocorre unicamente pelas variedades de significações dos recursos naturais, mas devido ao fato, de que em meio às diversidades, se encontra uma lógica e uma percepção acerca desses recursos, que se sobrepõe às demais, desqualificando e oprimindo formas e modos de vida que são produção de todo um conjunto social, devido o comprometimento das estratégias reprodutivas.

Deste modo, a modernização agrícola brasileira provocou conseqüências socioambientais e econômicas para as atividades produtivas dos moradores destas comunidades, intensificando a necessidade de construção de estratégias socioeconômicas e de reprodução. Assim, os agricultores da sub-bacia do Riachão contrapõem este cenário, assumindo, organizando e mobilizando os recursos que possuem por meio das experiências coletivas com as práticas de manejo do coco macaúba. Desenvolvendo um processo de organização produtiva que resulta na criação de uma cooperativa, de modo que o conflito por acesso a água no Vale do Riachão e os desdobramentos decorrentes das articulações comunitárias, são fundamentais para a compreensão das estratégias construídas e a visibilização deste cenário.

CAP III – A COOPERATIVA DO RIACHÃO: BENEFICIAMENTO DO COCO MACAÚBA E ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA

Este capítulo aborda as estratégias de produção e reprodução da comunidade do Riachão, por meio do beneficiamento do coco macaúba na região. Deste modo, objetiva-se nesta etapa, analisar o processo de organização da comunidade em torno da necessidade de reorientação das estratégias produtivas, diante dos problemas sociais vivenciados, sobretudo, pela modernização da agricultura, que na referida região, esteve baseada na agricultura/fruticultura irrigada, monocultura de eucalipto, pecuária extensiva e monocultura de algodão.

A degradação dos recursos naturais e o empobrecimento dos moradores, motiva o fortalecimento das articulações comunitárias na construção de alternativas de resistência. Neste contexto, destaca-se a criação da Unidade de Beneficiamento do coco Macaúba (UBCM) e a organização da Cooperativa do Riachão (Cooper-Riachão), resultado do desdobramento da organização dos agricultores familiares, do reconhecimento da abundância e potencial de aproveitamento do coco macaúba na região, e pelas possibilidades de inserção em espaços que podem potencializar a sua visibilização.

3.1 Extrativismo e beneficiamento do Coco Macaúba

A viabilidade econômica, social e ambiental da produção da macaúba tem sido objeto de inúmeras pesquisas. De acordo com a EPAMIG (2010) isso se justifica por ser considerada a segunda oleaginosa com maior potencial de produção de óleo do mundo, sendo um desafio encontrar a melhor forma de manuseio, colheita e armazenamento. Esse empreendimento é apontado também como uma alternativa viável para a geração de renda de vários agricultores familiares.

A macaúba³³ é uma palmeira nativa com grande concentração no cerrado, encontrada nas regiões nordeste e sudeste do Brasil e em áreas do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Também chamada de macaúva, macaíba ou bocaiúva, seu nome científico é *Acrocomia aculeata*. O coco da macaúba é popularmente conhecido por coco-baboso ou

³³ Informações adquiridas em campo e complementares por meio do Ministério de Desenvolvimento Agrário. “Diretrizes e recomendações técnicas para adoção de boas práticas de manejo para o extrativismo do fruto da Macaúba/Bocaiúva”. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/Macauba_Diretrizes_e_recomendacoes_para_adocao_de_boas_praticas_de_manejo_para_o_extrativismo_do_fruto_da_macauba_bocaiuva.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

coco-de-espinho devido à característica do seu tronco, o seu potencial oleaginoso confere a extração de diversos tipos de óleos vegetais. As folhas e os troncos são cobertos de espinhos com quase 10 cm de comprimento, o que exige cautela na coleta, sendo freqüentemente feita após a queda de forma natural.

Este tipo de palmeira pode chegar até aproximadamente 15 metros de altura, se adapta aos solos secos apesar de se desenvolver melhor em solos férteis, já os frutos nascem em cachos de cerca de um metro, possuindo centenas de cocos, que são aproveitados em sua totalidade, da casca a amêndoa, além de serem resistentes as pragas e possuir baixo custo já que a irrigação só ocorre quando muito necessário.

Nada é desperdiçado no coco macaúba, sua estrutura possibilita várias formas de aproveitamento, o óleo pode ser extraído para produção do biodiesel, produtos de limpeza, cosméticos, além do endocarpo para carvão vegetal, e o que sobra após o esmagamento da polpa e da amêndoa transformam-se em torta para ração animal.

As palmeiras estão presentes em todo estado de Minas Gerais. De acordo com Schimidt et al (2011) três regiões se destacam pela grande ocorrência da Macaúba: Alto Paranaíba, Zona Metalúrgica e a Bacia do Riachão, esta última compreende os municípios de Montes Claros, Mirabela, Brasília de Minas e Coração de Jesus.

Segundo Motta et al (2002) a região de Montes Claros em relação as outras, é mais seca e quente, mas isso não representa uma limitação para a ocorrência da macaúba. Os meses de maio a setembro marcam registros de deficiência hídrica, sendo que na região de Montes Claros há um prolongamento até outubro. Esta palmeira possui grande potencial para a produção de óleo, a macaúba pode ser usada por agricultores e pesquisadores como uma planta indicativa de terrenos férteis.

A Bacia do Riachão possui quarenta e nove (49) comunidades, e está dividida em Alto, Médio e Baixo Riachão, tendo à estimativa, segundo o autor, de que a atividade de coleta do coco macaúba é feita por aproximadamente 2.700 famílias em toda a região. (SCHIMIDT et al, 2011).Após a coleta, ocorre o seu armazenamento onde os frutos serão selecionados e processados.

Figura 01 - Armazenamento do coco macaúba na Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba



FIGURA 01: Coco macaúba armazenado na UBCM (Foto da autora, 2015).

De acordo com os agricultores entrevistados, a produção da macaúba se inicia no quinto ano de plantio, podendo produzir por até 100 anos. A colheita consiste no corte de cachos e também na coleta a partir dos frutos que caem no chão, após o amadurecimento que dura aproximadamente cinco meses. Estima-se uma produção de 20 toneladas de frutos por hectare nos anos iniciais, chegando até 25 toneladas, sendo que cada inflorescência produz 60 frutos em média.

Entretanto, alguns cuidados são necessários, uma vez que os frutos se degradam rapidamente, por isso precisam ser armazenados e processados adequadamente, para não ter prejuízos em todo o seu potencial de aproveitamento. O amadurecimento pode não de maneira uniforme. Quando os primeiros frutos começam a cair, entende-se que é o momento de se fazer a colheita. A queda pode interromper a integridade da casca e conseqüentemente comprometer a produção devido o contato do ar com a parte interna do fruto. Neste caso, esses frutos são destinados na fabricação de sabão e detergentes, já que são comprometidos para a produção de óleos nobres.

Deste modo, a macaúba é utilizada de forma variada no dia-a-dia da população, além de ser usada nas atividades domésticas e na alimentação humana e animal, suas propriedades possibilita diversas formas de aproveitamento, sendo também comercializada em feiras e mercados.

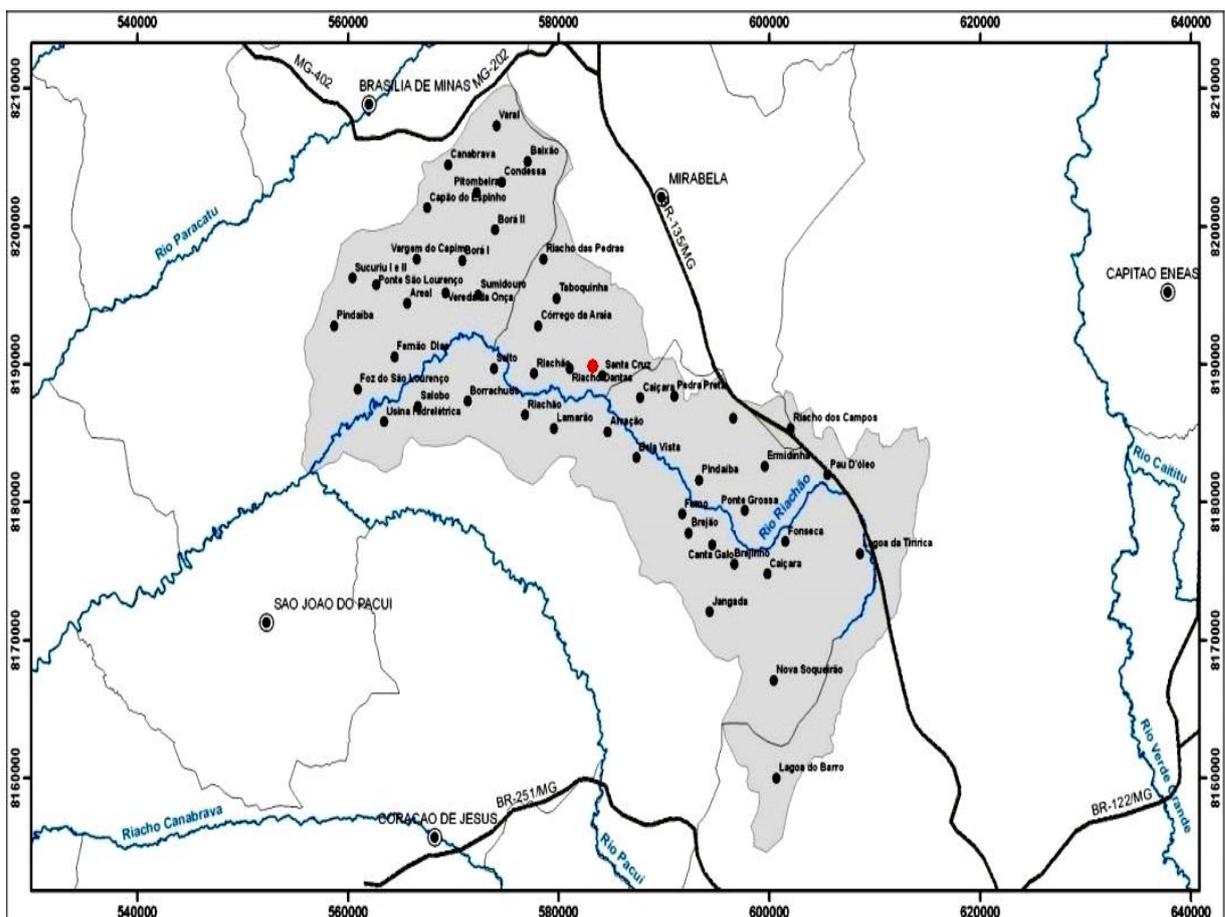
Nos períodos de seca, o fruto é fundamental para complementar a renda, muitos moradores comumente quebram o coco e socam ele no pilão, após ser imprensado é possível

obter ração para os animais e fazer sabão para limpeza doméstica, além disso, produzem cestas e chapéus a partir das fibras.

3.2 Caracterização da Comunidade do Riachão

A comunidade do Riachão está localizada à cerca de 68 km do município de Montes Claros, uma cidade de porte médio no Norte de Minas Gerais, com área de transição entre o domínio do cerrado e da caatinga, conforme afirma Leite e Pereira (2004) divide o espaço agrário do espaço urbano-industrial, ocupando uma área de 97 km², onde vive uma população de aproximadamente 361.915 habitantes em 2010³⁴, além disso, desempenha o papel de centro regional, de modo que as atividades mais expressivas deste município são: comércio, serviços, indústria e agropecuária.

Figura 02 – Localização da Comunidade do Riachão



FONTE: Schimdt et al, 2011.

Adaptado: SILVA, Q.M.S. Destaque para a comunidade estudada.

³⁴ Dados do Censo Demográfico de 2010 – IBGE. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=21&uf=31>. Acesso em 29 de dezembro de 2015.

A comunidade do Riachão se encontra em uma posição geográfica que faz divisa com a cidade Mirabela, próxima também aos municípios de Brasília de Minas e Coração de Jesus, onde vivem aproximadamente 200 famílias de agricultores. O nome que a comunidade recebe se refere à importância do Rio Riachão para o abastecimento da região e (re)produção das famílias.

O processo (re)produtivo está intimamente ligado aos recursos naturais locais, existindo uma forte interação com a natureza, dentre as principais atividades desenvolvidas se destacam as lavouras, hortas, criação de animais e a coleta dos frutos nativos da região, fundamentais para o consumo das famílias e também comercializados na região. Em muitos casos os preços são considerados baixos, como ocorre no repasse da produção aos comerciantes do Mercado Municipal de Montes Claros. Além do coco macaúba, predomina também a coleta do pequi que é vendido congelado ou em polpa, e de outras plantas frutíferas que são utilizadas na alimentação e também comercializadas em feiras e mercados da região.

Estes fatores são relevantes para compreendermos as estratégias socioeconômicas construídas na comunidade em meio às adversidades, sendo importante para tanto, conhecer as práticas de manejo, produção, comercialização, articulação e gestão que envolve esses processos. Para Dayrell (2000) estes agricultores geraizeiros, além de residirem nas áreas de cerrados, tem seu processo de apropriação da natureza composto por singularidades, haja vista que a reprodução geraizeira é dependente da vitalidade dos cerrados.

Os frutos têm a safra, em sua maioria, coincidente com o período das águas, entre outubro e março. Assim, a coleta é feita principalmente por mulheres e jovens, já a comercialização e a produção do óleo e sabão tem a participação dos homens não somente na coleta, mas também no processamento.

Os mais comercializados são o pequi, coquinho azedo, panan, maracujá, cajuzinho e coco catolé. De outros extraem óleo (rufão) ou fazem sabão (macaúba e tingui). O processamento é artesanal e normalmente é realizado pelas mulheres com a ajuda dos homens. (DAYRELL, 2000, p. 251)

O agroextrativismo é uma atividade econômica tradicionalmente realizada pelos moradores da região, é apontada como uma oportunidade para a produção familiar e para as condições de reprodução social e econômica em meio à luta diária pelo reconhecimento social e manutenção de suas práticas no lugar onde vivem, desde que nasceram. No entanto, esta

questão é comprometida, sobretudo pela intensificação do capitalismo no campo, com os incentivos às atividades agrícolas de grande porte.

3.3 O surgimento da Unidade de Beneficiamento do coco Macaúba e a criação da Cooperativa do Riachão (Cooper-Riachão)

Em 1995 surge a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho D'Antas da Comunidade do Riachão, tendo como principal função a de desenvolver projetos de combate à pobreza, diminuir o êxodo rural, além de buscar alternativas para a melhoria de vida de seus associados, a partir da promoção da geração de renda, articulando com as questões políticas, sociais e ambientais, tanto no campo comunitário como das redes sociais.

Uma das principais preocupações, neste período, era a geração de renda, haja vista que não havia fartura de água para a irrigação de hortaliças, lavoura, uso doméstico e para a criação de animais. Nesta perspectiva, surgiu a idéia de utilizar de forma intensiva o coco macaúba, que já era tradicionalmente usado pelos moradores na fabricação de sabão e do óleo de cozinha. Assim foram feitos estudos³⁵ em parceria com o Centro de Agricultura do Norte de Minas Gerais (CAA/NM) que constatou na região os maiores adensamentos do coco macaúba no Estado de Minas Gerais.

Deste modo, a abundância dos frutos nativos da região (coco macaúba, pequi, cagaita, panã, etc.) despertou a idéia de aperfeiçoar o uso desses recursos naturais em favor dos agricultores, e conseqüentemente diminuir o número da saída dos trabalhadores do campo, ação que era freqüentemente associada à falta de água para criação e plantação, e a falta de emprego e renda. O retorno à comunidade era almejado não somente pelos que ficavam a espera dos que partiam, mas, sobretudo por aqueles que saíam em busca de alternativas. Esta situação pode ser percebida na carta apresentada por Dona Arnalda numa atividade comunitária realizada em 13/03/2015.

Voltar aqui no Riachão é motivo de emoção para mim. São muitas lembranças que me vem de um passado que continua vivo, atenuante, ativo, e sempre presente em tudo que ver, ouve, toca, fala, sempre revivendo uma história ou lembrança de alguém. Nenhuma forma verbal é capaz de exprimir a emoção, e com palavras dificilmente se traduziria. Aqui eu vivi vários anos e tenho a certeza de que foram os melhores da minha vida. Foram anos bem vividos, aqui fiz e conheci meus melhores

³⁵ Entrevista concedida ao programa "Um pé de quê?" publicada em 02 de dez de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UdKtDKTs-V4>. Acesso em 20 de dezembro de 2015. Informações atualizadas em 2015.

amigos e participei de oportunidades raras em momentos diversos, que vocês bem conheceram. [...] Vocês transformaram o Riachão, casa de partilha, de devoção, de trabalho, de oração e formação, fonte de incontestáveis valores civis e humanos, onde seus filhos tiveram e terão uma infância sadia, uma adolescência assistida, onde a cada dia o amor nasce, cresce, floresce e dão bons frutos de se colher. [...] Riachão de uma beleza impressa para sempre no nosso inconsciente, e de todas as pessoas que te conheceram, é possível encontrar alegria e virtude nas pequenas coisas, para que a gentileza volte a fazer parte de nossa rotina. Obrigada pela boa acolhida, coisa que vem de berço e independente do nível cultural, social ou econômico, a gentileza é gentileza e nos faz sentir melhores, ao promover ou receber com um nobre gesto revelando toda a beleza do ser humano. (Dona Arnalda, 2015. Comunidade do Riachão).

O propósito de criar alternativas para que os agricultores voltassem para a comunidade e ali permanesse, levou a articulação Pró-Riachão a refletir sobre as possibilidades de aproveitar o potencial dos recursos naturais locais em benefício das famílias.

Neste sentido, as comunidades da sub-bacia do Riachão se articularam em busca do apoio de entidades, tais como, FETAEMG, EMATER, CAA/NM e Sindicatos da região, para que pudessem orientá-los no beneficiamento dos frutos nativos. Neste contexto, a Associação Comunitária do Riachão juntamente com o CAA/NM e a CGS criam no ano 2000 a Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba, por meio do PCPR.

Apesar de surgir no ano 2000, somente em 18 de julho de 2009 foi criado o Estatuto Social da UBCM, elaborado com a participação dos associados, e aprovado em assembléia geral. Tal Estatuto é composto de normas que regulam as funções, objetivos, direitos e deveres dos cooperados e da cooperativa. Além disso, consta a admissão, responsabilidade, demissão, assembléia geral, conselho de administração (função e formação), processo eleitoral, e demais questões referentes às finanças, destacando ainda, que suas operações não objetivam lucro.

A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho D'Antas (Riachão) foi fundamental no processo inicial de articulação. O surgimento da UBCM foi marcado pelas iniciativas da comunidade em busca de alternativas para conservação e restauração do rio Riachão e das áreas degradadas devido às técnicas da agricultura empresarial, tais como o cultivo irrigado e o uso de pivôs centrais nas nascentes, conforme destacado anteriormente.

Deste modo, o propósito da cooperativa tem sido reunir agricultores da região em torno do extrativismo nativo e cultivado do coco macaúba, promovendo a defesa, preservação, e recuperação dos recursos hídricos, matas ciliares, fauna e flora. Tendo, entre outras, as seguintes finalidades³⁶:

³⁶ Estatuto Social da UBCM, 18 de julho de 2009.

- a) Receber, classificar, padronizar, armazenar, beneficiar, industrializar e comercializar a produção [...]
- b) Adquirir, na medida em que o interesse social o aconselhar, para fornecimento a seus associados, bens de produção e consumo;
- c) Prestar assistência e orientação tecnológica no cultivo e produção dos associados, sempre que possível, em estreita colaboração com os órgãos públicos atuantes no setor;
- d) Promover a difusão da doutrina cooperativista, desenvolvendo outras atividades ou implantar serviços de interesse dos associados [...] (ESTATUTO DA UBCM, 2009)

A partir da técnica de observação direta em uma atividade comunitária realizada em 13/03/2015, os associados relataram que as atividades do grupo começaram com quatro pessoas na produção, e foram aumentando conforme o decorrer do tempo, onde os coletores também foram se associando a esta proposta.

Logo após a formação do pequeno grupo no ano 2000, passaram a se preocupar com a construção de uma estrutura física adequada para o processamento da macaúba, e com o capital de giro para investir neste projeto. Para tanto, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) participou do processo de construção do galpão, da aquisição de ferramentas, maquinários, implantação de laboratórios e viveiros de mudas do coco macaúba, através da aprovação de um projeto de financiamento de recursos.

O CAA/NM teve um papel importante para que um grande número de famílias retornasse ao uso de técnicas tradicionais de manejo da terra. Esta questão é apontada por Afonso (2008) e também constada na pesquisa de campo para esta dissertação. Neste sentido, as atividades desenvolvidas em parceria com o CAA/NM objetivaram a rearticulação dos agricultores em seu espaço. De acordo com a autora, a estratégia utilizada foi a recuperação das técnicas agrícolas geraizeiras reproduzidas por várias gerações e a orientação aos preceitos da agroecologia através da criação de uma Área de Formação Agroecológica (AREFA) às margens do Riachão. Houve orientações quanto às plantações apropriadas a cada tipo de solo, uso de material orgânico no controle de pragas e na adubação, além de incentivos para o uso de sementes crioulas. (AFONSO, 2008).

Todo o processo de formação que os agricultores participaram, juntamente com as entidades parceiras, foi de extrema importância para o surgimento da UBCM, de forma que a opção feita pelo coco macaúba se justificou não somente pela abundância deste fruto na região, mas devido este já ser comumente utilizado para alimentação de animais, produção de sabão caseiro e uso doméstico. Assim, recuperam práticas e técnicas que vinham sendo reproduzidas na região por várias gerações e buscam a potencialização em benefício das famílias da sub-bacia.

A sede da UBCM está localizada na fazenda Santa Cruz, na comunidade Riacho D'Antas (Riachão) nos limites do município de Mirabela. Nesta também ocorrem mensalmente às reuniões da Associação Comunitária local. O galpão foi construído em dois terrenos doados pelas famílias do senhor Jones Antunes da Silva (*in memória*) e o senhor Manuel Fonseca da Silva.

No ano de 2011 os agricultores da unidade de beneficiamento formalizaram a Cooperativa do Riacho D'Antas (Cooper- Riachão) devido uma proposta de parceria com a Petrobrás para produção de biodiesel. Porém, este projeto não se desenvolveu, visto que para esta empresa, o óleo devia ser produzido de forma mais refinada, com uma quantidade menor de acidez, que podia chegar até 55%, o que não era possível para a cooperativa, uma vez que a mesma não possuía tecnologia suficiente para determinada produção. Através de novas articulações, no mesmo ano a cooperativa conseguiu assinar um contrato de vinte anos com uma empresa produtora de biodiesel no estado de São Paulo, pois para esta, o óleo podia conter até 80% de acidez.³⁷ No entanto, “esta comercialização do óleo para outro estado, atualmente se encontra paralisada pela insuficiência da produção causada pela seca na região”. (M. R., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, janeiro de 2016.)

Deste modo, a cooperativa foi criada como uma proposta de expandir os meios de comercialização dos produtos. A cooperativa surge, então, no seio da unidade de beneficiamento, com o caráter de formalização do grupo e adequação às normas e resoluções específicas. As atividades são realizadas em complementação. O processamento e a produção são realizados na sede da unidade de beneficiamento, os procedimentos necessários para a comercialização são de responsabilidade da cooperativa.

Além da estimativa de 240 famílias beneficiadas diretamente e indiretamente na região, com a geração de trabalho e renda e envolvidas na extração do óleo, há a participação direta de quarenta associados³⁸. Deste modo, a comunidade não só participou deste processo de luta e resistência diante dos sistemas de irrigação na nascente do rio, mas atualmente é gestora deste empreendimento, sendo definido pelos agricultores familiares como fonte fundamental de geração de renda na comunidade.

Deste modo, a Cooper-Riachão possui quarenta associados, destes, quase 40% são mulheres, que participam do ciclo da cadeia produtiva, especialmente da coleta dos frutos e na produção dos produtos de limpeza e cosméticos. O coco macaúba gera a torta, a ração animal,

³⁷ Sr. W. C. S., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, maio, 2013

³⁸ M. R., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, janeiro de 2016.

o endocarpo, o óleo da polpa para a produção do biodiesel, o óleo da semente, o sabão, o detergente, o sabonete, e diversos outros, assim, é aproveitado em sua totalidade.

Além de participar nas atividades da cooperativa, os associados trabalham em sua propriedade, durante os finais de semana, lavrando as suas terras, plantando e colhendo. Após o cálculo das despesas, as sobras são divididas e/ou repassadas para cada trabalhador conforme as horas dedicadas às atividades na cooperativa. A renda varia em torno de um a dois salários mínimos por pessoa, conforme destacado a seguir:

Na verdade nós não temos carteira assinada, somos todos donos, todos que põe a mão na massa são associados, fazemos um repasse a partir do momento que se cobre as despesas, então aquela sobra é calculada por mês e repassada uma ajuda de custo para cada sócio que está trabalhando e prestando serviço. Varia em torno de um salário, um salário e pouco, atingindo até dois salários. Quem tem um conhecimento mais em cima da administração faz aquele papel, o outro de secretariado ou motorista, outro trabalha com as máquinas, e todos ao mesmo tempo nas horas de folga e nos finais de semana, vão para a atividade rural que é lavrar a terra, fazer a coleta dos frutos, e as outras plantações do dia-a-dia dentro da suas propriedades. (Sr. W. C. S., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, março, 2015).

Os associados apontam que entre as conquistas obtidas durante o processo de implantação da Cooperativa, se destaca as parcerias com entidades de apoio que contribuem para a comercialização, especialmente nos espaços de feiras e eventos, e a facilitação da captação de recursos.

Entre outras conquistas, destacam os projetos que apóiam os agricultores; a expansão da comercialização e da procura pelos produtos; a participação dos associados; a aquisição de máquinas industriais (quando começaram o processo era todo artesanal) doadas pela Cáritas, Fundação Banco do Brasil, Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (IDENE), Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), e o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN); a permanência dos trabalhadores em suas terras e na comunidade, e o retorno de muitas pessoas que foram para as cidades.

Além disso, a associação desenvolve práticas voltadas para a conscientização da região sobre a proteção ao meio ambiente, buscando parcerias para capacitação a respeito das melhores formas de coleta, transporte, armazenamento e manuseio do coco macaúba, assim como técnicas voltadas para o agroextrativismo. A macaúba é apontada pelos agricultores como a alternativa encontrada para contornar os desafios vivenciados que ameaçaram suas formas tradicionais de reprodução e convívio com os recursos naturais.

3.4 A organização produtiva da UBCM/Cooper-Riachão e as formas de comercialização

A associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Riacho D'antas realiza a gestão da UBCM, denominado pela rede 'Caatinga Cerrado – Comunidades Eco-produtivas'³⁹ como um “Empreendimento comunitário, que gera trabalho e renda para aproximadamente 240 famílias [estimativa em 2008] agricultoras extrativistas da Bacia do Rio Riachão, contribuindo, ainda, para a conservação do bioma cerrado.”⁴⁰

O processo de produção desta unidade teve como inspiração, além das experiências adquiridas por meio das práticas tradicionalmente realizadas na comunidade, a referência do senhor Syneas Martins⁴¹ que é considerado precursor no beneficiamento do macaúba na região. Os agricultores do Riachão ao decidirem realizar o beneficiamento do coco macaúba, procuraram experiências e métodos industriais que pudessem contribuir para o aprimoramento da técnica de produção, deste modo realizaram pesquisas até encontrar o senhor Syneas que por acreditar no potencial da macaúba resolveu cultivá-lo em sua fazenda Montes Verdes em Jequitibá - MG.

Assim, os agricultores do Riachão tiveram acesso a sua tecnologia artesanal, desenvolvida por ele mesmo com a finalidade de extrair o óleo do fruto, que de modo geral é dividido em polpa, casca (que vira carvão) e a castanha do coco que possibilita a produção de um óleo mais fino e nobre que o óleo da polpa. A primeira experiência com o processamento do coco na Unidade de Beneficiamento é explicada pelos agricultores da seguinte forma:

QUADRO 01. PROCESSAMENTO INICIAL DO COCO MACAÚBA NA UBCM	
1º momento	O coco é levado para a despolpadeira, havendo a separação da polpa e da casca externa, assim, o coco é polido.
2º momento	O fruto é levado em uma máquina que será responsável por quebrá-lo, chegando à castanha.

³⁹ Espaço de articulação das redes e empreendimentos da agricultura familiar para a promoção e comercialização de produtos da sociobiodiversidade desses dois biomas. Disponível em: <http://www.caatingacerrado.com.br/ubcm-associacao-comunitaria-dos-pequenos-produtores-de-riacho-d%E2%80%99antas-e-adjacencias-mg/>. Acesso em: 25 de abril. 2015.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ Estas informações foram adquiridas durante a pesquisa de campo, além de ter sido consultado a matéria realizada pelo Programa "Um pé de quê?" publicada em 02 de dez de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UdKtDKTs-V4>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

3º momento	Ao ser colocado em um recipiente com água e argila, a casca se estabelece no fundo e a castanha flutua.
4º momento	A castanha é exposta ao sol, e a casca vira carvão.
5º momento	Ocorre o trituração da castanha, que ao ser aquecida é levada numa prensa, onde se extrai o óleo da castanha que é mais refinado, já a polpa do coco produz o óleo mais grosso.

FONTE: Pesquisa de campo/setembro/2015

Org. SILVA, Q.M.S.

De acordo com Filho; Colombo e Berto (2012) existem quatro indústrias de macaúbas operantes no Estado de Minas Gerais: Cocal do Brasil, Paradigma Óleos, UBCM-Montes Claros e UBCM-Luz. No norte de Minas, os agricultores do Riachão ressaltam que a UBCM é a única que realiza o processamento do fruto na região. Deste modo, o carro da Associação busca as caixas de coco nas propriedades dos agricultores, que coletam e vendem para a unidade. De acordo com o Sr. J. E. S.⁴² no ano são processadas aproximadamente 12.000 caixas de coco e produzidos cerca de 300 toneladas, estima-se ainda 60 a 70 mil litros de óleo vegetal, e 400.000 barras de sabão fabricadas. O óleo extraído é armazenado em caixas, até serem transferidos para outros recipientes no processo de comercialização.

Figura 03: Armazenamento do óleo vegetal



FIGURA 03: Armazenamento do óleo vegetal na UBCM/ comunidade do Riachão. (Foto da ITCP, 2015).

⁴² Dados de pesquisa de campo. Secretário da Cooperativa do Riachão, 2014.

Para o Sr. J. E. S. (Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, novembro, 2014) às vezes existe a falta de produtos para atender a demanda dos pedidos. Além de o fruto ser processado na unidade de beneficiamento, ele é comercializado *in natura* pelos agricultores nas feiras e mercados da região. Já os produtos com a marca da Cooper-Riachão, além de serem comercializados nestes espaços e em espaços da agricultura familiar, agroecologia e economia solidária, são comercializados via encomendas e pedidos. Destaca-se ainda que o óleo, até ano passado era destinado a uma indústria paulista de produção de biodiesel, o transporte ocorria por meio do próprio caminhão da Associação, atualmente relatam uma paralisação desta venda, por falta de produção.

A cooperativa produz e comercializa o sabão em barra, sabão em pó, óleo da amêndoa, óleo da polpa, pasta para lavar vasilhas (sabão de cozinha), torta para ração animal e endocarpo, havendo um aproveitamento completo do coco macaúba. Antes também era produzido o Shampoo, mas a falta de matéria prima devido à seca tem diminuído a produção, tornando-se inviável atender todos os pedidos, “creio que voltando ao normal (agora que ta chovendo) voltaremos a fazer, e a produção poderá aumentar.” (H. F., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, dezembro, 2015).

Dentre as maiores dificuldades neste processo de comercialização, definiram o marketing como precário, a logística carente, o meio de transporte insuficiente e pouco ágil; e a necessidade de um transporte de pequeno porte para pequenas vendas. A divulgação dos produtos ocorre por meio das propagandas com uso de banners, nas vendas principalmente em eventos, e por meio das amostras grátis que costumam oferecer ao consumidor. Na localidade, os produtos mais procurados são o sabão em barra e em pó.

Figura 04 – Produção do sabão em barra e em pó



FIGURA 04 – Armazenamento do sabão em barra e sabão em pó do coco macaúba (Foto da autora, 2015).

A formalização da Cooper-Riachão contribuiu principalmente para potencializar a comercialização e o escoamento da produção, tendo em vista a legislação que a rege quanto aos direitos e deveres. Neste quesito, os agricultores destacam que seus produtos foram analisados em laboratório e comprovado a qualidade, e esta questão contribui para a sua divulgação. São comercializados principalmente a nível local e regional, mas quando ocorrem feiras da economia solidária, agricultura familiar, entre outros, eles se estendem a nível estadual e nacional. Além de atenderem aos pedidos conforme a demanda dos clientes, existem parcerias com a Petrobrás, Central Cerrado, e Macaúba Brasil.

A ração animal é comercializada para os próprios moradores da comunidade, o sabão em barra e em pó é vendido em Mirabela, numa loja que mantemos lá. Em Montes Claros ainda não possuímos uma loja nossa, se houvesse a venda seria maior, mas comercializamos através da Flor do Pequi⁴³, que é um ponto fixo de comercialização da Economia Solidária. (M. R., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, dezembro, 2015).

Os processos que envolvem a comercialização são importantes para a visibilização da produção. Esta questão é abordada por Dayrell (2000, p. 257) “[...] para os

⁴³ Artesanato Flor do Pequi é um Empreendimento Econômico Solidário de Montes Claros, aprovado como Ponto Fixo de Comercialização, pela Rede de Comercialização Solidária. Disponível em: <http://marista.edu.br/ims/files/2014/03/resultado-edital-de-adesao-pontos-fixos-comercializacao-solidaria-rede-comsol-mar2014.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

geraizeiros, o mercado é muito mais que apenas um espaço de comércio”. É também um processo de reconhecimento social diante da sociedade local, ressalta ainda que sua reprodução é dependente da sustentabilidade do ecossistema e também da economia local.

A prestação de contas de forma detalhada ocorre semestralmente, e o estudo da definição de preços teve a parceria do Serviço de Apoio a Micro e Pequena Empresa (SEBRAE). Dentre os produtos comercializados, elaboramos uma tabela dos seus valores no mercado, com base nas informações obtidas em pesquisa de campo.

QUADRO 02. PREÇOS DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS PELA COOPER-RIACHÃO		
PRODUTO	VALOR	UNIDADE
Sabão em barra	60,00	Caixa
Sabão em pó	10,00	Kg
Óleo da polpa	10,00	Litro
Óleo da amêndoa	15,00	Litro
Torta da polpa (bovinos e caprinos)	25,00	Saco de 40 Kg
Torta da amêndoa (aves, porcos)	40,00	Saco de 40 Kg
Endocarpo	0,30	Kg
Coco	5,00	Caixa

FONTE: Pesquisa de campo/ dezembro/2015
Org. SILVA, Q.M.S

No processamento do coco, a fase de despolpar é a primeira, e dura em média meia hora, logo após o fruto é quebrado e se tem acesso à castanha que após ser prensada produz o óleo da amêndoa, também chamado pelos agricultores de “óleo de mesa”, após ser usado na cozinha, já que é mais nobre e também mais caro no mercado, além disso, utilizado em várias linhas industriais, na produção de sabão em pó, em barra e também na indústria cosmética. Por outro lado, o óleo da polpa além da produção de cosméticos é usado na produção de biodiesel, e o resíduo vira ração animal, também possibilita a produção de uma pasta para lavar vasilhas, prática que era tradicionalmente feita pelas mulheres da região, e que foi industrializada na UBCM.

Atualmente as etapas do processamento industrial do coco macaúba podem ser compreendidas da seguinte forma:

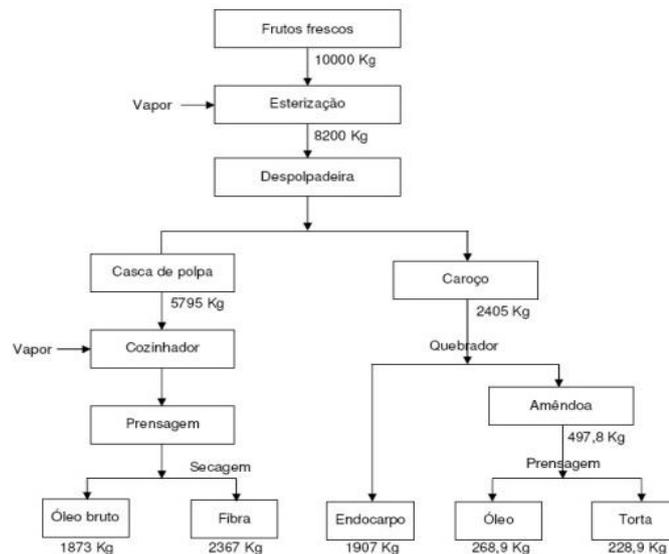
Figura 05. Etapas do processamento industrial do coco macaúba

Figura 1: Processamento industrial do coco macaúba
Fonte: CETEC

FONTE: Schmidt et al, 2011.

Percebe-se que a técnica utilizada no processamento do coco, já era comumente utilizada na comunidade, contudo o processo ocorria de forma artesanal, o que é apontado pelos agricultores, como negativo do ponto de vista da produtividade e agilidade, mas por outro lado extremamente positivo, haja vista que há uma maturidade e experiência acumulada que faz com que tenham autonomia na adoção das melhores formas de produzir.

Toda a matéria-prima vem da coleta (colheita), a unidade ainda não faz o cultivo de mudas. Dentre as maiores dificuldades na produção, citam a precariedade na adaptação ergonômica, capital de giro e tecnologias insuficientes.

O local de trabalho é parcialmente adequado, embora tenha sido estruturado para a produção, relatam que carece de ampliação para melhorar o desempenho das atividades e conseqüentemente a quantidade da produção. Abaixo, segue um quadro referente à produção anual da cooperativa, tendo como referência no ano de 2015.

QUADRO 3. PRODUÇÃO MÉDIA ANUAL		
PRODUTO	QUANTIDADE	UNIDADE
Sabão em barra	300	Caixas

Sabão em pó	300	Caixas
Óleo comestível	2000	Litros
Óleo capilar	1500	Litros
Torta ração	1080	Sacos de 40 kg
Ração da amêndoa	120	Sacos de 40 kg
Endocarpo	60.000	Kg

FONTE: Pesquisa de campo, dezembro de 2015.
Org. SILVA, Q.M.S

O trabalho na cooperativa é desenvolvido por meio de uma gestão participativa e democrática, desta forma, todas as decisões são tomadas em reuniões do coletivo dos sócios, que ocorre mensalmente e conforme a necessidade do grupo.

Além disso, há um quadro de atividades para os cooperados, entre as principais atribuições se encontra: coordenação, secretaria, tesouraria, organização do local de trabalho, compras de matéria-prima, comercialização, produção, embalagem, transporte, e divulgação. Cada tarefa é coordenada por um sócio.

Nas assembléias gerais, por meio de votação são tomadas as seguintes deliberações: a escolha da direção do empreendimento, plano de trabalho, planejamento estratégico, contratação e remuneração de sócios, regimento interno, prestação de contas, representação de sócios em eventos, aquisições e vendas, empréstimos e financiamentos, e demais atividades cotidianas, conforme surgimento da necessidade.

Figura 06 - Reunião da assembléia de sócios da UBCM/Cooper-Riachão



FIGURA 06: Reunião da assembléia de sócios da UBCM/Cooper-Riachão - Comunidade do Riachão. (Foto da autora, 2014).

Os associados têm o direito de expor sua opinião sobre os rumos do empreendimento. Na divisão das tarefas a serem desenvolvidas na unidade, existe uma preocupação para que cada associado desenvolva a atividade que mais apresenta habilidade e se identifique, havendo respeito pelas particularidades de cada um, de forma, que não interfira negativamente no desempenho do grupo, “tem associados que às vezes não trabalham dentro da unidade, mas ele entrega uma matéria prima, então ele recebe por aquilo, e ao mesmo tempo também tem um ganho porque na hora de consumir os produtos ele consegue comprar com um preço abaixo do mercado”. (Sr. W. C. S. Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, março de 2015).

As principais atividades do ciclo produtivo são apontadas como a coleta, separação e processamento do coco até o produto final. De acordo com os agricultores, de um modo geral todos possuem habilidades para desenvolverem todas as atividades do ciclo produtivo, neste sentido, sempre que possível, optam pela rotatividade das tarefas.

Contudo, as atividades como a coleta do fruto, moldagem do sabão, embalagem dos produtos e a extração da semente, são realizadas em sua maioria pelas mulheres, assim como a separação, processamento e trituração são pelos homens. A justificativa apresentada é que as mulheres possuem mais habilidades para estas tarefas, enquanto que as demais exigem um dispêndio de força física maior no que se refere ao peso das máquinas, carregamento de caixas, transporte de matéria-prima, etc.

Durante o processo de comercialização, a unidade de beneficiamento repassa os produtos à cooperativa que se encarrega de apresentá-los ao mercado e divulgá-los. No primeiro momento, a prioridade é cobrir todas as despesas, e logo após, as sobras ficam na cooperativa, que se responsabiliza pelas divisões entre os associados de acordo com o valor das operações realizadas por cada cooperado e as horas trabalhadas na unidade, o grupo em sua totalidade possui liberdade para discutir o destino das sobras, bem como o seu investimento, desde que seja votado e aprovado pela maioria.

No que se refere às formas de organização da UBCM, percebe-se que existe uma lógica compartilhada e socializada pelos trabalhadores uma vez que destacam que as relações no grupo só funcionam devido à liberdade de expressão, a responsabilidade, participação, igualdade e principalmente a solidariedade.

Os membros percebem as desavenças como um processo natural no cotidiano, ao qual precisam superar todos os dias, afirmam que às vezes surgem desentendimentos e muitos desafios, mas estão se adaptando aos conflitos, tendo para isso os momentos dinâmicos, como

as oficinas, realizadas com apoio de instituições parceiras, principalmente as faculdades e universidades. A união é pontuada como fundamental na articulação e busca de objetivos comuns, assim, todos têm responsabilidades, e de acordo com os relatos dos participantes, não é freqüente os problemas de discórdia no grupo.

Todos têm responsabilidades, nunca houve problemas de discórdia, esperamos que nunca ocorra. Eu me sinto realizado, pois é um trabalho novo, somos pioneiros aqui no Norte de Minas Gerais, e hoje tem um avanço muito grande, com o apoio das Universidades que buscam experiências conosco, e isso para nós é muito importante. (Sr. H. F. C., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, março de 2015).

Contudo, as dificuldades começam quando uma parte do grupo se divide e as decisões não satisfazem todo o grupo, ou quando uns querem buscar uma melhoria, mas a outra parte do grupo não quer ou não concordam com o mesmo. Esta questão foi apontada durante a pesquisa de campo, os associados destacam a contínua preocupação com as relações humanas, o qual considera fundamental para o processo de construção do empreendimento. “O trabalho em grupo fortalece uma luta em torno de um ideal, se o grupo tiver focado em buscar o mesmo objetivo creio que fica mais fácil conseguir do que se for uma pessoa sozinha, individual.” (Sr^a. J. M. F., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, março de 2015).

Além da busca por parcerias junto a profissionais e entidades que capacitem à população (beneficiados direto ou indiretamente) quanto às melhores formas de aproveitamento da macaúba, a comunidade desenvolve outras atividades importantes para os moradores. Através dos cursos de computação ministrados na sala de computação do galpão, qualificam os interessados para as atividades administrativas da cooperativa, o público atingido costuma serem os jovens da comunidade.

Atualmente desenvolvem encontros mensais com o público da terceira idade, a mobilização iniciou em março do ano 2015 a partir da demanda da própria comunidade, haja vista que a saída dos jovens para as cidades seja para estudar e/ou trabalhar foi apontada como um dos motivos de isolamento dos adultos e idosos, sendo necessária a promoção de encontros e espaços de socialização de vivências. Este evento conta com o apoio da Secretaria de Saúde de Mirabela, Centro de Referência de Assistência Social, e parcerias que foram buscadas pela própria associação.

Figura 07 - Atividade comunitária organizada pela associação do Riachão



FIGURA 07: Atividade comunitária no Riachão. (Foto da autora, 2015).

A cooperativa beneficia de forma direta os associados, e de forma indireta os moradores da região, que atuam sejam na prestação de serviços ou como consumidores da cooperativa. Além de gerar trabalho e renda e contribuir para que as famílias fixem em suas terras, existe a preocupação para que as práticas de manejo não sejam agressivas ao meio ambiente, assim, há uma mobilização da comunidade em prol da preservação da natureza e do Rio Riachão, tendo em vista que sua sustentabilidade é fundamental para a sobrevivência dos agricultores.

3.4.1 Entre os desafios e as oportunidades

Durante o trabalho de campo e a participação nas atividades da comunidade, os agricultores destacaram em suas falas os desafios que ainda vivenciam na Unidade de Beneficiamento, as dificuldades vão desde a estrutura física até as relações humanas, contudo, as falas são acompanhadas de uma contraposição que afirma as oportunidades e avanços desde o processo de surgimento da cooperativa.

De acordo com o Sr. W. C. S. (Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, maio, 2013) “uma das principais dificuldades enfrentadas é o mercado, pois apesar dos produtos terem qualidade, existe diversas restrições que impedem o trabalho eficaz com o marketing, que facilitaria a comercialização”.

Deste modo, considera que os produtos ainda são pouco conhecidos no mercado, tendo como consequência um processo de comercialização ainda insuficiente. Porém, destaca que um grupo quando unido apresenta um poder que pode ser usado em favor do bem coletivo, assim, para um empreendimento comunitário/solidário funcionar, “as pessoas precisam primeiramente de união e acreditar que é possível, a exemplo da UBCM que vem dando certo apesar das dificuldades.” (Sr. W. C. S., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, maio, 2013).

A participação em feiras da agroecologia, agricultura familiar, cooperativismo e economia solidária, têm representado um avanço significativo tanto na divulgação dos produtos, quanto na própria comercialização. Além disso, ressaltam que cada vez que participam de uma atividade seja a nível regional, estadual ou nacional, voltam à comunidade com novas idéias de projetos, tanto para o benefício da cooperativa, quanto para a região.

Figura 08– Exposição e comercialização dos produtos da UBCM



FIGURA 08: Exposição e comercialização dos produtos da UBCM em Feira de Economia Solidária no Parque de Exposição João Alencar Athayde em Montes Claros -MG. (Foto da ITCP, 2014).

Percebe-se que além dos desafios presentes na comercialização, a aquisição e manutenção de maquinários tem sido uma dificuldade constante para a produção, de acordo com o Sr. H. F. C. (Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, março, 2015) ainda existe deficiência com relação aos equipamentos; falta capital de giro para o

desenvolvimento das atividades, compra da produção dos agricultores e também para incentivar os catadores, que são fundamentais no processo; afirma ainda, “o nosso trabalho não tem hoje máquinas desenvolvidas para trabalhar com o coco macaúba, então nossas máquinas quebram muito, o que limita nosso trabalho”. Esta questão influencia diretamente na manutenção da demanda de pedidos e abastecimento do comércio, e já tinha sido destacada em 2013 na fala deste associado:

As maiores dificuldades estão ligadas as máquinas, nós não conseguimos maquinário desenvolvido especialmente para o beneficiamento do coco, há também a necessidade de recursos, de verbas, nós não temos ainda capital de giro para que possamos tocar com maior desenvoltura esse trabalho. (Sr. J. E. S., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, 2013)

Por outro lado, destaca que não se deve deixar de reconhecer os avanços relacionados à estrutura física da unidade, tendo em vista que ao iniciarem com a atividade de processamento do coco macaúba, os equipamentos e técnicas eram artesanais, o que impossibilitava atender a quantidade de pedidos que fossem feitos.

Atualmente tem aumentado as encomendas, assim, os produtos são comercializados na sede da cooperativa, numa loja que possuem em Mirabela, e no ponto fixo de comercialização de economia solidária em Montes Claros, além disso, os produtos são divulgados por meio de amostras que são levadas para todos os eventos que participam.

Dentre as várias dificuldades colocadas, foi falado sobre a distância diariamente enfrentada para o desenvolvimento das atividades, “as vezes a gente enfrenta chuva, sol, não temos meio de transporte, então temos que procurar o jeito mais fácil de chegar no local de trabalho”. (Sr. J. V., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, novembro, 2014). O meio de transporte mais comum tem sido as motos, apontada como uma forma rápida e econômica de se deslocar na comunidade e na região, mas, além disso, fazem uso respectivamente, de bicicletas, carroças, carros e cavalos.

Apesar dos desafios apontados, o anseio pelas condições suficientes para permanecerem na comunidade, é superior as dificuldades, essa é a principal razão para a necessidade de dedicação contínua ao trabalho, assim, todo o esforço é atribuído a seguinte afirmativa “a vontade de melhorar as nossas vidas aqui na comunidade”, sendo destacado,

Se a gente arrumar um trabalho de carteira assinada nós teremos que sair para a cidade, às vezes até do próprio município da gente, da localidade, e aqui não, o serviço é perto, somos como família, aqui é melhor para nós. Não tenho vontade de sair de nossa região. (J. V. Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, novembro, 2014).

Este pensamento também é destacado por outros cooperados, que apontam a UBCM como uma oportunidade de mudança de vida para as famílias da região, principalmente no que se refere a sua contribuição para o retorno de muitos agricultores que se mudaram em busca de alternativas a sobrevivência, este argumento pode ser percebido em outros depoimentos.

Dentre muitos benefícios podemos destacar o retorno de muitas pessoas que daqui saíram para as cidades e hoje estão novamente voltando para a zona rural, vendo o desenvolvimento que está havendo dentro da comunidade com o crescimento cada vez maior da fábrica de beneficiamento do coco. (J. E. S., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, março, 2015).

Os associados apontam que entre as conquistas obtidas durante o processo de implantação da Cooperativa, de um modo geral se destaca as parcerias com entidades de apoio que contribuem para a comercialização, especialmente nos espaços de feiras, eventos, e também a orientação na captação de recursos e acesso a projetos sociais.

Dentre as parcerias que a UBCM possui, foram mencionados a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP/UNIMONTES)⁴⁴ que de acordo com o grupo, proporciona momentos formativos, cursos, capacitação, apoio com projetos e assessoria técnica. A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF) que atuou no processo de construção do galpão, da aquisição de ferramentas, maquinários, implantação de laboratórios e viveiros de mudas e também apoio nas feiras, e nos eventos. O Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA/NM) que tem acompanhado os agricultores desde o processo de disputa por água na sub-bacia do Riachão até a criação da cooperativa. Além disso, destacaram as parcerias com a Cooperativa Grande Sertão, os Sindicatos e as prefeituras dos municípios de Montes Claros, Mirabela, Brasília de Minas e Coração de Jesus.

Ao serem questionados sobre as motivações que os levam/levaram a construir a UBCM, são apontadas a importância das experiências coletivas para o bem estar da comunidade e para a geração de trabalho e renda, além disso, destacam que o maior objetivo foi contribuir para o retorno de muitos trabalhadores à comunidade, por meio da proposta da

⁴⁴ O projeto de criação da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Montes Claros ITCP/Unimontes foi apresentado à Pró-Reitoria de Extensão através do Departamento de Política e Ciências Sociais, no final de 2006 e foi institucionalizada no mês de março de 2007, através de resolução do CEPEX nº 077/2007. A equipe é multidisciplinar formada por Docentes e Discentes de diversas áreas. Desenvolve atividades com grupos urbanos e rurais que se propõe a organizar-se em Empreendimentos Econômicos Solidários e Cooperativas Populares, no âmbito da economia solidária.

cooperativa. (W.C.S., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, março, 2015). Esta questão também é compartilhada por outros agricultores, conforme argumenta um dos associados

São várias as motivações, a primeira delas é a dificuldade que era antes na zona rural, e hoje a gente tem uma fábrica funcionando onde estamos conseguindo fazer com que muitos não saia da zona rural para a cidade, e isso a gente tem conseguindo graças a Deus, com a preservação do meio ambiente... Dentro do grupo me sinto uma pessoa realizada, quando eu disse que há motivação de ver muitas pessoas retornando para a zona rural, eu sou um deles, eu estava na cidade e retornei para ajudar no trabalho onde estar sendo realizado aqui, e isso tem me motivado e eu vejo como um crescimento não somente da comunidade, mas também o meu crescimento pessoal. Dentre estas motivações, existe principalmente a preocupação com o meio ambiente, estamos procurando preservar o meio ambiente e preservar [conter] o êxodo rural. (J. E. S., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, dezembro, 2015).

Ao analisar as economias dos setores populares, Kraychete (2000) apresenta as motivações para inserção em empreendimentos informais, citando dados da pesquisa do IBGE (1997) que conclui que 25% das pessoas foram motivadas por estarem desempregados, 20% desejavam não possuir mais patrão, 18% pela necessidade de complementação de renda, 9% por possuir experiência na área, 8% desejam um empreendimento promissor, acompanhados de 8% que relatam a tradição familiar, 6% distribuído em horários flexíveis, oportunidade de fazer sociedade e trabalho secundário, e por fim, as demais apontam outro motivo não mencionado. Assim, o autor constata que quase 50% dos empreendimentos informais e/ou populares surgem a partir das dificuldades no mercado de trabalho, além disso, destaca que os principais problemas enfrentados nesses empreendimentos são a falta de cliente, a concorrência, e a saturação das atividades no âmbito informal.

No caso da UBCM, as motivações vão além da necessidade de geração de trabalho e renda, podemos destacar a preservação ambiental como o desejo inicial do grupo, que contribuiu inclusive para a articulação do empreendimento, e a preocupação com o êxodo rural, sendo predominante o desejo de manter as pessoas no campo, e de contribuir para o retorno daqueles que atualmente moram nas cidades.

Apesar das dificuldades apontadas em relação ao funcionamento do grupo, os associados respondem positivamente em relação ao grau de satisfação em estar no grupo, e se identificam e reconhecem no grupo que fazem parte. Segundo um dos associados “esta é uma forma que encontramos para industrializar e comercializar com união, com o apoio um do outro, com CNPJ tanto da associação quanto da cooperativa” (M. R., Comunidade do Riachão, entrevista realizada pela autora, dezembro, 2015).

Outra conquista relevante na comunidade, foi à criação de uma cozinha comunitária através da Associação do Riachão. A articulação se iniciou durante a formação de um conselho comunitário no ano de 1984, cujo propósito era a organização para a busca de melhoria da qualidade de vida das famílias. Assim, além da inclusão da comunidade em programas sociais, houve uma construção da sede do conselho juntamente com a estrutura de uma cozinha comunitária, através do apoio do Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR).

Inicialmente o grupo se reunia na casa dos membros para produzir, assim, a proposta da cozinha é reforçada a partir da participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e da demanda pela estrutura física para o manejo dos produtos que eram comercializados diretamente nas escolas, como os pães, bolos, frutas e polpas de frutas.

Em fevereiro de 2011 um grupo de mulheres se reuniu para elaboração de um novo estatuto e criou uma própria associação independente, a Associação das Mulheres Produtoras da Agricultura Familiar do Riachão e Adjacências, dentre os principais objetivos descritos no Estatuto (2011), constam: reivindicar os problemas de interesse da coletividade, estimular a organização popular, incentivar o movimento de hortas comunitárias, trabalhar em prol da preservação e conservação do meio ambiente, promover compras e vendas comunitárias, e reivindicar melhorias para a comunidade e para o convívio entre os habitantes do lugar.

Visando a solução de problemas socioambientais, e gerar renda para diversas famílias do Riachão, inauguram a cozinha com o nome de “Delícias do Riachão”. Para isso, tiveram acesso a vários cursos, como “Produção de doces cristalizados para conquistar novos mercados” em julho de 2011 em parceria com a UNIMONTES, e também sobre “Gênero, Agroecologia e Economia Solidária” em parceria com a UFMG em agosto de 2011.

Através da orientação e assessoria da ITCP/UNIMONTES, o grupo participou de um edital denominado Consulado da Mulher e conseguiu acesso a vários eletrodomésticos (freezer, geladeira, microondas, batedeira, fogão), que aumentou a produtividade, possibilitando o seu armazenamento, e a entrega de polpas de frutas para novas escolas.

Atualmente a cozinha também é freqüentemente utilizada durante eventos e reuniões na comunidade, onde as mulheres comercializam refeições e demais alimentos. Durante as festas organizadas pela associação, o grupo normalmente realiza barraquinhas almejando a arrecadação de fundos para manutenção da cozinha.

Durante a pesquisa de campo, nos relataram que a união foi o marco para o fortalecimento da organização comunitária no Riachão. No que se refere à criação da

cooperativa, destacam aspectos semelhantes sobre os elementos de motivação, a maioria destaca que se trata de “valores tradicionais, morais, e práticas solidárias” outros retomam a questão da geração de trabalho e renda, como importantes para a (re)produção das famílias. Deste modo, os agricultores reconhecem que existem valores que comungam na comunidade e que sobrepõe o interesse puramente econômico.

3.5 A inserção da Cooperativa do Riachão nos circuitos da Economia Solidária

Diante de um contexto de inúmeras transformações sociais, crescimento tecnológico e diversas mudanças no mundo do trabalho, aumentam os debates nos espaços acadêmicos, e intensificam as diversas reflexões sobre a economia, redirecionando-a ao contexto social e cultural, e também às propostas de paradigmas alternativos que estejam atentos ao bem estar social da população, comunidades e grupos em suas singularidades.

O processo acelerado de concentração e centralização de capitais determina o ressurgimento de uma economia incapaz de absorver os trabalhadores desempregados, o que marca a expansão do trabalho precário no contexto da sociedade capitalista.

O ramo mais antigo da ciência econômica é a economia rural, com relação ao campesinato, Mendras (1978) afirma que a família não é somente a unidade indissociável do camponês é também um agente econômico que conforme suas necessidades, ele produz e consome. Assim, a economia camponesa é contrária a lógica capitalista, principalmente porque além de familiar ela também é coletiva.

Nesta perspectiva, Sabourin (2009) explica a reprodução camponesa no Brasil em torno de uma articulação entre a troca de mercado e as práticas de reciprocidade, onde a vida social se constrói em torno da ajuda mútua e da utilização coletiva dos recursos naturais disponíveis, expressada no sentimento de pertencimento e partilha, seja de recursos, valores ou saberes. Deste modo, a reciprocidade regula os sistemas econômicos, ou seja, trata-se de um princípio econômico de reciprocidade, atento as necessidades básicas do próximo seja a família ou a comunidade, assim, ao se organizarem socialmente e economicamente estes valores construídos no cotidiano e repassados de geração a geração são a base pra a organização da coletividade.

Uma diferença marcante em relação à economia capitalista está no propósito da produção, uma vez que os camponeses produzem para a perpetuação da unidade familiar, ou seja, sua propriedade ao mesmo tempo é um lar e uma unidade econômica, e o esforço

adicional da produção visa atender o mínimo necessário e o fundo de manutenção dos instrumentos necessários para a realização de suas atividades. (WOLF, 1970).

Para Sabourin (2006), o princípio de reciprocidade possibilita outra leitura das prestações econômicas no mundo rural, assim, afirma que existem práticas solidárias neste meio e que elas fazem parte das experiências cotidianas dos camponeses, tais como: as diversas formas de ajuda mútua ou mutirão; as práticas de manejo compartilhado dos recursos comuns, como as lagoas e rios, a água dos reservatórios comunitários, as pastagens (os fundos de pasto), áreas de extrativismo, etc.; e as cooperativas de agricultura familiar.

Neste sentido, a terra e os demais recursos naturais representam um meio de vida e não um capital que deva ser rentabilizado e produzir lucro, haja vista que a produção e a sua reprodução estão condicionadas a vitalidade dos ecossistemas e da biodiversidade, assim, as atividades rurais se diferenciam de outros setores da economia inclusive pela dependência das condições de clima e das forças da natureza, ou seja, quando estas condições se restringem torna-se necessária a criação de estratégias de resistência.

O entendimento dos sistemas econômicos camponeses regulados em estruturas de reciprocidade nos leva a supor que em meio às adversidades, o princípio da reciprocidade é fundamental nas estratégias de reprodução, podendo contribuir para o fortalecimento da coletividade em suas formas de organização, que incluem outros valores para além das questões monetários.

Neste sentido, Oliveira (2011) discute as possibilidades e os desafios no diálogo entre a economia solidária, produtores rurais, e povos/comunidades tradicionais, destacando que estes são constantemente alvos de disputa devido à importância do conhecimento que possui com relação à natureza. Assim, o principal elo nesta comparação é o significado do trabalho enquanto um elemento fundante de uma “outra economia”, uma vez que algumas iniciativas no campo da economia dos setores populares inserem em seus processos produtivos elementos que vão além da geração de renda e trabalho, pois ultrapassam a organização coletiva dos processos produtivos e se sobrepõem a lógica do individualismo, substituindo-a por valores de cooperação e autogestão.

No caso das comunidades tradicionais no Norte de Minas Gerais, Oliveira; Dayrell; Filho, (2011) ressaltam que possuem circuitos econômicos cuja função é a produção de uma coletividade, ou seja, da própria comunidade. Contudo, apesar de a produção de base camponesa contribuir para o auto-abastecimento familiar e local da região, existe um processo de subalternização que é responsável pela sua invisibilização nas estatísticas, e isolamento

com relação às dinâmicas da economia central, ainda que represente uma fatia substantiva do valor do produto agrícola regional.

O processo de (des)invisibilização tem significado para essas comunidades a passagem à condição de protagonistas de novos processos políticos e econômicos; Esta questão é também abordada por Costa (2011) que diz que esta economia é composta de complexas redes de negócios, e que é necessário que assuma estratégias de (des)invisibilidade, já que estão imersas em uma “economia invisível”.

Uma possibilidade está na articulação entre as iniciativas econômicas populares com as experiências de outros atores sociais. Para Oliveira; Dayrell; Filho, (2011, p. 160) esta pode ser uma oportunidade para a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo à lógica convencional do capitalismo, que seja composto de princípios como os da “democratização do saber, da convivência solidária com a natureza, da valorização da vida do consumidor, da questão de gênero”.

A proposta de adoção destes princípios tem acompanhado a intensificação de práticas de cooperação e associação em novas formas de organização, constantemente relacionada ao contexto de transformações sociais, sobretudo pelo propósito de acumulação e concentração de capital na dinâmica da economia capitalista. Assim, Singer e Souza (2003) afirmam que as vítimas de crises buscam sua inserção na produção social através de variadas formas de trabalho, autônomo, individuais e/ou coletivas optando quase sempre pela autogestão, administração participativa e democrática dos empreendimentos, esta tem sido uma forma de se defender da exclusão social.

Neste contexto, aponta a economia solidária como um movimento que vem promovendo e propondo mudanças em muitos países, assumindo proporções notáveis no Brasil, a ponto de tornar-se uma opção adotada por importantes entidades da sociedade civil, como Igreja, sindicatos, universidades e partidos políticos.

Deste modo, o aumento do desemprego nas últimas décadas tem feito com que a reprodução da vida de parcelas crescentes da população, passasse a depender cada vez mais de atividades alternativas, inclusive familiares ou associativas, sustentando uma economia dos setores populares. Para Kraychete (2000) esta economia tem sua racionalidade baseada na geração de recursos (monetários ou não) destinados a prover e repor os meios de vida, a exemplo das cooperativas; empreendimentos autogestionários; trabalhos associativos, formalizados ou não, entre outros.

Estas questões também são apontadas por Gaiger (2009) que afirma que a proletarização do mundo do trabalho provocou o surgimento de um movimento operário

associativo e das primeiras cooperativas autogestionárias de produção, assim, suas raízes estão situadas no século XIX. A partir das formulações de Luiz Razeto (Chile) o termo empreendimento econômico solidário foi introduzido, se referindo as formas de organização de uma economia popular, tendo em vista que no início dos anos 1980 distingue grupos que se organizavam economicamente para a satisfação das necessidades básicas, por meio de recursos pessoais postos em comum, e de alternativas de ajuda mútua.

O marco inicial da economia solidária no Brasil se deve à união de dois movimentos específicos, de acordo com Pochmann (2004), de um lado está o crescimento do desemprego, e como conseqüência o enorme excedente de mão de obra, do outro, à composição de um movimento constituído por grupos de militantes sociais e críticos articulados em favor da construção de alternativas de organização social no país.

A proposta de construção de alternativas se deve ao contexto de exclusão social e de expropriação em suas mais diversas formas, atribuído à lógica econômica capitalista que provocou uma série de transformações sociais, sendo responsável pela precarização das relações de trabalho, degradação dos recursos naturais, desintegração de valores culturais e éticos, entre outras adversidades.

É notável que de um modo geral, as diversas circunstâncias em que trabalhadores (urbanos ou rurais) se encontram privados das condições e dos recursos elementares para a reprodução de sua unidade familiar, obrigam-nos a se organizarem em torno da construção de estratégias e alternativas de resistência aos problemas sociais decorrentes.

Jessé de Souza, sociólogo brasileiro, em entrevista sobre o seu livro “A ralé brasileira: quem é e como vive” publicado em 2009, diz que, existe uma porção significativa da população vivendo como “subgente” e com empregos precários, assim, aponta: “o Brasil é uma das sociedades complexas mais desiguais do planeta, porque entre 30% a 40% de sua população têm inserção precária tanto no mercado quanto na esfera pública.”⁴⁵ Neste processo, ressalta que a população marginalizada alimenta uma economia “clandestina”, de modo que baseada na informalidade constrói suas estratégias.

Desta forma, têm sido diversas as iniciativas dos trabalhadores com a finalidade de superar as crises socioeconômicas provocadas pelo avanço do capitalismo, o movimento cooperativo é uma delas. De acordo com Enriquez (2000) foi a partir dos anos de 1844 que começou a se estruturar e expandir, sendo pioneira a associação de tecelões na cidade de Rochdale na Inglaterra, num contexto de crise social conseqüentes da Revolução Industrial.

⁴⁵ Disponível em: <http://www.acessa.com/gramsci/?page=visualizar&id=1254>. Acesso em 06 de outubro de 2015.

O principal propósito era a formação de organizações em que os indivíduos partilhassem por igualdade a gestão do empreendimento. De acordo com Santos (2008) estas discussões se iniciam no Brasil a partir de 1880, como uma suposta alternativa ao momento de crise, num contexto de muitas transformações, tais como: a abolição da escravatura, a primeira república, e lutas socialistas.

Somente a partir de 1980 é que o debate sobre a temática de Economia Solidária ganha visibilidade no Brasil, onde a coletividade é apontada como uma alternativa possível para os atores sociais que estão excluídos, sobretudo do mercado de trabalho formal. Neste período começaram a surgir no cenário brasileiro, experiências de economia solidária, resultante da crise do mercado de trabalho ocorrida não apenas no Brasil, mas em vários países capitalistas. (CULTI, 2004).

Deste modo, Singer (2010) afirma que existem duas formas de inserção na economia solidária, enquanto uma parte dos trabalhadores se insere por serem expelidos de empresas capitalistas, outros procuram nesta, um modo de trabalho e produção que seja cooperativo e não competitivo, não se subordinando ao interesse de maximização do lucro, mas sim, garantir um ambiente de trabalho amistoso, em que os trabalhadores compartilhem esforços, idéias, conhecimentos, tristezas e alegrias.

Neste sentido, a solidariedade é explicada a partir da preocupação com a participação democrática nos processos produtivos e na distribuição justa dos resultados obtidos. Além disso, dentre os princípios que norteiam, existe a necessidade do comprometimento com as questões políticas, sociais e ambientais, fortalecendo a proposta de um comércio justo acompanhado do consumo consciente.

Por outro lado, Sabourin (2006) destaca a origem das primeiras cooperativas agrícolas no Brasil criadas por grandes ou médios proprietários com o propósito de se beneficiar de subsídios. Assim, para compor o número exigido de sócios, em muitos casos acabavam associando os pequenos produtores, em outras situações semelhantes, o presidente da cooperativa era algum indivíduo que em algum outro momento ocupou uma posição privilegiada em relação aos demais, tais como os gerentes, capataz, etc.

Apesar dos desafios, para Singer (2000) as cooperativas ainda sim, pagam muito menos de forma desigual do que nas empresas capitalistas. Além disso, entre 20 a 40 pessoas se reúnem diariamente para resolver seus problemas, sendo rotativas as funções no grupo, não havendo divisão de classes, ou de camadas.

Nesta perspectiva de debate, é que surge em junho de 2005, a União das Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária (Unicafes), reconhecendo que

as cooperativas tradicionais na verdade representavam o poder econômico, em muitos casos tornando-se grandes empresas e se distanciando do seu quadro social e da proposta de participação ativa dos associados no processo. (UNICAFES, 2005).

A renovação do cooperativismo para agricultura familiar começou com as cooperativas de crédito, o qual Sabourin (2006) diz que para funcionar necessita da manutenção de valores éticos de confiança e responsabilidade, dependendo em parte da dádiva e da reciprocidade. Neste processo de construção de cooperativas nos moldes das atividades da agricultura familiar, foi fundamental a criação da Unicafes, tendo em vista que define sua missão em torno da preocupação em melhorar a qualidade de vida dos associados.

Tornar o cooperativismo um instrumento de desenvolvimento local sustentável dos agricultores e das agricultoras familiares, provendo a inclusão social articulando iniciativas econômicas que ampliem as oportunidades de trabalho, de distribuição de renda, de produção de alimentos, das melhorias de qualidade de vida, da manutenção da biodiversidade e da diminuição das desigualdades. (UNICAFES, 2015) ⁴⁶

O propósito é voltado para iniciativas com novas lógicas de produção e fortalecimento da autonomia, autogestão e empoderamento dos agricultores, através de um cooperativismo de economia solidária que gere distribuição de renda e trabalho a partir da união e da solidariedade, incluindo “àqueles que se dedicam a atividades de caráter extrativo, pesqueiro ou não-agrícola juntamente com a sua família, como também aos que exploram a terra em regime de economia familiar” (UNICAFES, 2005).

A organização dos trabalhadores em forma de autogestão constitui os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), que é definido por Gaiger (2009) como diversas modalidades de organização econômica, oriundas da livre associação de trabalhadores, nas quais a cooperação funciona como esteio de sua eficiência e viabilidade. Ressalta ainda, que sua presença tem se verificado em vários setores da sociedade, como prestação de serviços, comercialização e crédito, são formados a partir de diferentes circunstâncias, seja de uma massa falida ou de um grupo de desempregados, assim são originários de movimentos distintos e vivências diferentes, não seguindo a mesma ordem de uma empresa capitalista. O principal objetivo segundo Santos (2004) é o fortalecimento de práticas emancipadoras capazes de promover outras relações de trabalho.

Estes grupos constituem a Economia Solidária, para Caprario (2009) surgem como uma necessidade de subsistência de uma parcela significativa da população

⁴⁶ Informação online. Disponível em: <http://unicafes.org.br/quem-somos>. Acesso em 20 de novembro de 2015.

trabalhadora, que se encontra à margem do mercado de trabalho formalizado, e excluída das empresas capitalistas. Deste modo, em um empreendimento solidário não deve existir a relação patrão/empregado, pois a idéia é que a administração do grupo ocorra por meio do coletivo dos próprios trabalhadores, e pelas formas democráticas de organização da produção, ou seja, através da autogestão que propõe que todos participem, organizem, votem e decidam à gestão do empreendimento.

Contudo, na prática, estas questões se deparam com os desafios, destaca Sabourin (2006), que acredita que as regras da reciprocidade podem chegar a funcionar no seio dos empreendimentos econômicos solidários, mas quando extrapolam esse círculo, logo se imperam princípios contraditórios, ou seja, são submetidos às regras de concorrência e acumulação privada dos lucros, inerentes ao mercado capitalista.

Esta questão ocorre principalmente porque se trata de racionalidades econômicas distintas, pois diferentemente da economia capitalista, a economia solidária segundo Kraychete (2000) está baseada na lógica da necessidade da reprodução da vida e da unidade familiar, cuja finalidade é prover e repor estes meios e proporcionar a geração de renda.

Neste sentido, tem significado uma alternativa para grupos populares, tendo em vista que estes empreendimentos adotam arranjos coletivos na posse dos meios de produção, nas relações de trabalho e principalmente na gestão, onde predomina um processo (re)educativo com propostas de novas relações de trabalho no âmbito da coletividade, sejam em empreendimentos urbanos ou rurais, organizados em cooperativas, associações, agricultura familiar ou grupos informais.

Deste modo, o diálogo entre a economia solidária e a economia da reciprocidade, presente nos sistemas econômicos dos camponeses, pode ser possível, tendo em vista que possuem semelhanças que se intercalam. No caso dos Empreendimentos Econômicos Solidários rurais, a reciprocidade existente em suas formas de organização, tende a contribuir para o fortalecimento de outras iniciativas que partilham de valores semelhantes.

O Portal Brasil (2012) considera que as cooperativas estão concentradas no setor rural, com cerca de 60 %, estando vinculadas a atividades primárias, como a agricultura, pesca e artesanato, característica desse tipo de organização de trabalhadores, diferentemente da área urbana, onde se destaca as cooperativas de crédito. As sociedades cooperativas são reguladas pela Lei nº 5.764, de 1971, que definiu a Política Nacional de Cooperativismo. A estrutura coletiva, o sistema de autogestão, e o processo de decisão democrático, caracterizam as cooperativas como empreendimentos econômicos solidários.

Existe uma pluralidade de formas econômicas no âmbito da agricultura familiar brasileira, solidárias ou não, quando solidárias, Sabourin (2006) diz que são fundamentadas no princípio de reciprocidade, sendo não somente necessários ao processo produtivo, mas em muitas situações, indispensáveis para a manutenção da coesão e organização social, inclusive nas condições precárias, conclui que estas práticas antecedem as teorias, tendo em vista que estes atores rurais possuem estruturas coletivas que no cotidiano preservam ou/e atualizam.

As estratégias socioeconômicas dos geraizeiros estão relacionadas à conexões em redes e circuitos econômicos cuja finalidade é a reprodução socioeconômica, abrangendo o espaço local e o regional, e por vezes, o nacional. O extrativismo desempenha um papel fundamental na geração de renda, Dayrell (2009) descreve ainda a importância da diversidade de espécies no cerrado, dos frutos, plantas medicinais e artesanatos que compõem parte das estratégias produtivas, úteis tanto para o auto-consumo das famílias, quanto na comercialização que possibilita.

No que se refere à inserção na rede de economia solidária, a UBCM / Cooper-Riachão e a Incubadora de Cooperativas Populares da Unimontes renova em abril de 2013, o termo de parceria, onde ambas concordam em estabelecer parceria no campo da Economia Solidária, com vários objetivos, entre eles, a formação em economia popular solidária; estudos de viabilidade econômica; planejamento estratégico; elaboração de plano de negócios; realização de oficinas (estratégias de comercialização, legislação sanitária, cálculo de custos, gestão financeira, relações humanas e trabalho em equipe); cursos de capacitação profissional; participação em seminários temáticos (desenvolvimento sustentável, gênero, mercado solidário, tecnologias sociais); participação em feiras de economia solidária; em fóruns de discussão no âmbito local, regional, estadual e nacional; entre outras, também presentes no termo.

Além de acessarem editais de projetos fomentados pelas políticas públicas de economia solidária, a cooperativa participou do Mapeamento Nacional que resultou no “Atlas⁴⁷ da Economia Solidária no Brasil 2007 -2009” e da pesquisa atualizada no ano de 2012. Outra questão relevante é que a cooperativa possui o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL)⁴⁸ da Secretaria Nacional de Economia

⁴⁷ Disponível em:

[http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solidid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%20Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em 23 de dezembro de 2015.

⁴⁸ Disponível em:

<http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/view/empreendimento/view/main.seam?empreendimentoId=112134&fromPage=view%2Fempreendimento%2Fmain.xhtml>. Acesso em 23 de dezembro de 2015.

Solidária (SENAES), fundamental para participar das ações e políticas de economia solidária no Brasil.

Estas novas formas de trabalho, baseadas na autonomia dos processos, que é adquirida pelo grupo, são apontadas como uma oportunidade para a valorização do trabalho e do potencial de todos os envolvidos. Assim, a participação coletiva é indispensável nas tomadas de decisões, que influenciam nos resultados do grupo e que legitima a igualdade e liberdade no processo democrático.

Desta forma, a articulação da população local pode ter estimulado ou intensificado nos envolvidos o caráter de solidariedade, e de participação dentro das questões políticas e sociais de interesse da comunidade, bem como no fortalecimento da autogestão nos processos produtivos. A inserção das atividades na perspectiva da economia solidária, e sua capacidade de articulação e mobilização em torno de causas e princípios humanos, fundamentados em valores diferenciados da economia capitalista, são apontadas como uma estratégia de organização dos trabalhadores em torno da autonomia nos processos produtivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho objetivou refletir acerca do processo de organização produtiva da Cooperativa do Riachão, e compreender a construção das estratégias de reprodução dos agricultores desta comunidade. Além disso, buscou-se problematizar a lógica e a dinâmica da agricultura camponesa; entender como a modernização agrícola brasileira comprometeu as atividades produtivas intensificando a necessidade de alternativas de sobrevivência; e as formas como os agricultores do Riachão se organizaram para apropriarem dos recursos naturais e construírem estratégias socioeconômicas.

A região do Norte de Minas Gerais vivenciou um grande processo de invisibilização, sobretudo pela atuação da modernização agrícola na região, na década de 1960, acompanhada das políticas “desenvolvimentistas” que marcaram um processo de conflitos e disputas, inclusive pela gestão e uso dos recursos naturais. O cerrado se constituiu em uma enorme fronteira agrícola conforme abordado por Ribeiro (2000), baseado num modelo de extensas monoculturas tais como o eucalipto, grãos, frutas, etc., entre as suas várias conseqüências destaca-se o emprego temporário, as condições precárias de vida no campo, e as migrações para os centros urbanos.

No Brasil, vários foram os conflitos em torno dos recursos naturais, entre eles encontra-se a disputa entre agricultores e irrigadores pelo uso da água na sub-bacia do rio Riachão, que comprometeram e comprometem a sustentabilidade dos seus recursos naturais, essenciais para a reprodução social, cultural, simbólica e material das famílias locais. Toda a riqueza natural em torno da sub-bacia foi diminuída após a década de 1980, quando ocorre a intermitência do rio, a escassez da água prejudicou as plantações de hortaliças, a lavoura, a criação de animais e inclusive o uso nas atividades domésticas.

Este processo resultou na desconfiguração da produção e reprodução das famílias, devido à expropriação e privação do acesso aos recursos, cujo uso ocorria de forma comum entre os agricultores. Diante das adversidades e conforme as estações do ano, a caça, coleta, agricultura e a atividade extrativista se constituem como estratégias de uso e manejo dos recursos naturais, a articulação comunitária emerge como resposta ao conflito e a escassez de água e, sobretudo, em defesa dos direitos e bem estar da coletividade local.

Constata-se que os impactos às suas formas tradicionais de reprodução criam a necessidade de reorientação das estratégias sociais e materiais, uma vez que se alteram as formas de apropriação da natureza numa perspectiva que desorganiza a (re)produção dos

grupos e comunidades, cujo grande diferencial está no fato de sua organização produtiva não visar à maximização do lucro.

O uso dos recursos naturais reduzidos ao propósito da acumulação capitalista tem significado um processo agressivo a agricultura local que tem como objetivo a produção familiar. Assim, percebe-se que os grupos saem da condição de passividade e se articulam, buscando a visibilização de suas práticas produtivas e de convivência com o meio em que vivem, sobretudo, por meio das experiências coletivas e de estratégias comunitárias.

Várias comunidades dos municípios de Montes Claros, Mirabela, Brasília de Minas e Coração de Jesus, se reúnem, a fim de mobilizar a população e os órgãos competentes acerca da sustentabilidade ambiental, especialmente do rio Riachão, tendo em vista a necessidade do equilíbrio do uso da água entre os agricultores locais e as empresas capitalistas, atuantes na região, assim, segmentos sociais emergem na cena política e propõe diálogo com a sociedade envolvente.

As comunidades rurais sofreram diretamente com a influência da expansão do capitalismo no campo, desta forma, várias iniciativas são criadas. Nesta perspectiva que surge a UBCM, como uma estratégia de organização produtiva, onde se potencializa o uso do coco macaúba em benefício de toda a coletividade. Emerge enquanto uma forma de resistência dos agricultores diante destes fatores apresentados, que forçavam o abandono de suas práticas e a saída de suas terras. Deste modo, após as experiências na unidade de beneficiamento, os associados formalizam a Cooperativa do Riachão (Coope-Riachão) como uma proposta de expandir as oportunidades de comercialização dos seus produtos, e se organizarem em torno das relações de trabalho baseadas na cooperação.

Nesse cenário, têm sido importantes as formas de manejo e acesso comum dos recursos naturais, que contribuem para a organização da produção e comercialização com base nas experiências coletivas, já que partilha de um objetivo comum, a melhoria da qualidade de vida. Constitui-se assim um processo de aprendizagem coletiva, integrando valores culturais, tradicionais e solidários, através da proposta de gerar renda sem esgotar os recursos naturais.

Em diversos momentos da pesquisa, foi salientada a relação entre o processo de precarização das condições de trabalho dos agricultores e as iniciativas coletivas voltadas para a geração de renda. No entanto, quando as comunidades se reuniram em busca de iniciativas coletivas, a geração de renda não se constituía como principal objetivo, já que o propósito inicial era a paralisação dos pivôs centrais nas nascentes do rio, e só mais tarde a emergência da demanda por formas de manter os trabalhadores na região.

Entre as motivações apontadas, podemos destacar em quase todas as falas a preocupação com o “êxodo rural”, assim, este propósito esteve atrelado ao objetivo de criarem alternativas de geração de trabalho e renda, para que as famílias permanecessem em suas terras. Deste modo, havia a inquietação da comunidade em oferecer uma estrutura para que os moradores não saíssem da região, este argumento acompanha os discursos dos associados, sendo justificado pela necessidade de manter a tradicionalidade e a perpetuação das relações entre as famílias.

Nestas experiências, a cooperação emerge não apenas de modo natural ou espontâneo, ainda que esta tenha sido apontada como recorrente no cotidiano da comunidade. Mas, ela é principalmente fortalecida e organizada a partir de uma situação de conflito, onde os moradores reivindicam os meios necessários para a manutenção de suas famílias “no lugar onde nasceram e cresceram”.

Uma questão relevante é a inserção da cooperativa nas articulações propostas pela economia solidária. Neste cenário, Araújo e Rodrigues (2011) apontam que a Economia Solidária pode ser associada à outra perspectiva de desenvolvimento fundamentada em valores como autonomia, democracia, fraternidade, igualdade e solidariedade, sendo estes, fatores endógenos importantes que contribuem para os resultados das ações em grupos. Assim, a participação dos atores sociais nas questões sociais é importante tendo em vista as possibilidades de alternativa às problemáticas do desenvolvimento, ou seja, em tempos de escassez a solidariedade tem sido importante no desenvolvimento social e local.

Deste modo, a economia solidária por meio dos empreendimentos econômicos solidários (EESs), apresenta um papel importante no processo de organização da produção, sustentada na construção de relações cooperativas e solidárias, visto que os EESs se apresentam em forma de grupos de produção coletiva, associações, cooperativas, entre outras, de forma que as atividades são realizadas a partir de uma prática democrática e autogestiva.

Por se tratar de uma organização composta de novos valores éticos, diferentes daqueles cultuados na economia capitalista, estas iniciativas podem significar possibilidades de enfrentamento de problemas sociais, agregando outros valores na organização do trabalho e nas formas de produção, na busca pela constituição de alternativas às formas capitalistas, refletindo uma racionalidade econômica e social diferenciada da hegemônica.

Outro aspecto relevante é o destaque dado às conquistas obtidas através da mobilização do grupo, nesta conjuntura destacam a importância das parcerias com as entidades de apoio, principalmente para a captação de recursos, divulgação e comercialização dos produtos. De um modo geral, citam a autonomia dos trabalhadores nas relações de

produção, a valorização do trabalho humano, a igualdade no processo de tomadas de decisões, a autogestão de um empreendimento onde todos são donos, o envolvimento sociopolítico com as questões voltadas para a preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento da localidade, a solidariedade, a coletividade, além dos sentimentos de realização e pertencimento ao grupo.

Neste caso, não é somente uma nova forma de organização da produção na comunidade, nem somente um novo modelo de gestão coletiva, ou uma nova forma de economia alternativa, é também um espaço de relações humanizantes, cujo objetivo é a ampliação da qualidade de vida dos envolvidos.

A lógica de organização produtiva, apresentada no presente estudo, não é tão recente assim, uma vez que se encontra presente nas abordagens de Wolf (1970) quando este destaca o camponês enquanto agente econômico, cuja produção é familiar, de modo que sua propriedade ao mesmo tempo é um lar, uma unidade econômica, e também uma unidade de consumo. Do outro lado, Mendras (1978) ressalta que o dinheiro é externo a economia camponesa, uma vez que seu sistema tem como prática o autoconsumo e a troca, sendo que a moeda exerce funções marginais e serve para intermediar a transação entre ambas. Essa questão, é também analisada por Sabourin (2006; 2009) que afirma que os sistemas econômicos dos camponeses são regulados por estruturas fundamentadas na reciprocidade, atenta a satisfação das necessidades elementares dos próximos, a família, a comunidade etc., podendo possibilitar outra leitura das prestações econômicas, assim como as práticas solidárias.

Neste contexto, Ribeiro (2000) diz que no Norte de Minas Gerais se constitui uma economia camponesa em torno das fazendas de gado, baseada na agricultura e na produção característica do local e da região, por outro lado, aponta que esta economia é menos visível, com maior ou menor significação e independência econômica, social e política, com relação ao domínio dos grandes proprietários.

Para além de um interesse individual ou questões utilitárias, a solidariedade na organização, e a manutenção das relações de reciprocidade nas bases da economia camponesa apontam os vínculos sociais e as relações comunitárias. De acordo com as entrevistas realizadas ao longo deste estudo, nota-se que estas características já faziam parte do cotidiano da comunidade, e que foram organizadas/fortalecidas em prol de um empreendimento comunitário, em benefício da sobrevivência da coletividade.

Estas formas de organização da produção vêm aos poucos, conquistando espaços e articulações. No que se refere à inserção nas ações de economia solidária, se destaca a

dinâmica dos fóruns, plenárias, feiras, cursos, e demais eventos, além dos avanços conquistados por meio da articulação do movimento de um modo geral, inclusive com a criação da Secretária Nacional de Economia Solidária (SENAES), a União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária (Unicafes), o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL) para acesso as políticas públicas, e também o crescimento do apoio e atuação das Universidades no processo de articulação.

Dentre as várias mobilizações e articulações para as iniciativas produtivas, foi possível constatar as dificuldades encontradas na falta de investimentos, de infra-estrutura, e de capital de giro para aplicar na cooperativa. As várias dificuldades para a permanência dessas formas de organização da produção, devem ser levadas em consideração, visto que se trata de um modelo produtivo alternativo dentro de um sistema capitalista que está arraigado na sociedade. Assim, para a consolidação de um EES é necessário que ocorra mudanças na subjetividade dos trabalhadores, que precisam aderir à nova dinâmica para que consigam seguir com o empreendimento.

Apesar de todas as dificuldades vivenciadas, o grupo afirma que continua fortalecido pelo sentimento de solidariedade e pela participação democrática, que possibilita a vivência de novas relações de trabalho e a geração de renda. Em sua diversidade cultural, as populações rurais podem conduzir um desenvolvimento social, econômico, ambiental da região, pautado no reconhecimento da existência de outras racionalidades de produção pouco agressivas, contribuindo para a sustentabilidade dos recursos naturais. Assim, os processos de mudanças devem se atentar as singularidades locais, as especificidades culturais, sociais, políticas, econômicas, ecológicas, etc.

A experiência coletiva com o beneficiamento do coco macaúba, e a organização produtiva com base na cooperação são apontadas como principais estratégias construídas nesta comunidade, cujo propósito é a satisfação de suas necessidades como reação às condições impostas pelos sistemas econômicos dominantes. A macaúba tem representado uma condição para o desenvolvimento socioeconômico de muitas regiões, inclusive no Riachão, que possibilitou além da geração de renda, a diminuição das migrações, contribuindo para a continuidade das famílias em suas terras.

Por meio da organização econômica de forma cooperada e coletiva, o grupo tem se inserido em redes de economia solidária, formações em agroecologia, cooperativismo, relações interpessoais, entre outros, além disso, tem comercializado em espaços de feiras a níveis regionais, estaduais e nacionais, onde possuem a oportunidade de apresentar suas formas de produção e organização, além dos próprios produtos. As articulações comunitárias

e as atividades relacionadas à organização econômica apresentam a busca contínua pela visibilização não somente de suas práticas agroextrativistas com a macaúba, mas do histórico de luta que marca o vale do Riachão, em contraponto a proposta interpretativa dos processos de invisibilização.

As economias camponesas e as práticas econômicas alternativas ao capitalismo têm como desafio, assim como aponta Wolf (1970), o equilíbrio entre as necessidades da família e da comunidade, e as exigências do mundo. Mendras (1978) afirma que elas estão incluídas em uma economia mais ampla que exercem forte influência em sua organização, deste modo, a economia que a envolve provoca o enfraquecimento da autonomia da coletividade local, aumentando, conforme argumentado por Wolf (1970), inclusive a necessidade do trabalho, para além da necessidade do “mínimo de calorias” e do “fundo de manutenção”, que quando se encontra em perigo ameaça a existência biológica e a satisfação das necessidades culturais, a reprodução social e cultural.

Sendo assim, o meio em que vivem não é rentabilizado, mas fundamental para a perpetuação do seu sistema e a continuidade da família, Mendras (1978) destaca que estes modos de produção não capitalistas, além de serem julgados sem importância, possuem a tendência ao desaparecimento, e este tem sido um dos principais motivos para a construção das estratégias de resistências a estes processos, haja vista que se configura numa luta pela sobrevivência individual e coletiva em resposta aos efeitos de uma ordem social que ameaça suas estruturas de convivência e organização social.

Estas informações nos revelam práticas e processos econômicos invisibilizados, cuja resistência se expressa na busca de alternativas produtivas em sua maioria organizadas coletivamente, assim, constroem e reconstróem, se reafirmando em meio ao cenário global que ameaçou e ameaça modificar as condições essenciais de sua reprodução.

Com o encerramento desta etapa do trabalho, percebemos a importância de ações que priorizem a agricultura familiar, a pontecialização do beneficiamento das plantas nativas em favor da comunidade, as estratégias agroecológicas, o fortalecimento dos mecanismos comunitários e a melhoria da infra-estrutura no meio rural que incentivem a permanência e o retorno ao campo, conciliando a produção com a preservação dos cerrados.

Além disso, existe a necessidade de ampliar e fomentar os espaços que promovam a comercialização e a visibilização da agricultura camponesa, bem como das demais organizações produtivas denominadas como não capitalistas, uma vez que estas ainda se encontram limitadas no que se refere aos espaços apropriados a sua proposta de organização. Apesar disso, tem avançado nas articulações não somente com demais grupos que vivenciam

experiências semelhantes, mas com a própria sociedade, se mostrando presentes e atuantes, buscando o reconhecimento de que possuem uma racionalidade produtiva indissociável da natureza, cujo conhecimento é transmitido de geração a geração.

A ampliação dos mercados e feiras compatíveis com as singularidades da produção é uma opção válida, haja vista que se trata de uma agricultura que se difere da produção em larga escala e que por sua vez não aparece nos relatórios do agronegócio. Deste modo, Dayrell (2000) destaca que além da relação com o mercado visar suprir os bens básicos fundamentais a sua reprodução, o mercado é muito mais que um espaço de comércio, neste processo eles se apresentam a sociedade local, como produtores, numa perspectiva importante para o seu reconhecimento social.

Pode parecer irrealista a possibilidade de uma economia baseada nos princípios da solidariedade, porém Eisler (2008) destaca que ela é mais realista do que os antigos modelos econômicos, que desprezam alguns fatos básicos sobre a existência humana. Deste modo, chama atenção para a necessidade de novos indicadores econômicos que reconheçam as atividades solidárias nas unidades familiares, e que satisfaça as necessidades humanas. Para tanto, ressalta que é necessário que ocorra mudanças fundamentais, especialmente nos valores culturais da sociedade, por meio de relações de participação e não de dominação, este seria um caminho para uma opção que não esgote o capital humano, que se preocupe com a conservação do nosso ambiente, e que valorize a criatividade, as necessidades e capacidades humanas.

Durante a pesquisa de campo, os agricultores apontaram o surgimento da Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba (UBCM) como a principal estratégia encontrada, em resposta aos problemas sociais que vivenciaram, devido às conseqüências dos sistemas de irrigação e das plantações de eucalipto na região. A organização da produção nesta unidade está baseada no trabalho coletivo, no manejo comum e na divisão da produção, tendo como referência o cooperativismo e a economia solidária. “A macaúba se tornou não só a nossa fonte de renda, mas a nossa fonte de vida.” (H. F. Comunidade do Riachão, Entrevista concedida a autora em dezembro de 2015).

Para os agricultores do Riachão, a criação da UBCM e da Cooper-Riachão tem significado além de uma organização comunitária e produtiva baseada na cooperação, uma possibilidade de melhoria de vida para a comunidade e região, através das ações que levem em consideração suas singularidades culturais, territoriais e o seu saber reproduzido tradicionalmente.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992.

ACCARINI, José Honório. **Economia Rural e Desenvolvimento**: Reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis: Vozes, 1987.

AFONSO, Priscila Caires Santana. JUNIOR, João Cleps. **A Questão da Água na Bacia do Riachão- Norte de Minas Gerais**: Gestão e Conflitos pelo uso na agricultura, 2006. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/engrup/iiengrup/pdf/t08.pdf>. Acesso em 22 de novembro de 2015.

AFONSO, Priscila Caires Santana. **Gestão e Disputa pela água na Sub-bacia do Riachão**, Montes Claros / MG. Uberlândia. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2008.

AFONSO, Priscila Caires Santana. **O Uso e a Gestão Comunitária da Água na Agricultura Geraizeira no Vale do Riachão em Montes Claros/MG**, 2009. Disponível em: <http://www.uff.br/vsinga/trabalhos/Trabalhos%20Completo/Priscilla%20Caires%20Santana%20Afonso.pdf>. Acesso em 22 de novembro de 2015.

AFONSO, Priscila Caires Santana. JUNIOR, João Cleps. **A Agricultura Geraizeira e o uso e gestão da água no Vale Do Riachão em Montes Claros/MG**, 2008. Disponível em: http://w3.ufsm.br/gpet/engrup/ivengrup/pdf/afonso_p_c_s.pdf. Acesso em 22 de novembro de 2015.

ARAÚJO, Yara Mendes Cordeiro; RODRIGUES, Luciene. **A Economia Solidária Como Estratégia de Obtenção de Recursos**: Uma Análise A Partir Dos Bancos Comunitários. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: Diversidades e (Des) Igualdades. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. Universidade Federal da Bahia (UFBA).

BALSAN, Rosane. Impactos Decorrentes da Modernização da Agricultura Brasileira. Campo - Território: **Revista de Geografia Agrária**, v.1 n.2, p. 123-151, ago. 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11787>. Acesso em 15 de Outubro.

BRANDÃO, Carlos. Desenvolvimento, Territórios e Escalas Espaciais: levar na devida conta as contribuições da economia política e da geografia crítica para construir a abordagem interdisciplinar. In: RIBEIRO, Maria Teresa Franco e MILANI, Carlos R. S. (orgs.)

Compreendendo a complexidade sócio-espacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar. Salvador, Editora da UFBA. 2008

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: COSTA, J. B. A; OLIVEIRA, C. L. Org. **Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais nos sertões roseanos.** São Paulo: Intermeios, 2012.

BRITO, Isabel C. Geraizeiros em Movimento. In: COSTA, João B. A; OLIVEIRA, Cláudia L. **Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais nos sertões roseanos.** São Paulo: Intermeios, 2012.

Caatinga Cerrado Comunidades Eco-Produtivas: Provendo a sociobiodiversidade. Disponível em: <http://www.caatingacerrado.com.br/ubcm-associacao-comunitaria-dos-pequenos-produtores-de-riacho-d%E2%80%99antas-e-adjacencias-mg/>. Acesso em 20 de novembro. 2014

CADSOL. Disponível em: <http://cadsol.mte.gov.br/inter/cadsol/view/empreendimento/view/main.seam?empreendimentoId=112134&fromPage=view%2Fempreendimento%2Fmain.xhtml>. Acesso em 23 de dezembro de 2015.

CAPRARIO, Sara. **Feira Sustentável 2009 reúne Economia Solidária, Agricultura Familiar e Pesca.** Fórum Brasileiro de Economia Solidária. 2009. Disponível em: <http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=4772&Itemid=1>. Acesso em: 23 março. 2012.

CATTANI, Antônio David. LAVILLE, Jean-Louis. GAIGER, Luiz Inácio. HESPANHA, Pedro. **Dicionário Internacional de uma outra Economia.** São Paulo: Gráfica de Coimbra, 2009.

Cooperativas estão concentradas no setor rural. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2012/04/cooperativas-estao-concentradas-no-setor-rural>. Acesso em 10 de janeiro de 2016.

COSTA, João Batista de Almeida. A (DES) Invisibilidade dos Povos e Comunidades Tradicionais: A produção da Identidade, do Pertencimento e do Modo de Vida como Estratégia para efetivação de direito coletivo. In: GAWORA; SOUZA IDE; BARBOSA. **Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil.** Montes Claros: Editora Unimontes, 2011.

CULTI, Maria Nezilda. **Mulheres na Economia Solidária:** Desafios Sociais e Políticos. 2004. Disponível em: <www.unitrabalho.uem.br/> Acesso em: 30 março. 2012.

DAYRELL, C. A. **Geraizeiros e biodiversidade no Norte de Minas**: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. Dissertação de Mestrado. Andaluzia: Universidade Internacional de Andaluzia. 1998.

DAYRELL, C. A. Os geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness. *In*: DAYRELL, C. A.; OLIVEIRA, Cláudia. L. **Cerrado e desenvolvimento: Tradição e atualidade**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000. p.191-274.

DAYRELL, Carlos Alberto. Agricultura Geraizeira. *In*: **Diálogos Sociais: Caminhos para o desenvolvimento Territorial**: novas abordagens/CidDurtra Wildhagen (org.) Série. 1ª Ed. SEDVAN/IDENE. Belo Horizonte: Crisálida, 2009.

Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em 10 de Agosto de 2015.

DELGADO, Guilherme. C. 2005. Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. *In*: JACCOUD, Luciana. Org. **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília/DF: IPEA, 2005.

DIEGUES; Antônio Carlos. Org. Comunidades Tradicionais: A questão conceitual: dificuldades e Ambigüidades. *In*: DIEGUES, Antônio Carlos. Org. **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil**. São Paulo: USP, 2000

DURHAM, Eunice R. A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: Problemas e Perspectivas. *In*: **A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

EISLER. Riane. **A verdadeira Riqueza das Nações**. São Paulo: Editora: Cultrix, 2008.

ENRIQUEZ, Eugêne. Vida Psíquica e organização. *In*: MOTTA, Fernando C. P.; FREITAS, Maria Ester de. Orgs. **Vida Psíquica e Organização**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

Entrevista programa "**Um pé de quê?**" publicada em 02 de dez de 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UdKtDKTs-V4>. Acesso em 20 de dezembro de 2015. Informações atualizadas em 2015.

EPAMIG. Epamig desenvolve pesquisas para a utilização do coco-macaúba para biodiesel. Fevereiro de 2014. Disponível em: <www.agrosoft.org.br/agropag/213301.htm>. Acesso em: 03 de Março de 2010.

FEITOSA, Antônio Maurílio A; BARBOSA, Rômulo Soares. **Homem e Natureza nos Gerais de Minas**. Montes Claros: Editora Iseib, 2005. v.1. n. 1.

FEITOSA, Antônio Maurílio A; BARBOSA, Rômulo Soares. A dinâmica de Luta pela Terra no Norte de Minas Gerais. *In*: FEITOSA, A. M. *et all*. **Debaixo da Lona: Tendências e Desafios Regionais da Luta pela posse da Terra e da Reforma Agrária no Brasil**. Goiânia: Editora da UCG, 2006.

FILHO; COLOMBO E BERTO. **Macaúba: Palmeira nativa como opção bioenergética**. Pesquisa & Tecnologia, vol. 9, n. 2, Jul-Dez 2012.

FRANÇA, Iara S. de; BARBOSA, Rômulo S.; SOARES, Beatriz Ribeiro. **O Sertão Norte-Mineiro e suas transformações recentes**. Montes Claros: Editora Iseib, 2006. v.2. n. 1.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. As Minas e os Gerais: Breve Ensaio sobre Desenvolvimento e Sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. *In*: DAYRELL, Carlos; LUZ, Cláudia. Orgs. **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros, 2000.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **O Complexo Agroindustrial no Brasil**, 1976. Disponível em: http://r1.ufrj.br/cpda/als/corpo/html/teses/tes_apassosb.htm. Acesso em 16 de outubro de 2015.

GUIMARÃES, Pedro W. Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade. *In*: DAYRELL, Carlos; LUZ, Cláudia. Orgs. **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros, 2000.

KRAYCHETE, Gabriel; LARA, Francisca; COSTA, Beatriz. Org. **Economia dos Setores Populares: Entre a realidade e a Utopia**. Rio de Janeiro: Vozes, Capira; Salvador: Cese, UCSAL, 2000.

LAMARCHE, Hugues, (coord.). **Agricultura familiar: uma realidade multiforme**. Campinas: Unicamp, 1993.

LEITE, Marcos Esdras. PEREIRA, Anete Marília. A Expansão Urbana de Montes Claros a partir do processo de industrialização. *In*: PEREIRA, Anete Marília; ALMEIDA, Maria Ivete

Soares de. **Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais**. Montes Claros, MG: Ed. Unimontes, 2004.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma Antropologia da Territorialidade**. In: Série Antropologia. Brasília / DF, 2002.

MDA-Ministério de Desenvolvimento Agrário. “**Diretrizes e Recomendações Técnicas para Adoção de Boas Práticas de Manejo para o Extrativismo do Fruto da Macaúba/Bocaiúva**”. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/Macauba_Diretrizes_e_recomendacoes_para_adocao_de_boas_praticas_de_manejo_para_o_extrativismo_do_fruto_da_macauba_bocaiuva.pdf. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

MARTINS, José De Souza. Modernização Agrária e Industrialização no Brasil. In: _____. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais No Campo e Seu Lugar No Processo Político**, Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. O Problema das migrações e da exclusão social no limiar do terceiro milênio. In: **A Sociedade vista do Abismo: Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 119-137.

MAUSS, Marcel; LÉVI-STRAUSS, Claude. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2008.

MAZZOTTI e GEWANDSZNAJDER. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais: Pesquisa Quantitativa e Qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson. 2ª ed. 1999.

MENDRAS, Henri. **O que é um Camponês?** In: Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. p. 10-62.

MOTTA, Paulo Emílio Ferreira et al. **Ocorrência da macaúba em Minas Gerais: relação com atributos climáticos, pedológicos e vegetacionais**. Pes. Agropec. Brás., Brasília, v. 37, n.7, p. 1023-1031, jul. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pab/v37n7/10807.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2016.

MTE. **Atlas de Economia solidária**. Disponível em: <http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E7311D1012F4F674618242E/Atlas%20da%2>

0Economia%20Solid%C3%A1ria%20-%20publica%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em 23 de dezembro de 2015.

OLIVEIRA, Rosângela Alves de. Economia Solidária, Povos e Comunidades Tradicionais: Desafios e Possibilidades em tempos de crise do capital. *In: GAWORA; SOUZA IDE; BARBOSA. Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2011.

OLIVEIRA, Cláudia Luz.; DAYRELL, C.; FILHO, João S. d'Angelis; Economias Invisíveis e Comunidades Tradicionais no Norte de Minas. *In: GAWORA; SOUZA IDE; BARBOSA. Povos e Comunidades Tradicionais no Brasil*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2011.

O pivô da discórdia. **Revista Globo Rural**, n. 158, p. 48- 56, 1998.

OSTROM, Elinor. Cap.1 – Reflections on the Commons. Cap.2 – An institucional approach to the study of self-organization and self-governance in CPR situations. *In: Governing the commons*. New York, Cambridge University Press, 1990.

PAULA, Andréa Narciso Rocha de; BRANDÃO, Carlos Rodrigues; CLEPS JUNIOR, João. **Pesquisa de campo e em campo, os saberes das histórias de vida em comunidades rurais no sertão de Minas Gerais/Brasil**. *In: VII Congresso latino americano de sociologia rural-Asociacion latino americana de sociologia rural*, Quito: Eguador, 2006, anais.

POCHMANN, Marcio. **Economia Solidária no Brasil: Possibilidades e Limites**. Disponível: <www.ufpa.br/itcpes/documentos/es_possibilidades_e_limites.pdf>. Acesso em: 12 abril. 2013.

PORTES, Tomas de Aquino. **Como surgiu o feijão de terceira safra ou feijão de inverno? Um pouco de história**. Disponível em: http://www.grupocultivar.com.br/ativemanager/uploads/arquivos/artigos/02-10-12_feijao.pdf. Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

PIRES, Jose de Souza; RAMOS, Pedro. O Termo Modernização Conservadora: Sua Origem e Utilização no Brasil. **Documentos Técnico-Científicos**. Volume 40 | Nº 03 | Julho - Setembro | 2009. Disponível em: http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1140. Acesso em 15 de outubro de 2015.

Ponto Fixo de Comercialização. Disponível em: <http://marista.edu.br/ims/files/2014/03/resultado-edital-de-adesao-pontos-fixos-comercializacao-solidaria-rede-comsol-mar2014.pdf>. Acesso em 20 de dezembro de 2015.

PRADO JUNIOR, C. **A revolução brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1966.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. História Ecológica do Sertão Mineiro e a Formação do Patrimônio Cultural Sertanejo. *In*: DAYRELL, Carlos; LUZ, Cláudia. Orgs. **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros, 2000.

RIBEIRO, REGINALDO. Ritualizando um costume geraizeiro. Estratégias de reprodução da vida familiar na feira de Grão Mogol - MG. *In*: COSTA, João B. A; OLIVEIRA, Cláudia L. **Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais nos sertões roseanos**. São Paulo: Intermeios, 2012.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: Entre A Troca Mercantil E A Reciprocidade**, Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SABOURIN, Eric. **Economia Solidária no meio rural brasileiro: uma análise a partir da noção de reciprocidade**. VII Congreso Latino-Americano de Sociología Rural, 20-24 de noviembre del 2006 - Quito, Ecuador. Disponível Em: https://Agritrop.Cirad.Fr/540619/1/Document_540619.Pdf. Acesso Em 10 De Janeiro De 2016.

SANTOS, Aline M. dos. **Representações sociais dos trabalhadores nos empreendimentos de economia solidária**. Cascavel: III Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2004.

SANTOS, Edmárcio N. do. **Economia Popular Solidária como Estratégia e Política de Desenvolvimento**. Montes Claros, 2008. 59 p. Monografia (graduação em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual de Montes Claros

SILVA, José Graziano Da. **A Modernização Dolorosa**. Rio De Janeiro: Editora Zahar, 1982.

SILVA, C. E.M. Desenvolvimento e Sustentabilidade nos Cerrados: O caso do Sertão Norte - Mineiro. *In*: DAYRELL, Carlos; LUZ, Cláudia. Orgs. **Cerrado e Desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros, 2000.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego, diagnóstico e alternativas**. São Paulo; Contexto; 2000.

_____. **Economia (solidária) é vida.** 2010. Disponível em:
<http://www.vidapastoral.com.br/artigos/atualidade/economia-solidaria-e-vida/>. Acesso em 03 de janeiro de 2016.

SINGER, P. e SOUZA A R., **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2003.

SOUZA, Jessé. **A Ralé brasileira.** Entrevista disponível no sitio:
<http://www.acesa.com/gramsci/>. Acessado em 29/08/2014.

SCHIMIDT, Airton. **Estudo De Localização de Unidade de Esmagamento de Coco Macaúba na Bacia do Riachão – MG.** Disponível em:
http://congressods.com.br/terceiro/images/trabalhos/GT1/pdfs/narciso_pereira.pdf. Acesso em 20 de novembro 2015.

TEMPLE, Dominique; CHABAL, Mireille. **La réciprocité et la naissance des valeurs humaines, L'Harmattan,** 1995. Disponível: <http://mireille.chabal.free.fr/echangre.htm>

TEMPLE, D. **El Principio de lo contradictorio y las estructuras elementales de la reciprocidad. 1997.** Disponível em:
http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=336#page-reciprocidad-2. Acesso: 30 de jun. de 2015.

_____. **Las estructuras elementales de la reciprocidad,** 2004
http://dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad_2&id_article=454.
 Acesso: 30 de jun. de 2015.

UNICAFES, **2005 Documento base do Iº congresso,** Brasília, junho de 2005. Disponível em: <http://www.unicafes.org.br/links/documentos.htm>. Acesso 27 de maio de 2014.

Uso de “pivôs” para irrigação prejudica pequenos agricultores no Norte de Minas. **Jornal - Assembléia Informa,** 28 de junho de 2000, p.2. Nº 1795. Disponível em <file:///C:/Users/Keity/Downloads/n.1795.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2015.

VELHO, O.G.A.C. **O conceito de camponês e sua aplicação à análise do meio rural brasileiro.** América Latina. Rio de Janeiro, v.12, n.1, p. 96-104, 1969.

VELOSO, Gabriel A.; LEITE, Marcos E.; ALMEIDA, Maria I. S. de. Geotecnologias aplicadas ao monitoramento do uso do solo na Bacia Hidrográfica do Riachão, no Norte de Minas Gerais. **Revista de Geografia (UFPE)** V. 28, n. 2, 2011.

WANDERLEY, M.N.B. **Raízes históricas do campesinato brasileiro.** XX Encontro Anual da ANPOCS. 1996. Caxambu, MG: ANPOCS, 1996.

WANDERLEY, M.N.B . **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade** **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61.

WOLF, Eric. R., **Sociedades Camponesas.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. P. 16-34

ANEXOS

ANEXO A

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS – UNIMONTES
Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS

ROTEIRO PARA ORIENTAÇÃO DE ENTREVISTA	
01	Quais atividades econômicas são desenvolvidas? Quais as principais fontes de renda?
02	Como surgiram a Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba e a Cooperativa do Riachão?
03	Quais fatores contribuíram para o seu surgimento?
04	Como ocorre o beneficiamento do coco macaúba na comunidade? Quais tecnologias são utilizadas?
05	Quais produtos a UBCM / Cooper-Riachão comercializam e como é feita a comercialização?
06	Atualmente existem quantos membros na cooperativa?
07	As pessoas do grupo desenvolvem outras atividades remuneradas?
08	As pessoas do grupo participam de todo o processo de produção? Como é feita a divisão das atividades e a divisão das sobras?
09	O grupo é formado por homens e mulheres?
10	Quais os atuais projetos que participam e parceiros que possuem?
11	Quais as dificuldades encontradas? Quais as conquistas obtidas?
12	Quais as motivações da participação dos associados na UBCM? Qual a importância da cooperativa para a comunidade
13	Os moradores se organizam coletivamente nas questões comunitárias? Se sim, em quais situações? A participação é efetiva?

Anexo B – Registro Iconográfico



Sede da Unidade de beneficiamento do coco macaúba
Foto: SILVA, Q. M. S., 2013.



Agricultores da Comunidade do Riachão
Foto:ITCP/UNIMONTES, 2014.



Despolpadeira.
Foto: SILVA, Q. M. S.,
2015.



“Britador”- quebra a
castanha do coco para
extrair a amêndoa.
Foto: SILVA, Q. M. S.,
2015.



“Panela de pressão”- usada para fazer sabão.

Foto: SILVA, Q. M. S., 2015.



Extrusora: Modeladora de sabão.

Foto: SILVA, Q. M. S., 2015.



Seladora a vácuo.
Foto: SILVA, Q. M. S.,
2015.



Prensa de extração de óleo.
Foto: SILVA, Q. M. S.,
2015.



“Desintegrador” – usado na
trituração para ração.

Foto: SILVA, Q. M. S.,
2015.

ANEXO C - PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS ENTRE EM 1991 À 2011 NA SUB-BACIA DO RIACHÃO⁴⁹

04/06/1991	<p>A CODEVASF realiza estudo preliminar na lagoa da Tiririca para implantação de uma barragem. Constata a degradação da flora e da fauna nativa, o processo de assoreamento da lagoa, e a existência de 03 unidades de pivôs centrais instaladas.</p> <p>Moradores das comunidades da Sub-bacia do Riachão reclamam a seca do rio, devido à presença de pivôs centrais na nascente, em algumas fazendas.</p>
1992	<p>Em 1992 registram-se prejuízos com a produção do “feijão de inverno” devido à diminuição do nível da água, aumenta a inquietação dos moradores, e o início de diversos contatos verbais com o CODEMA.</p>
05/06/1993	<p>A partir da denúncia de moradores da bacia do Riachão, Polícia Florestal de Montes Claros emite auto de infração n. 3365, devido o carvoejamento ilegal com corte de pequiizeiros, e a instalação de 3 pivôs centrais na margem da Lagoa Tiririca.</p> <p>Os moradores se organizam e articulam com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores de Mirabela, iniciando uma luta pela água. Neste processo Ocorrem reuniões, denúncias, propostas, e negociações pelas comunidades e sindicatos rurais.</p>
15/06/1993	<p>DRH concede à Warmillon F. Braga para captação de 0,1600 m³/s em projeto de irrigação de pivô central.</p>
06/1993	<p>Ofício de José Nelson, morador do Riachão, ao DRH, aos cuidados do Dr. José Prates, alertando para não autorizar captação de água na Lagoa da Tiririca sobre risco de secar o rio. Faz denuncia de desmatamentos nas cabeceiras do Riachão.</p>
07/1993	<p>Perícia técnica do IEF elaborada pelo engenheiro florestal Dr. João Alberto G. Ribeiro constata desmate ilegal promovido por Warmillon F. Braga em área de reserva florestal desrespeitando as normas mais elementares de exploração florestal. Alerta para o risco de o projeto contribuir com o</p>

⁴⁹ CAA/NM. Riachão: Trajetória documental de um rio marcado para morrer. Montes Claros - MG, março de 2000.

Adaptado pela autora por meio da pesquisa de campo e documental.

	secamento do Riachão.
09/1993	Irrigantes fundam Cooperativa e Associação de Irrigantes com direitos de uso, proteção e conservação da Bacia Hidrográfica do Ribeirão do Riachão.
09/11/1993	Representantes de 13 comunidades rurais e do STR de Mirabela organizam Comissão Pró Riachão e realizam reunião no CODEMA de Montes Claros apresentando abaixo assinado com 623 assinaturas reivindicando a suspensão da implantação de 3 novos pivôs centrais e de outros 2 previstos. CODEMA delibera lacrar motobombas. (o que não acontece).
12/11/1993	Representantes da Comissão Pró Riachão reivindicam ao CODEMA nova reunião envolvendo o COPAM, IBAMA, IEF, DRH E BNB para discutir a crítica situação do Riachão.
17/11/1993	Representantes da Comissão Pró Riachão solicitam ao Batalhão de Polícia Florestal cópia do auto e infração contra Warmillon.
18/01/1995	Comissão Pró Riachão convida representantes de associações para encontro no dia 03/02/95 com o objetivo de discutir propostas para preservação do Riachão a serem encaminhadas às autoridades ambientais do Estado de Minas Gerais.
09/09/95 30/09/95 14/10/95	Atas de diversas reuniões realizadas pelas comunidades do Riachão com participação de até 62 moradores onde discute-se a situação do rio que secou pela primeira vez e propostas de recuperação da bacia, incluindo uma contraproposta de construção de barragem.
02/96	Comissão elabora documento “Propostas das Comunidades de Pequenos Produtores para a perenização da Sub bacia do Riachão” e encaminha para diversas autoridades ambientais do Estado de Minas Gerais.
22/02/96	Moradora da bacia do Riachão recebe resposta da LINHA VERDE do IBAMA a respeito da denuncia de que pivôs centrais prejudicam nascente do Riachão. A resposta afirma que encaminharam para as autoridades competentes.
05/03/96	Comissão Pró Riachão encaminha correspondência à José Carlos de Carvalho, secretário do Meio Ambiente, solicitando incluir na pauta da Reunião da Câmara de Defesa de Ecossistemas o assunto relativo à situação crítica do Riachão que secou no último ano.
11/03/96	Comissão encaminha ofício ao secretário do meio ambiente aprovando a

	decisão tomada no dia 08/03/96 de suspender as atividades dos pivôs centrais no Riachão.
21/03/96	É publicado no Diário Oficial do Estado a deliberação do COPAM n. 44/96 de suspensão das atividades de irrigação no Riachão ate que estejam devidamente licenciadas.
12/06/96	Dr. José Carlos de Carvalho, secretário do meio ambiente, concede “adreferendum” licença de operação para o irrigante José Constanti Ottoni (José Gaúcho).
01/07/96	COPAM autoriza concessão de Licença Ambiental para Warmillon F. Braga, José Constanti Ottoni e Ney Batista baseando-se em pareceres técnicos e jurídicos da instituição.
03/07/96	Licença ambiental é concedida pelo COPAM condicionando reavaliação da outorga pelo DRH.
09/08/96	3ª Cia de Polícia Florestal de Montes Claros encaminha Boletim de Ocorrência n. 679/96 ao promotor de justiça e curador do meio ambiente de Montes Claros comunicando o funcionamento de diversas bombas de irrigação nas cabeceiras do Riachão que funcionam diuturnamente e que encontrou o rio completamente seco 5 km abaixo. Comunica também a solicitação dos moradores para providencias urgente que minimize a seca.
12/08/96	José Nelson encaminha ofício para Dr. Sebastião Virgílio de Almeida, diretor do DRH solicitando providencia urgente contra as irrigações que estão secando o Riachão e prejudicando diversos fazendeiros.
13/08/96	Comissão Pró Riachão reúne com 6 irrigantes que assinam termo de compromisso para reduzir consumo de água através das irrigações.
17/08/96	Em nova reunião dos irrigantes com as comunidades e o vereador Eduardo Avelino é firmado o compromisso de diminuir a retirada de água, após 3 dias com os pivôs parados.
09/09/96	Comissão Pró Riachão encaminha ofícios ao Ministro do Meio Ambiente Sr. Gustavo Krause e ao deputado Jose Ivo, presidente da Comissão permanente de meio ambiente denunciando o não cumprimento do acordo de paralisação temporária dos pivôs. Informaram que quando os irrigantes diminuíram o consumo de água o Riachão voltou a correr até 3 km abaixo de Pau D’Óleo. Solicitam intermediação para suspender o funcionamento dos pivôs e para

	não permitir a abertura de novos poços artesianos enquanto não for realizado um estudo preciso do impacto ambiental provocando pela utilização da água superficial e dos lençóis subterrâneos. Solicitam também apoio para iniciativas de promoções de práticas de conservação dos solos e de recomposição da mata ciliar.
12/09/96	Convite aos presidentes dos STRs e das Associações da bacia do Riachão para reunião com o objetivo de impetrar mandato de segurança como ultima alternativa para o rio voltar a correr.
17/09/96	Ofício ao gerente regional do PROGER e do BNB de Montes Claros alertando a necessidade de condicionar o financiamento da agricultura irrigada mediante uma política de gerenciamento dos recursos hídricos locais onde se garanta a participação das comunidades.
19/11/96	Ofício ao Secretário do meio ambiente, Dr. José Carlos de Carvalho, solicitando agendar audiência para receber a Comissão Pró Riachão durante sua estadia em Montes Claros em evento programado pela SEMAD.
25/11/96	Ofício solicitado a intermediação de João Paulo Pires, assessor do governo do Estado de Minas Gerais, para viabilizar audiência da Comissão Pró – Riachão com o secretário do meio ambiente em Montes Claros.
27/11/96	Em reunião com o Dr. José Carlos de Carvalho é apresentada a “Carta Aberta ao secretário do Meio Ambiente” relatando todo o processo de degradação da bacia do Riachão e solicitando providencia imediata como a paralisação dos pivôs centrais, estudos de impactos ambientais na bacia e propostas das comunidades para recuperação além do reconhecimento do Comitê de Gerenciamento do Riachão.
29/05/98	IGAM concede mais uma outorga à Joel da Cruz
06/98	Com a seca do Riachão e após várias tentativas de negociação para que o rio voltasse a correr, comunidades organizam uma manifestação na BR 135, em frente aos pivôs do José Gaúcho, protestando contra a convivência do IGAM (ex DRH) com a degradação do rio. Elaboram um panfleto explicando aos motoristas o motivo do protesto.
19/02/99	Comissão Pró-Riachão encaminha ofício ao novo Diretor do IGAM Dr. João Bosco Senra solicitando suspender a autorização de mais um pivô central na cabeceira do Riachão (que agora atinge a Mara de 9 pivôs instalados à

	<p>revelia das denúncias e protestos das comunidades rurais). Solicita também intermediar negociação com os irrigantes para prevenir a falta de água no rio no período da seca e para agendar uma audiência com os representantes das comunidades em BH.</p> <p>As comunidades afirmam que assistiram o rio secando no final de maio.</p>
26/03/99	<p>Diretor do IGAM recebe comissão Pró Riachão e outras entidades/comunidades do Norte de Minas com o objetivo de discutir a situação deste rio e de outros que estão caminhando para a mesma situação de seca. É elaborado um relatório da reunião com os encaminhamentos propostos, entre eles o de indicar uma comissão para fiscalização.</p>
08/05/99	<p>Ata de reunião das comunidades do Riachão acerca dos resultados da viagem ao IGAM e para indicar representantes que vão acompanhar a fiscalização. Foi proposto uma reunião ampliada para um planejamento conjunto das comunidades envolvendo o poder público dos municípios da bacia do Riachão.</p>
11/05/99	<p>Ofício ao IGAM cobrando agilização da equipe de fiscalização, antes que o rio seque totalmente.</p>
21/06/99 a 26/06/99	<p>Equipe de fiscalização visita a região e elabora relatório onde constata o rio seco e projetos de irrigação funcionando, onde 3 possuem outorgas para captação de água do rio e duas outorgas para funcionamento de poço artesiano. A fiscalização constata a existência de 8 poços perfurados, entre estes apenas 2 não estavam equipados.</p>
08 e 09/07/99	<p>Representantes de 55 comunidades do Riachão, técnicos da emater, do CAA e prefeitos de Brasília de Minas, Coração de Jesus e Mirabela participam de encontro para elaborar um planejamento conjunto visando a recuperação do Riachão e elaboração de propostas para um desenvolvimento sustentável.</p>
14/07/99	<p>Reunião dos representantes das comunidades com o diretor de controle das águas do IGAM onde são apresentadas propostas aprovadas no Encontro de Planejamento das Comunidades, entre elas o fechamento dos pivôs.</p>
07/99	<p>Joel da Cruz dá início ao funcionamento do seu pivô, embora o rio esteja seco.</p>
13/08/99	<p>Reunião de negociação na sede da AMANS com a participação de pelo menos 91 pessoas entre grandes irrigantes e comunidades rurais coordenada</p>

	pela SEMAD através do Superintendente de Política Ambiental João César, Superintendente de Apoio Técnico Luciana Felício e diretor de controle das águas do IGAM Dr. Aloisio Prince.
27/08/99	Ofício ao Dr. José Adercio Leite Sampaio, Procurador da República em Minas Gerais solicitando tomar providencias para garantir o abastecimento humano e animal para as famílias que vivem no Riachão e que estão passando sede pela irrigação descontrolada em suas nascentes.
27/08/99	Ofício ao Dr. Tilden Santiago, presidente da COPAM, solicitando revisão e suspensão do licenciamento Ambiental de todas as grandes irrigações na nascente do Riachão.
08/09/99	Recebemos ofício da SEMAD informando que encaminhou documento com as propostas do “Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável” para diversas Secretarias de Estado e órgãos vinculados.
24 e 25/11/99	Realização do II Encontro das Comunidades do Riachão
25/11/99	Nota de repúdio contra ameaça de morte feita por Warmillon ao Dr. Aloisio Prince de Araújo, diretor de controle das águas do IGAM.
18/01/2000	Reunião com participação de 70 representantes das comunidades do Riachão para discutir “Estudo Hidrogeológico da Bacia do Alto médio rio Riachão” e elaborar propostas para audiência pública a ser realizada no dia 10/02/2000.
10/02/2000	Audiência pública promovida pelo IGAM/COPAM para apresentação do “Estudo Hidrogeológico da Bacia do Alto médio rio Riachão” e ouvir as propostas das comunidades do Riachão e dos irrigantes. Esta audiência contou com a participação de cerca de 250 pessoas.
10/02/2000	Ofício ao governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Itamar Franco, e ao presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Anderson Aauto, solicitando a criação de uma “Área de proteção Especial na lagoa da Tiririca e nascente do Riachão” durante instalação do governo itinerante em Montes Claros.
2000	Surgimento da Unidade de Beneficiamento do coco Macaúba na Comunidade do Riachão.
2000	Monitoramento da vazão do rio; estudo e monitoramento de uso de

	<p>agrotóxicos na área, através da contratação do Instituto do Meio Ambiente (IMA).</p> <p>O IGAM sugeriu a criação de um conselho gestor.</p>
2001	O IGAM investiu em ações de educação ambiental, e contratou a EMATER para o cadastramento dos usuários da bacia.
2003 e 2004	Ocorreu o embargo dos pivôs centrais devido às várias manifestações e reivindicações das comunidades locais por meio do movimento associativista que pressionou o governo municipal e estadual, além disso, são feitas obras de retenção de águas de chuvas. (AFONSO, 2006).
2005	Houve o lacramento das bombas, de acordo com os agricultores.
18 de julho de 2009	Elaboração e registro do Estatuto Social da UBCM.
2011	Criação da Cooperativa do Riachão.

FONTE: CAA/NM, 2000

Adaptado: SILVA, Q. M. S.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A Unidade de Beneficiamento do Coco Macaúba (UBCM) juntamente com a Cooperativa do Riachão (Cooper-Riachão), localizadas na Fazenda Santa Cruz, Comunidade do Riachão, zona rural de Montes Claros, estão sendo convidados a participarem de uma pesquisa. Estamos cientes que o estudo pretende compreender a organização produtiva da Cooperativa do Riachão no Norte de Minas Gerais e analisar o processo do beneficiamento do Coco Macaúba. Participarão da pesquisa os associados que voluntariamente se dispuserem. O levantamento dos dados desejados na pesquisa em questão acontecerá através de entrevistas, observações e fotografias, e serão posteriormente analisados. Sua colaboração neste estudo é muito importante, entretanto a decisão é toda sua.

Esclarecemos que seus dados pessoais serão mantidos em rigoroso sigilo.

Eu, _____, portador da RG n.º _____, nascido em _____ concordo de livre e espontânea vontade em participar da pesquisa realizada pela mestrande Queite Marrone Soares da Silva, matriculada no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. Após reunião e consenso, assino o presente termo como representante desta cooperativa.

DECLARO que, após convenientemente esclarecido pelo pesquisador e ter entendido o que me foi explicado, consinto voluntariamente em participar desta pesquisa e assino o presente documento com o consentimento dos demais associados.

Montes Claros, _____ de _____ de 2016.